

Temporalis

9

TEMPORALIS
Revista da ABEPSS
End.: Av. Ipiranga 6681 - Prédio 15 - Sala 315
Bairro Partenon - Porto Alegre / RS - 90619-900
Telefone: (51) 3320-3539 / Fax (51) 3320-3606
e-mail: abepss@abepss.org.br
home-page: www.abepss.ufsc.br

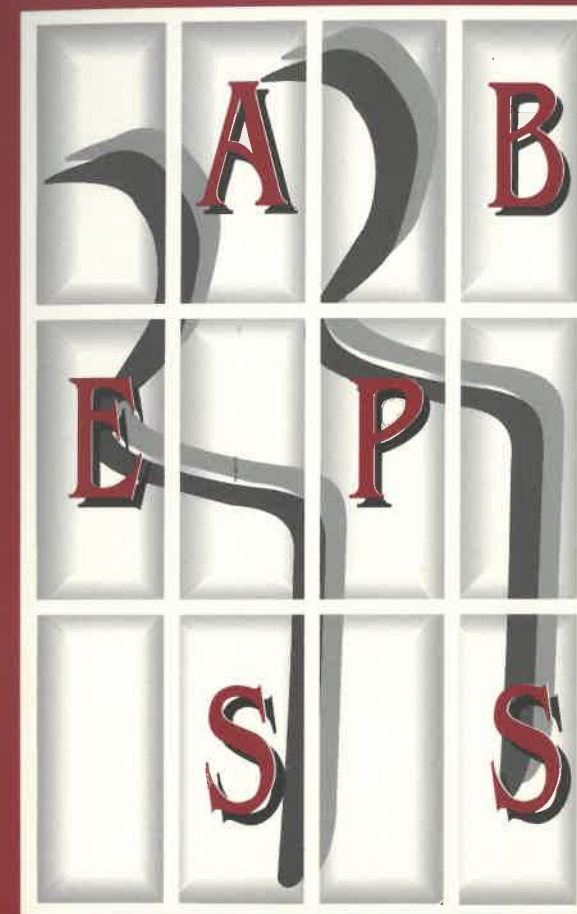
ISSN 1518-7934



TEMPORALIS 9 ANO V, Nº 9 - JANEIRO A JUNHO DE 2005

Temporalis

**Revista da Associação
Brasileira de Ensino e Pesquisa em
Serviço Social - ABEPSS**



**Pesquisa e Produção de Conhecimento
em Serviço Social**

Ano V, nº 9 - Janeiro a Junho de 2005

9

ABEPSS

ISSN: 1518-7934

Temporalis

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

Esther Lemos
FDA, 23/10/09

ANO V, Nº 9 – Janeiro a Junho de 2005

Temporalis

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

**Pesquisa e Produção de Conhecimento
em Serviço Social**

ANO V, Nº 9 – Janeiro a Junho de 2005

Revista Temporalis é uma publicação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social que objetiva divulgar o debate sobre a formação profissional e a produção do conhecimento em Serviço Social nas suas interfaces com outras áreas do conhecimento. Os artigos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Comissão Editorial

Denise Bontempo Birche de Carvalho – UnB
 Ana Maria D'Ottavi – Roma Tre
 Jussara Maria Rosa Mendes – PUCRS
 Maria Carmelita Yasbek – PUCSP
 Marina Maciel Abreu – UFMA
 Ivete Simionato – UFSC
 Edaléa Maria Ribeiro – UFSC
 Maria Rosângela Batistoni – UFJF
 Maria Augusta Tavares – UFAL
 Maria Alexandra Monteiro Mustafá – UFPE
 Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes – UFPE

Projeto Gráfico: Fábio Marins

Impressão e acabamento: Editora Universitária / UFPE

Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS / Pesquisa e conhecimento em Serviço Social. Ano V, n. 9 jan. / jun., 2005. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2005.
 v.

Semestral
 Inclui bibliografia e anexos
 ISSN 15187934

1. Serviço social – Produção do conhecimento – Periódicos. 2. Trabalho social – Pesquisa – Periódicos. I. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

364.23	CDU (2. ed.)	UFPE
361.3	CDD (22. ed.)	BC2006-447

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....7

OS DESAFIOS NA PESQUISA E NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL – PERSPECTIVA IX ENPESS9 Jussara Maria Rosa Mendes

CONTRIBUCIONES AL DEBATE SOBRE LOS DILEMAS EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS15 Maria Lorena Molina

OS DESAFIOS NA PESQUISA E NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL.51 Ivete Simionatto

ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE LA INVESTIGACIÓN EN TRABAJO SOCIAL EN LA ARGENTINA63 Margarita Rozas Pagaza

TRAJETÓRIAS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO. A EXPERIÊNCIA DO ISSS LISBOA – PORTUGAL75 Jorge Ferreira

PRODUCCION DE CONOCIMIENTOS EN TRABAJO SOCIAL SUS IMPLICACIONES Y DESAFÍOS.....85 Luis D. Araneda Alfero

REFLEXÕES SOBRE ÉTICA, PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL.103 Maria Lúcia Silva Barroco

OS MÉTODOS NA PESQUISA. A PESQUISA QUALITATIVA.....117 Maria Lúcia Martinelli

O MÉTODO E O POTENCIAL INTERVENTIVO E POLÍTICO DA PESQUISA SOCIAL.....	131
Jane Cruz Prates	

OS CAMINHOS PARA A PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL	147
Maria Carmelita Yazbeck	

BALANÇO CRÍTICO GESTÃO ABEPSS 2003-2004 "Quem é de luta avança!"	161
Dr ^a . Jussara Maria Rosa Mendes	
Dr ^a . Vera Maria Nogueira	
Dr ^a . Regina Célia Miotto	
Dr ^a . Berenice Rojas Couto	
Dda. Alzira Maria Baptista Lewgoy	
Colaboração: Paulo Ricardo Oliveira Dias	

APRESENTAÇÃO

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dando continuidade à trajetória histórica que constitui a publicação da Revista Temporalis, apresenta este IX volume sobre a temática contemplada no IX ENPESS: "Os desafios da pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social".

Os artigos aqui contidos reúnem as palestras e conferências que retratam a realidade brasileira e latino-americana, através dos autores convidados para o IX ENPESS. A riqueza de informações sobre o estado da arte da pesquisa na formação profissional no Brasil, na América Latina e em Portugal denota o caráter protagonista e o acúmulo no âmbito dos fundamentos teórico-metodológicos e de afirmação do projeto ético político como direção impressa à formação e ao exercício profissional.

A Executiva Nacional da ABEPSS, gestão 2005 – 2006, sente-se honrada em contribuir com este processo de publicização da produção de conhecimento em Serviço Social e apresenta o número IX da Temporalis, em uma versão que busca avançar no atendimento dos critérios exigidos para a publicação científica. A árdua tarefa de contribuir com o aprimoramento do perfil científico da Temporalis, representou um esforço prazeroso e se constitui um processo em construção, na medida em que muitos esforços ainda serão necessários para atender em plenitude os padrões nacional e internacional da indexação bibliográfica. Para tal fim, realizamos no interior do Seminário de Pós-graduação em Serviço Social, a Oficina sobre critérios científicos para editoração de revistas e periódicos na área de Serviço Social.

As reflexões expressas emanam um compromisso concreto com a categoria profissional e com a perspectiva de produção de conhecimento capaz de subsidiar a luta pela transformação social. Neste sentido avançamos no processo pelo que agradecemos a colaboração de todos os autores que tão prontamente atenderam às nossas solicitações e cuja contribuição é ímpar no tocante à profundidade do debate.

É dentro deste espírito combativo e cada vez mais comprometido com a direção social, ética e política da formação profissional que a ABEPSS tem o prazer de apresentar este número da Revista Temporalis, na certeza de estar fazendo história e contribuindo para o amadurecimento intelectual de todos(as) os(as) leitores(as) e de cada unidade de ensino em Serviço Social.

O contexto atual no qual está inserido o Serviço Social é impar, enquanto localizado no interior da macro-história e da questão social, portanto, momento propício para repensar a profissão, especificamente porque a conjuntura internacional está permitindo que se reconstrua a articulação Latino-americana, o que trará certamente para o debate uma maior riqueza de qualidade teórica e prática. Se tal processo, por um lado, constitui-se num ganho de força e poder para a profissão, por outro, nos desafia a maximizar nossa capacidade teórica para ler/compreender a complexidade de um mundo marcado pelo acelerado processo de mundialização da produção de mercadorias, desafiando nossa competência de análise e síntese e, conseqüentemente, de ação. Portanto, convidamos a todos(as), a se debruçarem sobre as leituras aqui presentes, e fazer deste ato um gesto de compromisso com aquilo que o nosso Projeto Ético Político propõe.

Executiva Nacional da ABEPSS

OS DESAFIOS NA PESQUISA E NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL – PERSPECTIVA IX ENPESS

Jussara Maria Rosa Mendes*

O IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – IX ENPESS foi construído de modo a favorecer o debate sobre a formação do assistente social no Brasil, a partir das demandas atuais e do projeto ético-político das entidades que congregam as unidades de ensino de graduação e pós-graduação.

Com a participação de representantes de Unidades de Ensino do Cone Sul, América Latina e Caribe, Portugal, bem como das Regiões do nosso Brasil, objetivamos alcançar a troca de experiências e a reflexão do *estado da arte* sobre a formação profissional no Brasil, identificando o conhecimento produzido e aprofundando o debate teórico-metodológico, fomentando a produção de conhecimento relativo à formação profissional, buscando articular os Programas de Pós-graduação no sentido de fortalecer os pesquisadores e núcleos de pesquisa nessa perspectiva.

Agradecemos o apoio concedido pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e pela Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social – ENESSO, bem como a parceria da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, que foram as três entidades que nos deram suporte para que pudéssemos levar nosso trabalho adiante, além do que, para realização desse evento também contamos com apoio da CAPES, CNPq, das Unidades de Ensino, pesquisadores, docentes e discentes.

Gostaríamos, antes de tudo, de falar um pouco sobre o que significou pensar em ENPESS, o que significou colocar em evidência, através da arte gráfica, a relação entre o pesquisador e a sociedade. As digitais espalhadas nos cartazes representam

* Professora adjunta da Faculdade e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS/Brasil. Presidente da ABEPSS – Gestão 2003-2004.

grupos, representam os indivíduos em sociedade, em suas múltiplas formações, o pesquisador concentrado preocupado com seu trabalho aparece ligado aos dedos da sociedade através do papel e do color-jet, numa imagem que busca expressar a práxis do pesquisador.

A utilização da cor laranja não é casual, ela simboliza o conhecimento, a riqueza de nossas produções, o padrão ouro da área. Então, desde quando começamos a pensar, como se daria esse evento, tivemos o cuidado de buscar expressá-lo de diferentes formas.

A escolha do tema e dos eixos temáticos também do IX ENPESS marca um dos compromissos da atual gestão, que é o de fortalecer a pesquisa como uma das dimensões constitutivas do fazer profissional. Os pesquisadores atenderam e responderam com um expressivo número de trabalhos que reafirmam a consolidação do serviço social como área de conhecimento.

Tivemos ao todo 638 trabalhos que serão apresentados em três grandes eixos temáticos que articulam os debates em torno da formação profissional, da relação entre formação e exercício, e da educação continuada. Então, são os três grandes eixos. A escolha dos eixos também reflete a preocupação com a implementação das diretrizes curriculares, com o adensamento do conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político constitutivo do exercício profissional e com a formação continuada dos assistentes sociais. As diretrizes curriculares reconhecem a investigação como elemento constitutivo, e não apenas complementar, tanto da formação, quanto do exercício profissional.

A pesquisa de situações concretas, aliadas a suas determinações macro-sociais, é condição necessária, quer para superar a defasagem entre discurso genérico sobre a realidade social e os fenômenos singulares com os quais o assistente social se defronta no seu cotidiano, quer para desvelar as possibilidades de ações contidas na realidade.

Nessa perspectiva, procuramos realizar um evento de alto nível acadêmico. Para tanto, houve uma seleção criteriosa dos trabalhos, realizada sempre por dois pareceristas, e quando havia incompatibilidade entre as avaliações, um terceiro parecerista era

chamado. Agradecemos aqui, publicamente, aos pareceristas, a disponibilidade para a tarefa, destacando a qualidade do trabalho realizado e esperamos continuar contando com a colaboração desses colegas e de outros, nas atividades que nos esperam nos próximos dias. Cabe ressaltar, que tivemos, recentemente, um encontro brasileiro com 1500 trabalhos, uma grande demanda para esses pareceristas, os quais, com tão pouco tempo, apresentaram resultados de muita qualidade.

Destacamos, ainda, que todo o trabalho preparatório do IX ENPESS foi realizado por professores, estudantes e funcionários das unidades de ensino envolvidas, nos intervalos das atividades cotidianas, nos finais de semana e nas noites. Portanto, a eles, nossos agradecimentos.

Nesse processo de organização, alguns equívocos ocorreram e sempre ocorrem e, por eles, pedimos a compreensão de todos e esperamos que não tirem o brilho desse evento. Não podemos perder de vista que o conhecimento pode reafirmar o já instituído ou ser revelador de injustiça da negação de direitos. Desvelarem-se intencionalidades, presentes nos atuais sistemas de proteção social e na realidade cotidiana, é tarefa árdua. Identificar com clareza o que Tavares fala de desastre social é um grande desafio para todos nós. As evidências e suas crescentes manifestações desse processo estão presentes com atividades e intensidades diferenciadas, mas, é inegável o agravamento de situações de pobreza - rebatizadas com denominação de precarização, vulnerabilidade, instabilidade e violência – às quais somamos aí, de insegurança e de terrorismo.

Os impactos negativos dessa política neoliberal estão presentes no nosso cotidiano. A tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais e a busca incansável de políticas que possibilitem esse ajuste neoliberal fazem parte, também, do nosso cotidiano. As mudanças sociais são profundas e as possibilidades de reversão tornam-se cada vez mais distantes, rompendo com a promessa inicial de que as consequências desse ajuste seriam transitórias. Os impactos sociais desses ajustes globais são visíveis e têm sido objeto de vários estudos.

Esses são alguns pontos que compõem a nossa realidade contemporânea para refletirmos sobre a árdua tarefa da pesquisa em Serviço Social, uma vez que esta tem por finalidade o deciframento das deflações da questão social, das novas formas de mascaramento, de reedição de velhas demandas. Ao trabalharmos na perspectiva da totalidade, temos que ter presentes esses seus múltiplos aspectos e aí, sem sombra de dúvida, tanto a representante da ENESSO como a do CFESS trazem a expressão disso nas reformas do ensino superior, as quais estamos vivendo hoje, e a necessária vigilância das entidades, uma vigilância manhã-tarde-noite-madrugada porque, de fato, as alterações acontecem na calada da noite e, quando se vê, no outro dia esse processo já andou. Essas repercussões, essas expressões, essas transformações todas fazem parte do nosso trabalho, do nosso dia-a-dia nas entidades, como estudantes, como docentes, nas mais diferentes instâncias.

Prioritariamente alicerçada na pós-graduação, podemos ressaltar o crescimento da área do Serviço Social, a partir de 1970, relacionado diretamente aos primeiros cursos de pós-graduação nas áreas de Ciências Sociais e Serviço Social. Esse período é demarcado, também, pela incorporação do Serviço Social na reforma brasileira, quando diversos institutos foram integrados, alguns dos quais, confessionais. Ressaltamos que o debate sobre a formação profissional é intenso no país, embora pouco expresso nas linhas de pesquisa das pós-graduações, ainda que temáticas essenciais nelas contempladas sejam matérias de pesquisa já efetuadas.

Contamos hoje com 151 cursos de Serviço Social em todo o Brasil, 19 programas de pós-graduação, sendo que, cinco destes têm conceito 5 e um tem conceito 6, que é o da PUCSP, o que confirma a referência da área, junto à comunidade científica. Repõe-se, em cada ENPES, o constante desafio na busca de subsidiar a construção de alternativas críticas para o enfrentamento da questão social que fujam a essa mistificação neoliberal e que formulem propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, com os direitos e a democracia. As profissões que trabalham com a realidade humana social, como o Serviço Social,

recebem os impactos dessas aceleradas transformações e, por isso, nenhuma delas pode se colocar fora dessa rota social de construção de cidadania. Como diz Chauí: “a construção de comportamentos políticos novos implica em sujeitos políticos novos capazes de se instituírem em processos sociais ocupando esse lugar social”.

A ABEPSS, mantendo sua tradição bienal, realiza mais um encontro nacional de pesquisadores em serviço social, consolidando-se como espaço de debates, aprimoramento acadêmico, que somente é possível a partir da construção coletiva assumida pela categoria e por suas entidades representativas: ABEPSS, ENESSO e CFESS. Para finalizar gostaria de me valer das palavras do nosso poeta gaúcho Mário Quintana:

*Eu nada entendo da questão social
eu faço parte dela simplesmente
eu sei apenas do meu próprio mal
que não é o mal de toda gente
nem é deste planeta por sinal
que o mundo se demonstra indiferente
e o meu anjo da guarda, ele somente
é que lê os meus versos afinal
e enquanto o mundo entorno se esborronda
vivo regendo estranhas contradanças
no meu vago país da tresibonda
entre loucos, os mortos e as crianças
é lá que eu canto, numa eterna ronda
nossos comuns desejos e esperanças.*

Que possamos manter acesa durante esses três dias em que estaremos reunidos, os desejos, a esperança, que possamos avançar, que possamos, mais uma vez, sair refeitos desse processo todo em que esse ENPES se propõe a discutir a pesquisa num momento de tantas dificuldades.



CONTRIBUCIONES AL DEBATE SOBRE LOS DILEMAS EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS

Maria Lorena Molina*

INTRODUCCIÓN

Interesa en este texto plantear algunos cuestionamientos en torno a los dilemas en la producción de conocimientos, desde diversas fuentes, sean éstas de orden: ontológico, epistemológico, metodológico, ético-políticos, pedagógicos y de gestión. Dichos planteamientos aspiran contribuir al debate entre los investigadores reunidos en el IX Encuentro de Investigadores en Trabajo Social, realizado en la Pontificia Universidad Católica de Rio Grande do Sul. Los referentes desde los cuales organizo estas contribuciones toman en consideración lo siguiente:

- la reconstrucción de los rasgos más sobresalientes de las tendencias de la investigación en la sexagenaria escuela a la cual pertenezco, ésta es Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Costa Rica¹. Esto me parece pertinente para captar en esas tendencias las premisas que la han sustentado, con ello derivar un acercamiento a nuestro

* Licenciatura Trabajo Social. Magister Scientiae Administración Pública. Universidad de Costa Rica. Directora Escuela de Trabajo Social Universidad de Costa Rica

¹ Costa Rica es un país centroamericano. Tiene aproximadamente 50.000 kms cuadrados y cerca de 4 millones de habitantes, de los cuales el 3% es indígena. Tiene más de una centuria de un régimen democrático- burgués representativo. Una Constitución Política que define un tipo de Estado interventor en la producción y en la atención de lo social. Abolió el ejercito e incorporó desde 1949 las garantías sociales y económicas y recientemente las ambientales. Ello configura un escenario jurídico de base para la viabilización de los derechos humanos de I, II y III generación y por tanto son la base para el trabajo profesional.

La Universidad de Costa Rica, fue creada en los años cuarenta del siglo XX, después de varias décadas de haberse cerrado la Universidad de Santo Tomás. En esos mismos años, se funda la Escuela de Trabajo Social, la cual pasó a ser universitaria a partir de 1947. En Costa Rica, durante 50 años, existió una única universidad con carreras de Trabajo Social. A partir de la década del noventa se inicia la experiencia en universidades privadas. A la fecha hay tres universidades privadas en las que se forman trabajadores sociales. Existe un único post-grado en Trabajo Social, el cual pertenece a la Universidad de Costa Rica, e inició sus actividades en el segundo quinquenio de los noventa.

pasado, para entender el presente y señalar lecciones resultantes de los avances y retrocesos para bosquejar algunos dilemas;

- mi práctica de investigadora enfrentada a condiciones de trabajo y distribución de recursos presupuestarios que favorecen la transmisión de conocimientos, más que la producción, aunque se plantee la importancia de las tres funciones universitarias, esto es la docencia, la investigación y la acción social;
- enseñar acerca del qué, para qué, por qué, para quiénes, con quiénes y cómo hacer investigación. Ello remite al debate sujeto-objeto y cómo esta relación es asumida desde las diversas matrices epistemológicas, cuando se toman en cuenta conglomerados representativos de sujetos para hacer generalizaciones de las regularidades o a partir de la escogencia de sujetos que representan situaciones de la diversidad humana, para profundizar en sus particularidades en el aquí y el ahora y, a partir de sus voces e interpretaciones, derivar otras interpretaciones. O bien, considerar la mutua relación sujeto-objeto y su movimiento en la historia de la situación estudiada, considerando para ello la gama de técnicas documentales cuantitativas o cualitativas para la recolección de los datos para interpretarlos, desde su movimiento dialéctico;
- la investigación implicada en el trabajo profesional. Los procesos de la investigación en el particular-social (personas, familias, pequeños grupos) para expresar los resultados en estudios sociales que fundamentan decisiones o contribuyen a decisiones que influyen en las vidas de las personas. Lo que implica hacer sistematización y sus diferencias con lo que es producir conocimiento;
- sobre la perspectiva ética y política desde donde pensamos, hacemos y enseñamos a hacer la producción de conocimientos y los dilemas que significa la libertad de cátedra y la libertad de pensamiento;
- el desafío pedagógico que todo esto significa, para forjar pensamiento, actitudes y perspectivas críticas –

propositivas, para una intervención fundada en la investigación rigurosa y en un posicionamiento de promoción, protección, pero sobre todo de defensa y exigibilidad de los derechos humanos;

- me pregunté también, acerca de los procesos de gestión de la investigación, desde una unidad formadora que busca los caminos de la integración de la investigación - docencia - acciones sociales enraizadas en los procesos de la enseñanza aprendizaje, con raigambre social. Desde la importancia de articular equipos de investigación en torno a núcleos o áreas socialmente significativas para el Trabajo Social, según la lectura del contexto, o sea de las características socio-económicas, políticas culturales, que son expresión histórica y configuran mi país y la región;

Entonces, desde mi pensamiento el cual es sobre todo expansivo, panorámico y recuperador del pasado, no pude evitar la tentación de referirme a cada asunto que me inquieta y a algunas ideas que forman parte de la agenda de intereses en nuestra escuela. Por ello, organizo así la exposición. En primer término, refiero a la modesta trayectoria del pensar, hacer y enseñar la investigación, desde una unidad de enseñanza del Trabajo Social, que a muy temprana edad tenía en su currículo un curso de investigación social y aspiró, desde los años setenta, a integrar la investigación la docencia y la acción social como eje vertebral de la educación en Trabajo Social. Para esto, realizo una breve periodización que señala las tendencias y contratendencias en la investigación. Vinculo el último período con los principales dilemas que hoy enfrentamos, según mi propia lectura.

En segundo lugar, nos ocupamos de plantear algunos de los dilemas o desafíos en la comprensión ontológica, epistemológica y metodológica, político-ética de la producción de conocimientos, que, según mi lectura, encaramos actualmente. Finalmente, reseño algunos desafíos en materia pedagógica para la enseñanza de la investigación social, en nuestra escuela.

Debo aclarar, la producción de conocimientos empíricos y teóricos, supone procesos de rigurosidad científica, según los

presupuestos de los cuales parte. Esta presentación tratará sobre los tortuosos senderos transitados en el ámbito académico en mi país para formar y hacer investigación desde el Trabajo Social. No discuto aquí acerca de qué hemos producido, ni sobre el tema debatido sobre las tesis de producción de conocimiento, una de las cuales se posiciona en producir de y para el Trabajo Social - tesis que no comparto - y la otra tesis, que se coloca en producir desde el Trabajo Social para aportar a la teoría social. Me intereso en rastrear el recorrido en cuanto a lo que significa formar y hacer investigación como plataforma necesaria para producir conocimientos, que contribuyan a comprender y explicar las complejas situaciones sociales de la vida contemporánea, más allá de lo aparential para hacer una intervención fundada.

1. LOS SENDEROS TORTUOSOS Y FECUNDOS

A partir de la revisión de fuentes documentales oficiales de la Escuela de Trabajo Social y la consulta con docentes que vivieron las experiencias, es posible identificar, para los efectos de esta presentación, tres períodos en materia de enseñanza de la investigación y la producción de conocimientos. Cada período se caracteriza, según las orientaciones que ha tenido la investigación en los currículos, en el enseñar y en el hacer la investigación, así como en cuanto a las decisiones tomadas en materia de gestión académica.

Primer período: la primacía en la transferencia y no en la producción de conocimientos

Los rasgos que tipifican la enseñanza de la investigación se refieren a: la existencia de un curso de investigación social con referentes de la ciencia positivista y en la enseñanza de los métodos clásicos. El enfoque se basa en hacer investigación diagnóstica, según el tamaño del sujeto y no a partir de la dimensión ontológica. En este período, no se registran investigaciones realizadas por los docentes. Los trabajos finales de graduación (tesis) están circunscritos a las temáticas micro-

sociales y en mucha menor medida, a la historiografía de la profesión. Se identifica en el Plan de Estudio de 1954 un curso de investigación social que se mantiene vigente hasta 1976, suponemos con las actualizaciones correspondientes de los temas, en consonancia con los desarrollos pertinentes en el campo. No obstante, el contenido de los programas del curso muestra una clara tendencia epistemológica desde la matriz positivista.

Segundo período: de la triple integración hacia la desintegración y liberalización.

Este período marca una ruptura significativa con respecto al anterior período. Por un lado, se reconoce la importancia de colocar la investigación como uno de los ejes de la formación y en consecuencia se toman decisiones que configuran un modelo de gestión curricular asentado en:

- vincular la producción de conocimientos para nutrir la docencia y fundamentar la acción social en el proceso de formación académica. Esto supuso el manejo de la triple integración, a saber: la integración teoría-práctica; la integración investigación-docencia - acción social y la integración de objetivos
- el proceso formativo de: estudiantes-docentes, grupos sociales y profesionales ²;
- generar pensamiento crítico sobre la realidad social costarricense, en tanto las experiencias de aprendizaje tienen raigambre en las manifestaciones de la cuestión social, aunque no se manejase por entonces esta categoría teórica, más sí sus manifestaciones en grupos sociales: obreros, campesinos, cooperativistas;
- configurar equipos de docentes- investigadores según problema generador y nivel del plan de estudios;

² Sobre este tema consúltense las contribuciones de Alayón. N. , Guzmán. L. y otros más, sobre el conocido método denominado Taller, el cual fue puesto en práctica en varios países, a partir de los años setenta.

- un claro posicionamiento de pensar y hacer investigación a partir de problemas que refieren a las condiciones de trabajo y las posibilidades de reproducción social de estos grupos de trabajadores.

En este mismo período se gestan las condiciones para un declíneo en esta forma de orientar la formación académica y gestionar el currículum en lo que atañe a procesos participativos de gestión académica por niveles del plan de estudios. Así como de una organización de las responsabilidades docentes y la asignación de los recursos correspondientes para el apoyo de la integración y no la dispersión. Este período por ello lo caracterizamos con dos fases, en virtud del movimiento que adquiere el tema de la producción del conocimiento, la enseñanza y la gestión académica necesaria para hacer investigación.

Primera fase: la investigación vinculada a los grupos sociales populares y orgánicamente integrada a la docencia y la acción social.

Este período es consecuente con las expresiones del espíritu de la Reconceptualización y con los procesos internos de la Escuela y la Universidad. Se caracteriza por plantear la investigación como eje de la formación académica y como fuente para el pensamiento crítico y la sensibilización y el compromiso social. Esta decisión curricular inunda todos los niveles de la formación académica.

La investigación se hace desde el aula y fuera de ella en los escenarios de las condiciones de vida y de trabajo de los trabajadores agrícolas y urbanos, en sus organizaciones y desde las instituciones públicas ejecutoras de la política social. Una explicación más precisa de los rasgos que caracterizan este período nos permite señalar lo que sigue. A partir de la ruptura en las orientaciones de la formación profesional expresadas curricularmente en 1973³ se inicia un proceso de búsqueda de

³ Para ampliar sobre las orientaciones de la formación académica en su conjunto consúltese Molina Y M.C. Romero (1991) *Planificación y Evaluación curricular en la Escuela de Trabajo Social*. Editorial Alma Mater. San José.

camino alternativo para hacer de la investigación un eje transversal de la educación en Trabajo Social, articulador de la docencia y a la acción social, como ya hemos dicho. Tal búsqueda encuentra una opción en el Plan de Estudio 1976, en tanto éste rompe con la cátedra autónoma y los cursos o materias desagregadas y desarticuladas, pues se estructuran equipos de docentes-investigadores en torno a los problemas generadores de cada nivel del plan de estudio⁴. Ello da lugar a una estructura organizativa de elevada complejidad en interacciones para autogestionar los procesos pedagógicos e investigativos y auto-evaluadores de los avances y restricciones. A su vez, dichos procesos fueron direccionados desde las estructuras intermedias de toma de decisiones (Secciones de Investigación y Docencia) y del nivel superior de toma de decisiones (Dirección, Consejo Académico y Asamblea de Escuela).

Los niveles del plan se estructuran a partir de "problemas generadores"⁵ y desde allí, se construyen los contenidos o temas de la docencia, los objetivos de la investigación y de la acción social. Adicionalmente, la investigación se posiciona en un qué, para qué, por qué y cómo, referidos expresamente a los grupos sociales, conceptualizados por su inserción en el trabajo. O sea, interés conocer mediante la investigación desarrollada:

Cómo viven, cómo piensan (los campesinos, los obreros industriales y agrícolas, los cooperativistas agrícolas) y cuáles son sus problemas y a qué causas históricas obedecen.

Además, interés conocer acerca de; *cuáles son las expresiones organizativas y los procesos que*

⁴ Para ampliar sobre las orientaciones de la formación académica en su conjunto consúltese Molina Y M.C. Romero (1991) *Planificación y Evaluación curricular en la Escuela de Trabajo Social*. Editorial Alma Mater. San José.

⁵ Una explicación detallada de estas características curriculares puede consultarse en MOLINA, M. L. y ROMERO, Maria Cristina (1996) "La educación en Trabajo Social en Costa Rica". Cuadernos de Trabajo Social .Nº 9. Universidad Complutense de Madrid. España.

conducen en la búsqueda de soluciones a sus problemas desde las organizaciones comunales y sindicales.

Además de este núcleo de asuntos de interés desde este mismo plan de estudios se plantean interrogantes que atañen a las políticas sociales y al ejercicio profesional, en tanto que los problemas generadores plantean el interés en investigar sobre ¿cuáles son las respuestas desde el Estado costarricense para atender los problemas de estos grupos sociales y qué hace el trabajo social?

Puede apreciarse entonces que desde 1976 están planteada la lectura de la realidad social costarricense desde una perspectiva de totalidad socio-histórica y con una categoría clasista en la comprensión de los sujetos sociales. No se observó interés alguno, en referir los procesos de enseñanza-aprendizaje de la investigación, al sujeto en su singularidad como persona, como familia o pequeño grupo. Sólo interesó desde la perspectiva de su inserción en el proceso productivo y la reproducción social como colectivo de trabajadores. La mirada de los sujetos como "casos sociales" fueron omitidos en la formación profesional desde 1973 a 1989.

La investigación que realizan las y los docentes se organiza en equipos interdisciplinarios constituidos por: trabajadoras sociales, sociólogos, economistas, antropólogos, psicólogos, filósofos, politólogos, geógrafo e historiador. Se crearon tres equipos de docentes-investigadores quienes asumieron sus propias responsabilidades en la enseñanza, en el hacer investigación y en la supervisión de los procesos educativos extra-aula en los escenarios de las prácticas académicas. Todo este proceso estuvo orientado por la investigación-acción y dio lugar a monografías de sistematización de experiencias a cargo de los y las estudiantes y de informes de los resultados de la investigación a cargo de los y las docentes. Esta experiencia generó aprendizajes muy importantes: por un lado, propició sensibilización y toma de conciencia de las expresiones de la

desigualdad social entre los actores involucrados: estudiantes-grupos de trabajadores y sus familias y entre docentes. Todo ello en un escenario pedagógico de los talleres para aprender – haciendo la investigación social.

Esto guarda relación también con los procesos auto re-estructuradores de la Universidad misma. En el caso de la nuestra, es a partir de 1972 - debido a los acuerdos del III Congreso Universitario - cuando se crearon tres vice-rectorías, a saber: investigación, docencia y acción social. Desde estas, se trazan los lineamientos para cada una de estas funciones universitarias orientadoras de los procesos académico-burocráticos. Pero corresponde a las autonomías de las escuelas la definición de prioridades en materia de investigación y acción social.

Así las cosas, en 1976 se elaboró y se inscribió un proyecto marco de la investigación docencia y acción social. Este proyecto cobijó las acciones investigativas de los y las estudiantes y de los equipos docentes articulado en función de interrogantes de investigación en concordancia con los ejes de la formación académica. Desde las premisas del proyecto, el interés estuvo en producir conocimientos para apoyar procesos críticos en la comprensión de las condiciones de vida y de trabajo de los grupos sociales populares costarricenses y de sus potencialidades organizativas para contribuir a su fortalecimiento, reorientación o creación. Los enfoques metodológicos combinaron la aplicación de técnicas cuantitativas, como la entrevista estructurada y semi-estructurada, la investigación documental y la observación participante en los procesos de trabajo y en las dinámicas familiares de la vida cotidiana. Estos procesos se desarrollaron según los lineamientos de la investigación-acción, lo cual incluye hacer descodificaciones de los hallazgos de lo investigado con los pobladores y a partir de allí acordar esfuerzos organizados para emprender acciones encaminadas a la solución de los problemas de la producción, de las organizaciones o de la vida en comunidad.

Cabe observar que, la investigación y las sistematizaciones de las experiencias de la investigación-acción estuvieron teñidas de interpretaciones marxistas y neo-positivistas (ROMERO S., 1986), como lo demuestra en una investigación que

abarcó el estudio del curriculum integrado durante una década de ejecución.

La formación en investigación para contextos micro-sociales, como soporte de la toma de decisiones en materia asistencial o terapéutica no formaron parte de la agenda curricular por un largo período. Cuando se retomó, retornó a sus raíces originarias del trabajo social norteamericano.

Esta experiencia estuvo desarrollándose durante una década, la realización de las investigaciones desarrolladas por los docentes sin duda nutrieron la docencia y las supervisiones de campo, aunque como hipótesis planteo que quizás la enseñanza de la teoría y métodos de la investigación no fuese suficiente.

El proceso de discusión y confrontación ideológica en el seno de la Escuela y el posicionamiento en la dirección de la misma (1982-1990), del sector no adherente del enfoque crítico de la formación profesional, le da un viraje a la práctica pedagógica, a la orientación de la formación académica y se desarticulan los procesos integradores de la investigación-docencia y acción social. La hegemonía de este criterio se expresará posteriormente con más claridad, en el cambio curricular de 1993⁶. Podríamos decir que esta fue la primera parte de un período fecundo de experiencias enriquecedoras para transitar a la segunda parte de la década con características tortuosas.

Este proceso de avances en la integración de la investigación-docencia y acción social como eje articulador en el

⁶ El Plan de estudios corresponde a cinco años de estudios o sea 10 ciclos lectivos de 16 semanas de clase.

Comprende horas de práctica, lo cual corresponde a 178 créditos de los cuales 47 créditos son de prácticas académicas. Las horas- práctica están divididas de la siguiente manera. **Segundo año**, corresponde al taller I: 10 horas por semana durante 16 semanas (160 horas práctica en el ciclo lectivo) además de 5 horas por semana de trabajo independiente del estudiante (80 horas en el ciclo). **Tercer año**, corresponde a los talleres II y III con 14 créditos ambos. Un total de 21 horas semanales, lo cual significa 336 horas práctica cada ciclo, o sea 672 por año. **Cuarto año**, corresponde a los talleres IV y V con 16 horas semanales de práctica por ciclo lectivo, o sea 256 horas. Al año 512 horas práctica más 160 horas de trabajo independiente. El **quinto año** corresponde a los talleres VI y VII con 12 horas semanales de práctica, lo cual da lugar a 192 horas por ciclo y a 384 al año, además de 288 horas de trabajo independiente. El total de horas práctica-supervisadas son 1728 horas, más 448 horas de trabajo independiente. La totalidad corresponde a **2276 horas** en el Plan de estudios

currículo, sufrió adecuaciones en los años siguientes y se convirtió en una experiencia irreplicable en todo el proceso formativo, pues desde 1993 se inició una fragmentación, en el sentido de que los docentes se articularon en equipos de investigación en función de temas autodefinidos y la pertinencia de la vinculación con la docencia y la acción social se tornó azarosa y voluntarista.

No obedece ya, a un proceso planeado, articulado y gestionado orgánicamente. Podría decirse, que se liberalizan las decisiones sobre el qué y para qué de la investigación, privan los intereses académicos individualistas y no responde más a una decisión de la totalidad, y ello da lugar a la segunda fase.

Segunda fase: la investigación articulada al currículo y a la gestión académica integradora se debilitan.

A partir del segundo quinquenio de los años ochenta en el contexto de la tensión entre mantener los fundamentos críticos de la formación por un lado y por el otro, en dar un viraje a la "restauración conservadora", coexisten en la práctica pedagógica dos curriculum en pugna. Se maneja una dualidad, por un lado se mantiene la vigencia de hacer investigación y docencia a partir de los problemas generadores y la vinculación de la lectura ontológica con criterio de clase social y por otro lado, se reinsertan los temas que ofrecen la oportunidad de investigar lo micro-social, o sea, a la persona, la familia como caso social, desde las premisas que sustentan la enseñanza de los métodos clásicos de Trabajo Social - en cuanto al caso individual y el grupo - con expresa tradición positivista.

Lo que atañe a la comunidad, busca ser trascendido con lo enfoques de la investigación acción, las contribuciones de Paulo Freire y la educación popular.

Toda esta contradicción de dilemas ontológicos, epistemológicos y ético-políticos se mantiene vigente y en 1993 se manifiesta la pugna de los dilemas en una expresión curricular plagada de contradicciones.

En lo que atañe al tema de este trabajo, o sea los dilemas en la producción del conocimiento en lo que refiere al hacer y el enseñar, baste señalar que los dilemas enfrentan meollos

relacionados con las definiciones del Qué; Para qué; Por qué; Con Quiénes y Cómo enseñar y hacer la investigación articulada a la enseñanza.

El eje temático antes llamado "problema generador" sufrió transformaciones. El interés está en conocer los problemas macro y micro de la sociedad costarricense (taller I). Esto parece denotar la pertinencia y necesidad de construir mediciones entre el universal-particular y sus manifestaciones empíricas en los costarricenses, pero ahora desprovistos de la categoría clase social para su comprensión, pues se pasa a priorizar el criterio de edad. Se mantiene el tema de las organizaciones de base comunitaria, pero circunscritas a lo comunal, se omiten las organizaciones gremiales y productivas, o sea se excluyen las cooperativas y los sindicatos de los trabajadores como sujetos involucrados en las investigaciones.

Los temas teórico metodológicos de los procesos de la investigación-acción se enseñan y aprenden desde los talleres II y III (prácticas pre-profesionales) pero circunscritas a organizaciones barriales inscritas en la lógica del desarrollo comunal. Lo referido a aprender a hacer e investigar acerca de la ejecución de las políticas sociales y el quehacer profesional se asume en los talleres IV y V, que corresponden al cuarto año de estudios universitarios, pero circunscritos a expresiones particulares y singulares en los escenarios laborales principalmente de carácter público. Lo relativo a investigar sobre la formulación y la gerencia de las políticas sociales sectoriales compete al nivel de licenciatura, o sea corresponde a los talleres VI y VII.

Sin embargo, la investigación integrada a la docencia realizada, deja de ser una decisión sostenida orgánicamente en equipos de nivel y da lugar a la selección de temas según los intereses de los y las docentes, quedando a la voluntad y posibilidad el integrarlos a los cursos. En los dos últimos años de los noventa se retoma la discusión en torno a la triple integración de la investigación, docencia y acción social y se estructuran proyectos de investigación relacionados con el tema de la violencia intrafamiliar y el tema de la democracia local y la

participación ciudadanía⁷. En este período se identifican intereses y problemas de investigación, que se articulan al Plan de Investigación aprobado en 1986, el cual tenía dos líneas: POLÍTICAS SOCIALES Y FORMACIÓN ACADÉMICA. Los temas que los y las docentes asumieron en sus investigaciones a partir de los años noventa, pueden clasificarse como sigue:

Temas sobre la formación y el ejercicio profesional

- a. Las preocupaciones teórico-metodológicas de la intervención: se ocupan del ejercicio profesional y la aplicación de los métodos de caso, grupo y comunidad en Costa Rica.
- b. Las preocupaciones pedagógicas: el meollo refiere a la práctica pedagógica en la formación de trabajadores sociales críticos, creativos y propositivos.
- c. La historia de las transformaciones curriculares. La integración de la docencia la investigación y la acción social en el currículo integrado de la escuela de trabajo Social
- d. Género y currículo.

Temas sobre las políticas sociales

- a. La propiedad social y el cooperativismo.
- b. La educación cooperativa y las transformaciones doctrinarias y de gestión en las cooperativas
- c. Concepciones y estrategias de atención y gestión de las políticas sociales en Costa Rica.
- d. Políticas sociales en Costa Rica: empleo, asistencia y seguridad social.
- e. Democracia local: conciencia y acción.
- f. Los sistemas locales de protección a la niñez y la adolescencia

⁷ Los informes finales de estos proyectos dieron lugar a publicaciones diversas realizadas por las profesoras Norma Méndez, Ivette Campos, Ana I. Ruiz, M^a Cristina Romero y M^a Lorena Molina.

- g. El trabajo social en las políticas educativas en comunidades urbano marginales.

Temas sobre asuntos de los sujetos

- a. Violencia intrafamiliar
- b. VIH-SIDA y mujer. Alcances de la ley de paternidad responsable
- c. Estado de situación de los derechos de la niñez y la adolescencia
- d. El abuso en adultos mayores

De estos proyectos solo tres se vincularon expresamente a la tarea docente en cursos que desarrollaban los y las investigadoras responsables. La vinculación estuvo facilitada al asumirse el doble papel de investigadora y supervisora de práctica académica, pero respondieron a iniciativas personales y no a decisiones institucionales. Cabe destacar la experiencia del proyecto referido a la temática de la violencia intrafamiliar⁸ el cual integró las tres funciones y se desarrolló a partir de la docencia, específicamente en los talleres de todos los niveles del plan de estudios.

Por lo anterior, aprecio que en la segunda fase en materia de selección de problemas de investigación y los procesos de gestión de los proyectos articulados al proceso formativo de los y las futuras profesionales estuvo marcado por la liberalización de las decisiones sobre el qué, por qué, para qué de la investigación.

Podemos apreciar entonces, que en la década del noventa inicia otra modalidad de gestionar y hacer investigación. Ya no existe una línea definida orgánicamente para conducir la investigación, sino que los y las docentes configuran equipos de investigación sobre temas de interés académico personal e institucional pero no ligados a la docencia y acción social como directriz institucional plena o de cobertura total.

⁸ Campos, Ivette y Norma Méndez (2003) Informe Final del Proyecto de Investigación. Escuela de Trabajo Social. Universidad de Costa Rica.

Un avance realmente significativo, ocurre en el segundo quinquenio de los años noventa, se manifiesta en la lectura del contexto para subrayar en él las principales áreas que manifiestan las expresiones críticas de la cuestión social, en tal sentido se delimitan las temáticas y se constituyen en orientadoras del quehacer académico de las escuelas.

La enseñanza de la investigación se articula a la epistemología en tres cursos (dos en segundo año y uno en cuarto año); en los talleres II y III se asume lo referente a la enseñanza-aprendizaje de la investigación-acción y al hacer sistematizaciones de estos procesos. En quinto año se coloca en el diseño de proyectos de investigación relacionados con los trabajos finales de graduación. Sobre este particular, Campos (2002) realiza una indagación acerca de las características de la práctica académica como eje para la investigación y la acción social y concluye destacando el potencial que ofrece partir de la docencia para transitar y potenciar las otras actividades. Esto – continúa Campos - permite no sólo atender los problemas sociales complejos por medio de inter-aprendizajes de los participantes y marca caminos para procesos de gestión más eficientes, flexibles e integrados, los cuales suelen confrontar los esquemas rígidos de la burocracia universitaria.

Este período concluye con la autocrítica. Se registran los avances, los retrocesos y sus explicaciones en el contexto de la evaluación curricular iniciada en 1996 y posteriormente inscrita en el proceso de acreditación⁹. En este proceso con absoluta crudeza se remarcaban los desaciertos construidos en esa década marcada por confrontaciones ideológicas, desgastes organizacionales, contradicciones ontológico-epistemológicas- teóricas, carencia de investigación como esfuerzo sostenido y planeado institucionalmente en cuanto a las decisiones sobre el: Qué, Para qué, Por qué, Para quiénes. Por supuesto, como ilustramos antes, investigaciones hubo y siguen desarrollándose, pero no como respuestas explícitas a las decisiones de una política de investigación integrada a la docencia y a la acción social, pese a la

⁹ La Escuela de Trabajo Social de la Universidad de Costa Rica fue acreditada en el 2001 por parte del Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior.

de aprobación de un Plan de Investigación en 1986 avalado por la Asamblea de Escuela y a las experiencias desarrolladas.

El segundo período dejó importantes lecciones aprendidas en términos de dilemas, los cuales pueden sintetizarse así:

- a. *Hacer y enseñar a hacer investigación en una unidad de educación superior comprometida con la construcción de equidades, requiere ser pensada en función de temáticas que derivan de la expresión de las desigualdades sociales. Por ello, se debe dar prioridad a la relación entre: condiciones de trabajo y reproducción social de los sujetos particulares y singulares, cuyas voces no son necesariamente consideradas en las decisiones fundamentales de la política económica y social del país, como consecuencia de los procesos de exclusión económica, social, cultural. Entonces esto nos lleva a plantear lo ético y lo político con la investigación desde el Trabajo Social.*
- b. *Es necesario debatir acerca de los roles en el quehacer investigativo (CAMPOS, 2002) que refieren a ser consumidor de investigaciones, diseminador de resultados, colaborador o asociado de proyectos que construyen debates sobre temas inquietantes y el rol de producción o creación de conocimiento. Ahora bien, en tal sentido conviene discutir acerca de nuestros rumbos seguidos en la investigación empírica generadora de datos que se acumulan, sobre las potencialidades existentes y limitaciones para el desarrollo de la investigación teórica. Pero sobre todo, debatir acerca de cuál es el la contribución potencial para producir conocimientos con potencial transformador o sea para contribuir a fundamentar una intervención profesional colocada en la comprensión crítica histórica de las cuestiones sociales y sus múltiples y fragmentadas situaciones, así como del papel que le corresponde desempeñar, pero a su vez con lectura estratégica de las oportunidades.*

- c. *Ahora bien, es necesario no caer en la trampa que al recuperar las voces de los sujetos, los dehistoricemos de sus contextos y nos quedemos en las interpretaciones del aquí y el ahora solamente. Por ello, es importante la reflexión vigilante de la relación ontología-epistemología-métodos.*
- d. *El otro dilema refiere a la cátedra autónoma transmisora de conocimiento o la cátedra articulada al estudio e investigación de los asuntos sociales claves del país, que hace del aula un verdadero centro de auscultación del mundo en que vivimos, sensibilizador y forjador de conciencia crítica y propositiva.*
- e. *Sabemos que los recursos asignados a la investigación en Ciencias Sociales, suelen ser escasos, por tanto, el desafío es potenciarlos mediante procesos de gestión que articulen sinergias entre docentes, estudiantes, profesionales y poblaciones-meta y que a su vez sean parte de redes mayores en el contexto latinoamericano.*
- f. *El otro dilema refiere a los desafíos en los modelos de organización y gestión de las Escuelas de Trabajo Social, de manera que se requiere superar los enfoques mecánicos que no leen los contextos y los sujetos relevantes y pertinentes como pivotes fundamentales para dirigir, planear las metas y los procesos de trabajo.*

Todos estos desafíos o dilemas son los que marcan el surgimiento de un tercer período de nuestra historia académica que corresponde a los años 2000, según mi propia lectura.

Tercer período: buscamos una brújula y trazar el mapa de navegación.

Por qué subrayar esta historia de avances y retrocesos? Porque creo aquí reside la clave para entender las preocupaciones

actuales. De estos períodos recorridos estimo –según mi propia lectura- que las principales lecciones aprendidas en términos de desafíos en la producción del conocimiento refieren a los siguientes nudos o dilemas necesarios de encarar en el próximo quinquenio. Ellos son:

- Partir de la realidad como totalidad social VS enseñar a aplicar procedimientos metodológicos a sujetos descontextualizados y deshistorizados.
- Debatir sobre la investigación empírica y teórica y su contribución a las comprensiones de la totalidad social y su potencial transformador VS la investigación aparentemente no comprometida pero que entonces se aísla de los intereses no proclives a los intereses de las mayorías excluidas.
- Organizar cátedras integradoras y con investigación articuladas a la cuestión social VS cátedras autónomas e investigaciones “por la libre” que manifiestan la “ceguera organizacional”, incapaz de ubicar lo estratégicamente relevante.
- Gestionar procesos innovadores de investigación-docencia y acción social con direccionalidades éticas y políticas hacia la defensa y exigibilidad de los derechos VS administrar rutinas organizacionales incapaces de leer la complejidad de la vida social.

El mapa de la navegación podría empezar a trazarse si continuamos los debates sobre:

- Los desafíos en la comprensión ontológica, epistemológica y metodológica en la producción de conocimientos de las “áreas socialmente significativas” orientadoras del pensar y quehacer académico. Las “áreas socialmente significativas” responden a una lectura de las más relevantes manifestaciones de la cuestión social- baste aclarar que el documento que sintetiza esta materia, no maneja esta categoría en el texto explícitamente.

- La pertinencia de concentrar las decisiones en lo que atañe a temas que concitan el estudio, la investigación y la intervención desde el Trabajo Social en función de las temáticas de las áreas (UNIVERSIDAD DE COSTA RICA, 1995) que se resumen en los siguientes términos:

- a. “de la pobreza a la calidad de vida en igualdad de oportunidades
- b. del deterioro de la salud a la salud integral
- c. del deterioro del ambiente hacia el desarrollo sostenible
- d. de la violencia social a la democratización de la vida cotidiana y la convivencia social
- e. del autoritarismo y la exclusión a la participación social y la ciudadanía plena
- f. de la crisis del estado de Bienestar hacia la reforma del Estado”.

- La pertinencia de cruzar el estudio de tales temas y su manifestación en los sujetos en atención a su diversidad según criterios de nacionalidad, condición social, étnia, género, edad, discapacidad y de la explicación histórica de la génesis y desarrollos contradictorios en la sociedad costarricense. Así como el análisis de las políticas y la legislación social desde una perspectiva histórico-crítica.
- También se debe profundizar la discusión del debate ético- político del qué, para qué, por qué, para quiénes hacemos investigación desde el Trabajo Social en estas áreas socialmente significativas.
- El otro desafío o dilema en la actualidad refiere a las premisas de la gestión y las estructuras organizativas necesarias para potenciar los recursos asignados en virtud de prioridades que se constituyan en nucleadores de debate, terrenos de aprendizajes de estudiante, docentes-investigadores y profesionales en ejercicio que operen como co-supervisores de las prácticas pre-profesionales.

Ello supone, una gestión académica democrática con direccionalidad signada por el desafío ético de posicionarse en los temarios de la investigación que marcan la vida de los trabajadores y sus familias vinculadas o no a los procesos de trabajo y cuyas condiciones de vida para la reproducción social, se caracterizan por subrayadas vulneraciones al acceso de satisfactores que hagan realizables los derechos humanos.

Finalmente podemos sintetizar que el dilema medular refiere a la urgencia de asumir investigaciones que puedan mostrar interpretaciones cuyas mediaciones se construyan de lo micro a lo macro, del sujeto a la estructura; de la cotidianidad a la macro historia; de la intervención fundada a la interpretación teórica y viceversa. Todo ello transversalizado, en primer término: por una explícita definición de defensa y exigibilidad en la realización de los derechos humanos, pero sin dejar de plantearse la búsqueda de sociedades asentadas en la equidad. Ello es importante aclarar en tanto que, los derechos humanos tienen el discurso de la igualdad pero emergen en el contexto de la desigualdad que requiere la reproducción del capital.

En el apartado siguiente ampliamos sobre los dilemas señalados en la producción de conocimientos. Tales dilemas atañen a la formación de grado y al postgrado¹⁰

2. LOS DILEMAS ACTUALES: LÍNEAS EN EL MAPA DE NAVEGACIÓN

Nos hemos interrogado en nuestra escuela desde diversos vértices con respecto a la agenda de cuestiones que nos atañen en materia de producción de conocimientos. No son muchos los pasos que hemos dado en este camino, sin embargo hoy más que

¹⁰ La Maestría en Trabajo Social tiene tres énfasis: Investigación; Gerencia Social y Intervención socio-terapéutica. Uno de los compromisos que explicita en su Plan de Desarrollo Estratégico refiere al desarrollo conjunto de la investigación con el nivel de grado.

ayer comprendemos la pertinencia de hacer docencia nutrida de los desarrollos de la teoría social acompañada de la producción de conocimientos generados desde la investigación de nuestros contextos. Producir conocimiento desde y para nutrir el potencial transformador estratégicamente posible de las intervenciones profesionales.

A partir de las lecciones aprendidas en el recorrido esbozado anteriormente, las cuales podemos captar hoy al tomar distancia de los procesos de los cuales fuimos parte y a partir de ellas, plantear los principales dilemas que configuran un borrador de carta de navegación. Los dilemas y desafíos refieren a: la comprensión ontológica y el posicionamiento ético político; a lo epistemológico- metodológicos de la producción de conocimientos; a los desafíos pedagógicos y a los desafíos de la gestión de la investigación.

A. Ontológicos – políticos y éticos

Lo ontológico refiere a cómo se interpreta la naturaleza de lo real. En este plano se configura un dilema triangular, según sea desde donde nos coloquemos para comprender la realidad social. La manera como se concibe la realidad guía los procesos concretos de investigación, la apropiación teórica del mundo real. En la interpretación de la realidad se enfrentan por un lado, el idealismo (la idea, el concepto) expresado por ejemplo en el funcionalismo que considera al hecho social o cultural como prolongación de las conciencias individuales y por el otro lado, el materialismo (la materia, la realidad que existe con anterioridad e independencia a nuestra conciencia la que determina las ideas y a su vez esa conciencia es construida en tanto ser social y es la colectividad en función de intereses la que es capaz de transformar esa realidad). En Trabajo Social nos enfrentamos:

- a. **al dilema de reconocer la realidad social sometida a leyes inmutables** cuyo conocimiento posibilita el predecir y el controlar los fenómenos del mundo social como los del mundo físico y biológico. El ser humano es

fragmentado, deshistorizado. La realidad es atomizada, naturalizada, comprendida en equilibrio y con disfuncionalidades. Las patologías, lo anormal configuraron los problemas y objetos de investigación.

- b. **El dilema de sobre-valorar en la realidad, al sujeto y considerar que son diversas las realidades** y por ello construimos un calidoscopio de verdades relativas asentadas en los motivos, las percepciones, las interpretaciones. No interesan las causas y el contexto. La verdad está en las ideas, se exacerba el subjetivismo.
- c. **La comprensión de la realidad social y del ser humano-social.** como totalidad histórica, contradictoria y en auto-desarrollo o sea tiene génesis y transformación. El ser humano es un ser social construido históricamente, transformado y transformador de esa historia en tanto sujeto colectivo. Por ello, como ya ha sido subrayado por connotados colegas brasileños, para un Trabajo Social con perspectiva crítica corresponde Colocar la dimensión ontológica desde la inserción en el mundo del trabajo y el mundo de la vida (familiar y local) o sea en las condiciones de producción y reproducción social, como fuente clave en la estructuración de problemas de investigación.

Ahora bien, posicionarnos en una manera de comprender la realidad configura el camino ético y político de la investigación, ya que desde la primera perspectiva arriba indicada para comprender la realidad, se supone la neutralidad; por lo tanto como investigadores supuestamente no tenemos intereses, de allí que la responsabilidad ética está en la rigurosidad de la aplicación del método científico. Desde la perspectiva materialista de la comprensión de la realidad interrogarnos acerca de las responsabilidades éticas con el proceso de la investigación y de los resultados nos lleva a comprometernos como investigadores con: qué investigamos, para quién, con quiénes, para qué lo hacemos desde una perspectiva crítica y transformadora.

En consecuencia nos preguntamos: qué nos corresponde hacer como sujetos profesionales, como docentes y como

institución formadora, que es parte de una universidad pública que expresa compromiso con un pensamiento crítico ante las desigualdades sociales y con el desarrollo de capacidad propositiva argumentada para la búsqueda de equidades que superen las discriminaciones según clase social, género, etnia, discapacidad, etc.?

Concluyo entonces que, la congruencia entre esos fines de la Universidad a la que pertenece nuestra escuela y los fundamentos curriculares necesariamente suponen la opción por una comprensión ontológica de base materialista, lo cual no significa negar al sujeto sino entenderlo en su mutua relación con el contexto histórico del que es parte y de allí deviene un posicionamiento político y ético conducente hacia la transformación de las condiciones causantes de la desigualdad, por supuesto no desde perspectivas mesiánicas.

B. Dilema epistemológico-metodológico

Lo epistemológico se relaciona con el modo de entender la relación entre el sujeto cognoscente y la realidad cognoscible y lo metodológico refiere al modo de conocer o sea cómo se construye esa relación.

Esto nos lleva al debate del sujeto y el objeto y en consecuencia a las matrices epistemológicas que ponderan uno sobre el otro o bien la que pondera la mutua interrelación. O sea, colocar el peso en el objeto, los hechos son la fuente de la objetividad, la realidad es medida, interesan las regularidades y las disfuncionalidades. El otro posicionamiento, coloca el peso en el sujeto y su interpretación de los significados, no existen verdades absolutas, estas son relativas, existen tantas verdades como interpretaciones. O bien, la tercera opción, el sujeto y el objeto se interrelacionan y uno transforma al otro mediados por contradicciones que conforman condiciones de existencia y de conciencia y esto marca los procesos de la historia personal, familiar, comunal, de la sociedad en su conjunto.

En relación con lo metodológico, desde el positivismo el método es empírico, descriptivo analítico del fraccionamiento de la realidad y su inductivismo.

Ello nos lleva a la desagregación de los hechos, la descripción cuantitativa/cualitativa de las regularidades, desprovistas de las conexiones sustanciales de carácter económico y político.

Por otro lado desde la matriz interpretativa, tenemos el mundo individual, de la cotidianidad, la etnia y el género que reclaman espacios y exaltando el sentimiento, la intuición, las emociones critican las obsolescencias del pensamiento social crítico y el supuesto objetivismo positivista. Esto tiende a configurar un "subjektivismo conservador" asentados en el constructivismo y en la fenomenología que no aceptan el principio de objetividad y lo sustituyen por el de subjetividad y en términos de procedimiento metodológico la hermenéutica (la interpretación de los significados) es la clave. Guba (1990 apud BREILH, 1994, p.113) afirma: "el constructivismo no busca predecir, ni controlar el mundo real, ni tampoco intenta transformarlo sino busca reconstruir el mundo en el único punto que existe: en la mente de los constructores. Es la mente la que debe ser transformada no el mundo".

Desde la perspectiva materialista-histórica, la dialéctica es la clave del procedimiento. Se rompe con el inductivismo y la noción de que los hechos y datos hablan por sí mismos. La construcción dialéctica asume la totalidad social en movimiento contradictorio, los procesos tienen génesis y desarrollo; las transformaciones ocurren como síntesis de las contradicciones. Para aprehender dialéctica e históricamente el movimiento de la totalidad concreta, en tanto es síntesis de múltiples determinaciones, el método dialéctico articula lo racional y lo sensorial, lo empírico con lo teórico, lo fenoménico con lo esencial, lo cualitativo con lo cuantitativo, lo general y lo particular. Esto nos lleva a los siguientes dilemas metodológicos:

- a. **La realidad antes que el método.** Los procesos de investigación requieren ser pensados y planeados como caminos flexibles y que los procesos de interpretación de

los datos requieren del sustrato de los métodos según sea la naturaleza del problema y los objetivos de la investigación. No puede anteponerse el método a la realidad y encajarla en él, así como es distinto el proceso de investigación del proceso de interpretación.

- b. **Superar la ficticia separación entre las técnicas de investigación cuantitativa e investigación cualitativa en la enseñanza y en el hacer de la investigación.**

Para los cuantitativistas los fenómenos válidos como conocimiento científico son los que pueden ser contados, medidos y comprobados. Para los cualitativistas la vía es reconocer la esencia por mecanismos de evocación y preguntas, los relatos o historias referidas a las íntimas motivaciones, percepciones, interacciones simbólicas, construcciones psicológicas. Todas ellas pueden ser extraídas del discurso de los individuos por un método interpretativo.

Entendemos y acordamos con otros, que la realidad social en su complejidad requiere de la consulta de fuentes estadísticas, documentales, hemerográficas, teóricas, históricas. Se debe superar la fetichización del dato cuantitativo y la fetichización del texto, así como la interpretación simple y mecánica de asociar uno y otro a una matriz epistemológica. La clave está en descubrir a partir de los datos que descomponen un objeto de estudio un nuevo objeto reconstruido desde la apariencia hasta su esencia: su génesis, su desarrollo y en ellos sus relaciones contradictorias, sus hitos de cambio y sus manifestaciones. Muy bien ilustra Rojas Soriano (2001) en su texto al citar a Marx y Engels con el uso de diversas fuentes y técnicas, como por ejemplo: *la encuesta* (la encuesta obrera de Marx); *la observación* (a la que recurrió Engels para conocer de cerca, por observaciones y vinculaciones personales al proletariado inglés); *los estudios de experimentación* (hechos por los fabricantes ingleses con respecto a la duración de la jornada laboral, los cuales también fueron consultados por Marx); *el análisis de caso* (p. e. el de Guillermo Wood de 9 años, para referirse al trabajo infantil y los factores que lo propician); *el*

análisis de documentos (p. e. las cartas de obreros; las estadísticas de los informes de inspectores de fábricas), *las fuentes hemerográficas* (las noticias, informes en revistas, periódicos) y el *conocimiento científico acumulado* a la época (lo reseña Engels en su obra: *Dialéctica de la Naturaleza Humana*).

- c. **La urgencia de superar la separación entre lo diacrónico-sincrónico; lo macro y lo micro**, si asumimos las implicancias de concebir la realidad humano-social atomizada, estable, funcional, a-histórica o bien asumir la realidad integrada, contradictoria, auto-transformadora y por tanto histórica. Lo anterior nos conduce a comprender lo cotidiano como categoría relevante de la vida social en el mundo del trabajo, lo familiar, lo barrial o el vecindario. Afirman Paulo Netto y Carvalho (2000, p. 44) que lo cotidiano en nuestros días se mueve dialécticamente entre: "la existencia y la subsistencia; lo material y lo espiritual; lo singular y lo genérico; lo local y lo global; lo igual y lo diferente; individuo y ciudadano; la parte y el todo".

Esto nos lleva al debate de lo diacrónico como perspectiva histórico social y lo sincrónico de la vida cotidiana como síntesis de determinantes históricos y núcleo determinante de la intervención profesional.

C. Desafíos pedagógicos en la formación para producir conocimientos

Una pedagogía crítica es consecuente con una visión del mundo construida en desigualdades sociales que requieren ser superadas para alcanzar formas de vida social incluyentes. La investigación de la realidad como manifestación de la cuestión social resultante de la organización de la sociedad moderna, es un asunto medular de un currículo que se plantee forjar pensamiento crítico e innovador, sobre la base de la rigurosidad y la capacidad de argumentar. Esto plantea múltiples desafíos que articulan la

organización y la gestión académica en su conjunto y la gestión de la investigación en particular mediados por lo pedagógico.

Hoy nos debatimos en la enseñanza de la investigación en estos desafíos:

- Cómo enseñar investigación para la producción de conocimientos y para forjar conciencia crítica y propositiva de la totalidad social desde cada uno de los cursos que configuran la malla curricular?
- Cómo enseñar la investigación social para realizarse desde los contextos cotidianos, micro- sociales, donde se desarrolla el trabajo profesional o sea: con personas trabajadoras o no y sus familias en todos sus arreglos, pequeños grupos, organizaciones comunales, redes sociales. Sobre la base de las investigaciones se deben tomar decisiones relativas a las intervenciones asistenciales, socioeducativas promocionales y la intervención socio terapéutica desde un enfoque de protección, defensa y exigibilidad de los derechos humanos. Pero a su vez es fundamental que comprendan que la inmediatez aparente y fragmentada de la cotidianidad de la vida de los sujetos requiere entender lo humano social, como producto histórico y síntesis de contradicciones culturales de la sociedad patriarcal, capitalista-globalizada de marcadas y diversas exclusiones por condición social, étnica, género, edad, discapacidad, opciones sexuales, etc. Esta complejidad del ámbito de competencia profesional está marcado por la génesis de la profesión, la cual emergió para ocuparse no de una sola dimensión de esta compleja vida social, sino que surgió para ocuparse de los no incluidos socialmente, que a su vez sufren una diversidad de exclusiones.
- Cómo enseñar la investigación evaluativa de los procesos de atención micro-social? Nos lleva a interrogarnos en el proceso de formación acerca de la importancia de entender, que el sentido común debe ser superado

mediante la investigación científica y que la apariencia es sólo la primera cara que esconde la esencia de los fenómenos y procesos sociales, que en la interrelaciones y no en entidades aisladas se buscan las interpretaciones y que las interrelaciones pueden ser explicadas con una lógica de regularidades y disfunciones o con una lógica de contradicciones motores de transformaciones y ello marca un posicionamiento ético –político del trabajo profesional.

- d. Cómo enseñar la investigación evaluativa de los procesos de gerencia de las políticas sociales consecuente con una comprensión histórico crítica de las organizaciones productoras de servicios sociales y en tanto expresión de las lógicas de la política económica y social? Y cómo esos resultados deben revertirse en procesos de empoderamientos de la ciudadanía y en procesos de ejercicio del poder en los escenarios institucionales y/o sectoriales, locales en materia de las políticas sociales, pero sedimentadas en la fuerza que ejerzan las organizaciones ciudadanas en sus diversas expresiones?

Por ello, el formular proyectos de investigación con la explícita vinculación con las otras funciones o sea con la docencia y la acción social, pasa también por diseñar los programas de los cursos con formatos alternativos y con estrategias pedagógicas consecuentes con la pertinencia de desarrollar pensamiento crítico. En tales programas de los cursos es fundamental expresar las interrogantes de investigación, los objetivos de formación en materia de investigación (amén de los propios de la materia particular del curso que refieren a los objetivos de la docencia) y los objetivos de acción social en términos de para qué y para quiénes es la investigación.

D. Gestión de la innovación integradora

La gestión de la investigación desde un paradigma innovador de la gestión institucional Silva y otros (2001), requieren

la definición de “un marco para pensar”, esto lo comprendemos en términos de lo que nos ocupa como lo correspondiente a los fundamentos ontológico, epistemológico ético-políticos que constituyen la brújula o sea el “marco para decidir” y “el marco para actuar”, para construir coherencia, congruencia y legitimidad organizacional interna y externa. Esto requiere estar apoyado en las políticas, estrategias y estructuras construidas por los actores organizacionales para gestionar con innovación y participación los proyectos.

La gestión supone repensar y negociar recursos para la innovación y también enfrenta el dilema de convertir la innovación en la fuerza hegemónica de trabajo que subyuga la rutina para crear el compromiso de los talentos humanos organizacionales con hacer de esto y ser parte del desafío institucional.

La construcción del conocimiento científico está supeditado también a las condiciones materiales de existencia de una escuela universitaria, a las prioridades que la universidad misma defina y que determinan la distribución presupuestaria.

La gestión de una escuela universitaria puede ser comprendida, de acuerdo con el enfoque de gestión estratégica institucional innovadora (SOUZA et. al., 2001), desde tres escenarios. Ellos son, la universidad en el mercado pero no en la sociedad; la universidad al servicio de las prioridades y rumbo del desarrollo científico-tecnológico; o bien, una universidad prospectiva y comprometida con la construcción de equidades desde un modelo de desarrollo inclusivo y ecológicamente sostenible. Las prioridades del contexto para aportar a esa forma de desarrollo marcan la pauta, en tal sentido entendemos que la lectura de la cuestión social es el punto de partida para configurar un temario de investigación que se asuma a cargo de equipos de investigadores- docentes, estudiantes y profesionales. La gestión es realmente un desafío para la producción de conocimientos desde las escuelas universitarias. No ocurren los mismos desafíos en centros o institutos de investigación de la educación superior, pues en el ámbito de las escuelas se enfrenta el dilema de la prioridad que se le asigna a la función docente para la asignación de los recursos presupuestarios.

En esta línea de pensamientos, o líneas de la carta de navegación, pensamos que la estructura organizativa de la escuela debe ser transformada para darle soporte al nuevo currículo 2004 y retomar los aprendizajes derivados del período en el cual la escuela fue capaz de ser dirigida mediante un ambicioso proyecto articulador de la docencia, la investigación, la acción social que hizo del aula un espacio pedagógico, para romper con la concepción única de una docencia como transmisora de conocimientos y convertirla también en oportunidad para aprender—haciendo procesos de investigación al servicio de los sectores sociales menos favorecidos del sistema social. A su vez fue un escenario de encuentros y debates forjadores de criticidad y compromiso social. Para decidir y actuar se requieren estructuras cuyas dinámicas propicien la integración de las funciones universitarias en clara y explícita articulación con la cuestión social. En este sentido, las directrices claves a considerar en la construcción de las relaciones y procesos de trabajo necesarios para construir la estructura para el logro de las aspiraciones deben considerar al menos:

a. El contexto es la pauta para determinar los problemas de investigación:

La gestión de la investigación pasa por una lectura del contexto en el que la profesión de Trabajo Social está llamada a desempeñarse. Por ello, nuestra escuela ha identificado las áreas socialmente significativas como puntas de lanza, ejes articuladores de la investigación, docencia y acción social. De manera tal que estas áreas se convierten en los desafíos contextuales desde los cuales devienen las líneas de investigación y acción social ligados a la enseñanza y sus consecuentes estrategias pedagógicas nucleadoras de las tres funciones. Las áreas son:

- De la exclusión social a la construcción de equidades
- De la enfermedad, mantenimiento y preservación a la salud integral

- De la violencia social a la democratización de la vida cotidiana.
- De la crisis del Estado benefactor a las transformaciones necesarias desde una perspectiva inclusiva del desarrollo

Estas áreas a su vez son intersectadas por temas fundamentales para la formación y trabajo profesional, tales temas son:

- las diversidades de los sujetos según sea la condición social por inserción en el mundo del trabajo, étnica, género y discapacidad y las discriminaciones en el acceso a satisfactores para la realización de los derechos humanos;
- Las acciones político-organizativas de los sujetos en la defensa y exigibilidad de sus derechos en los espacios locales;
- Las políticas y la legislación sociales: su génesis, desarrollo y actores involucrados;
- Los procesos gerenciales de las políticas en la producción de servicios asistenciales, socioeducativos y socio terapéuticos.

b. La triple integración requiere el manejo de una compleja trama de relaciones:

Los procesos de integración de la docencia, la investigación y la acción son posibles si se construyen mediaciones de orden ético, político y teórico, acompañadas de las mediaciones pedagógicas en el aula y extra aula, así como las estructuras organizativas de soporte a esas relaciones, que refieren a la estructuración de los núcleos o equipos de investigadores de grado y postgrado y de los graduandos. Estas estructuras configuran relaciones matriciales que interconectan las líneas de investigación con las tres funciones ya mencionadas: investigación, docencia y acción social. Cada una de las cuales requiere de un coordinador académico. Los nodos que se configuran en esas interconexiones se asientan en los

niveles del plan de estudios (grado y post-grado) y dan lugar a los proyectos integradores en escenarios particulares y con objetos de investigación pertinentes al eje temático del nivel y a la línea de investigación.

- c. **Toma de decisiones de políticas, estrategias y estructuras:** Esto requiere de una explícita política de investigación definida a partir de las líneas que son la expresión de la lectura del contexto o sea de las manifestaciones de la cuestión social que convoca al Trabajo Social. Las estructuras organizacionales además de respetar lo ya establecido para las tres funciones universitarias, se reconfiguran en una especie de red de redes que corren en forma vertical y horizontal en consonancia con los procesos de trabajo y niveles de toma de decisiones en el grado y el postgrado Esos niveles son:

- **Estratégico**, corresponde a la Asamblea de Escuela y Comisión de Postgrado¹¹, órgano máximo de decisión que define políticas y estrategias.

- **Gerenciales**, referidas a la Dirección de la Escuela y el Consejo Académico (asesor) y la Dirección del Postgrado. Le compete la dirección del conjunto, la asignación y distribución de los recursos propios y generados por la escuela, la construcción de coordinaciones, la organización de procesos intersecciones, inter-organizacionales (nacionales e internacionales) así como, la evaluación de los procesos y los resultados.

Adicionalmente a lo anterior, el otro desafío refiere a las condiciones de trabajo en el escenario universitario. El trabajo de la innovación institucional que convierte la investigación en un eje de la formación académica no puede recaer en la intensificación de la jornada laboral de las y los docentes universitarios, ni en el voluntarismo de las colegas que se interesen en vincularse a los proyectos de investigación.

- **Operativas:** estas decisiones corresponden a los equipos de docentes-investigadores según sub- problemas de investigación que forman parte de un proyecto de Línea de Investigación y que son gestionados por un Núcleo que dirige el proceso inter-niveles del plan de estudios y que a su vez buscan articularse a otras redes mayores.

- d. **Condiciones de trabajo en la universidad.** Ninguna propuesta puede resultar auto-sostenible sin analizar las condiciones de trabajo propiciadoras o restrictivas para estos desafíos. Hecho este balance, entonces debe plantearse los requisitos necesarios para lograrlo y en tal sentido construir los consensos y negociaciones necesarias.

COROLARIO

El recorrido realizado en la primera parte de este texto permitió señalar el movimiento de la investigación en el proceso de la formación académica en nuestra escuela, las marchas y contramarchas en consonancia con las premisas epistemológicas que la han sustentado, las lecturas contextuales los propósitos que ha cumplido, a quiénes ha involucrado, cómo se ha enseñado y cómo se ha hecho. De allí derivamos las lecciones aprendidas en términos de omisiones, confusiones, logros. Todo ello, nos permitió plantear los dilemas y desafíos que enfrenta nuestra Escuela. Si los logra resolver, muy posiblemente sentará las bases para una etapa superadora de los resultados históricamente construidos y abonaría el terreno para un Trabajo Social que se posicione con mayor densidad teórica y claridad histórica, ético-política en los asuntos de la cuestión social costarricense que atañen a esta profesión.

¹¹ La Comisión del postgrado: Maestría en Trabajo Social tiene a la Escuela de Trabajo Social como Unidad Base, pero académicamente está supeditado al Sistema de Estudios de Post-grado de la Universidad de Costa Rica

REFERÊNCIAS

- BREILH, Jaime. Las técnicas intensivas (cualitativas) en la investigación en salud: debate sobre sus usos y distorsiones. In: _____. **Nuevos conceptos y técnicas de investigación** – Guía pedagógica para un taller de metodología. Quito: Centro de Estudios y Asesoría en Salud, 1994. p. 104-148.
- _____. **Nuevos conceptos y técnicas de investigación**. Quito: Centro de Estudios y Asesoría en Salud, 1994.
- CAMPOS, Ivette Moreira. La función de la investigación en el proceso académico de la escuela de Trabajo Social. **Análisis**, Puerto Rico, v. 3, n. 1, 2002.
- _____. La práctica académica como eje para la integración de la investigación y la acción social. **Revista Reflexiones**, San José, v. 81 n. 1, p. 57-62, 2002.
- CRUZ, Jane. Planejamiento de la pesquisa social. **Temporalis**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p.123-143, jan./jun. 2004.
- DELGADO, Juan Manuel; GUTIÉRREZ, Juan. (Coord.). **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Síntesis, 1999.
- ENGELS, Federico. **Dialéctica de la naturaleza**. México: Juan Grijalbo, 1961.
- MAGUIÑA, Alejandrino et al. La investigación y el trabajo social. **Acción Crítica**, Lima, n. 21, 1987.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo, Veras Editora, 1999.
- NOYA, Miranda, F. J. **Metodología, contexto y reflexividad: una perspectiva constructivista y contextualista sobre la relación cualitativo-cuantitativo en la investigación social**.
- ORTIZ, A. La confrontación de modelos y niveles epistemológicos en la génesis e historia de la investigación social. In: DELGADO, Juan Manuel; GUTIÉRREZ, Juan (Coord.). **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Síntesis, 1995. (pp. 87-99).
- PAULO NETTO, José; BAPTISTA, Myriam Veras. **La investigación en trabajo social**. Lima: ALAETS - CELATS, 1992.
- _____; CARVALHO, M. C. Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ROJAS SORIANO, Raúl. **Métodos para la investigación social: una proposición dialéctica**. México: Plaza y Valdez, 2001.
- SAMAJA, Juan. **Epistemología y metodología**. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.
- SILVA, J. de Souza et al. **Proyecto ISNAR. Nuevo paradigma: la dimensión de gestión en la construcción de la sostenibilidad institucional**. San José: Proyecto ISNAR, 2001. (Documento inédito).
- TAYLOR, Steve; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona: Paidós, 1987.
- UNIVERSIDAD DE COSTA RICA. Escuela de Trabajo Social. Archivos Sección Docencia. **Planes de estudio: 1942-2004**. San Jose, 1995.

OS DESAFIOS NA PESQUISA E NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

Ivete Simionatto*

O século XX nos deu o cinema, o telefone, o automóvel, o avião, a penicilina, a asa-delta, o computador, tanta coisa maravilhosa. Mas a maior invenção de todos os tempos é do século XXI, o GOOGLE. A cultura prêt-à-porter.

Millôr Fernandes

RESUMO

O artigo aborda o estado da arte da pesquisa em Serviço Social no Brasil, os avanços ocorridos na organização e sistematização do conhecimento e suas expressões em diferentes períodos históricos. O conjunto das produções do Serviço Social brasileiro revela como a profissão construiu, ao longo da sua trajetória, um *corpus* teórico que lhe confere legitimidade enquanto área de conhecimento no contexto das ciências sociais particulares, e também perante as agências de fomento. Nas últimas décadas fortaleceu-se a produção coletiva, tanto na graduação quanto na pós-graduação, especialmente a partir da criação de núcleos e grupos de pesquisa. Estes congregam linhas e projetos de investigação cujos eixos temáticos encontram-se sintonizados com as demandas postas pelas grandes transformações societárias e seus desdobramentos no campo profissional. Contudo, se por um lado avançou-se consideravelmente na produção de conhecimentos em relação aos “macroprocessos sociais”, por outro ainda persistem dificuldades na mediação com situações particulares à profissão, desafio a ser enfrentado na atualidade.

Palavras-chave: Serviço Social, pesquisa, produção de conhecimentos.

* Assistente Social, doutora em serviço Social pela PUC-SP, professora do Departamento de Serviço Social da UFSC.

ABSTRACT

This article concerns the state of the art of research in Social Service in Brazil, the advances that have taken place in the organization and systematization of knowledge, and their expressions in different historical periods. The range of work of Brazilian Social Service reveal how the profession has built, during its trajectory, a theoretical corpus that establishes its legitimacy as a field of knowledge in the context of the distinct social sciences and also in relation to the supporting agencies. In recent decades, collective production was strengthened, both at the undergraduate and graduate levels, especially since the creation of the research centers and groups. These entities have pursued investigative fields and projects with thematic focuses that respond to the demands created by the great social transformations and their consequences in the professional field. Nevertheless, if on one hand there has been considerable advancement in the production of knowledge in relation to the "social macroprocesses", on the other, difficulties still remain in the mediation with situations particular to the profession, a challenge that must now be confronted.

Key words: Social Service, research, production of knowledge.

Em seu livro "Ciência, Universidade e Ideologia: a Política do Conhecimento", escrito em 1980, Schwartzman (1980) indaga a respeito de questões clássicas na produção do conhecimento. Como conhecer de forma adequada o mundo em que vivemos? Como distinguir o conhecimento verdadeiro do falso? Qual o papel do conhecimento na organização da sociedade e na conquista da felicidade humana? Qual a função política do conhecimento? Quais são os determinantes sociais dos diversos tipos de conhecimento? Qual a relação entre o conhecimento e a ética? Como apreender, estudar, decifrar o sentido do nosso tempo, seus dinamismos, suas contradições? Qual o destino dos dados científicos? Que conhecimento produzir em realidades como a atual, em que os processos de exclusão são a marca de nossa história? Essas questões têm sido centrais em todos os tempos e apresentam-se, ainda, como grandes desafios para o pensamento social e político contemporâneo, essenciais à compreensão da "dramática complexidade" de nossos dias, num cenário de "crises e mudanças aceleradas".

As novas tecnologias e a revolução informacional que hoje vivenciamos parecem indicar uma saturação do conhecimento, um estágio em que a humanidade teria atingido seu ponto máximo de desenvolvimento. Observa-se que essa impressão de saciedade tem permitido uma maior descentralização da produção do conhecimento: universidades de menor porte hoje já podem ter acesso a informações e experiências de grandes centros de pesquisa, ampliando as possibilidades de troca, a democratização e a socialização do conhecimento produzido. "Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se patrimônio comum" (IANNI, 1999, p. 28). Temos um acesso fantástico a bancos de dados na *web*, pois um pesquisador de qualquer país periférico dispõe, virtualmente, dos mesmos dados de um pesquisador do primeiro mundo. Instituições nacionais, como IBGE e outras, dispõem de dados acessíveis em tempo real, o que reduz significativamente o tempo antes despendido na pesquisa e na obtenção da informação.

Contudo, por outro lado, ao mesmo tempo em que democratiza e perpetua a informação sempre *on-line*, a disseminação da *internet* termina por romper com o próprio encadeamento temporal, bombardeando-nos com uma gama infinita de novas imagens, notícias, textos, pesquisas e descobertas, muitas vezes sem que saibamos como utilizá-las. Sobre isso, Nogueira (2004, p.198) afirma:

Manuseadas pela razão instrumental (custo/benefício), produzem, quando muito, perícia e habilidade, já que o vínculo do conhecimento depende de operações intelectuais balizadas por um outro tipo de razão, a razão crítica. Justamente por isso, um maior estoque de informação não garante nenhum ganho seguro em termos de compreensão crítica do mundo.

Pode-se afirmar, sem dúvida, que as transformações vividas nas últimas décadas do "breve século XX" desafiaram implacavelmente o conhecimento e os modelos de interpretação do mundo. O Serviço Social não ficou imune a essas transformações. Ao contrário, ao longo de sua trajetória tem demonstrado, através de suas produções, a busca pela

renovação constante de seus recursos teóricos e práticos. Independentemente das condições materiais e objetivas presentes em cada conjuntura, o conhecimento produzido no interior da profissão, mesmo constituindo-se, por vezes, “de forma parcial, incompleta, invertida e fetichizada” (SILVA, 1993), possibilita identificar momentos de continuidades, avanços e rupturas. O Serviço Social “nasce, desenvolve-se e reorienta-se” através do acervo cultural herdado da modernidade, levando sempre em conta as configurações, articulações e tensões que constituem a tessitura da realidade social em suas implicações sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas.

O conjunto das produções do Serviço Social brasileiro, dos anos 1930 aos dias atuais, consideradas as particularidades de cada período histórico, indica, assim, o modo como a profissão ou um grupo de pessoas interpreta o mundo, influem politicamente e fazem avançar o conhecimento, construindo um *corpus* teórico que lhe confere legitimidade. Se, dos anos 1930 ao final dos anos 1970, o Serviço Social vê-se embaralhado com a dinâmica mesma de nossas “revoluções passivas”, a “fecunda batalha das idéias”, que “começa a ter lugar entre nós” (COUTINHO, 1990, p. 25) no início dos anos 1980, fortalecida com os cursos de pós-graduação, possibilita forjar, a partir da Universidade, uma produção de conhecimentos que daria sustentação a um novo projeto profissional. Nas décadas anteriores não havíamos conseguido incorporar o pensamento crítico que florescia, agora a história desnudava-se diante de nós e exigia “a recusa de qualquer hermenêutica autoritária”. Mediante a aproximação com os pensadores clássicos, recriamos nossa capacidade de análise, de interpretação e de intervenção no real.

Ainda nos anos 1980, dois outros fatos são fundamentais: a reforma curricular de 1982, em que a pesquisa aparece como uma das exigências da formação profissional, e a criação, em 1987, do Centro de Documentação em Pesquisa e Políticas Sociais e Serviço Social-CEDEPSS. Sob a coordenação do CEDEPSS, e com a participação das demais entidades da categoria, a pesquisa ganhou novo impulso. Investiu-se na produção do conhecimento, conformaram-se posições científicas e políticas pelo engenho e pelo trabalho de uma coletividade que,

nos ambientes universitário, político e associativo, foi audaz em estabelecer caminhos fecundos para pensar a realidade social (IANNI, 1999).

A organização e a sistematização do conhecimento ganharam novos espaços de divulgação com a criação dos “Cadernos de Pesquisa do CEDEPSS” e dos “Cadernos ABESS”, que vigoraram de 1986 a 1998. As produções veiculadas nesses espaços evidenciam as preocupações da pesquisa em relação à discussão metodológica, às controvérsias paradigmáticas nas Ciências Sociais, suas relações com o Serviço Social e suas implicações na construção do conhecimento e na intervenção profissional. Nos anos 1990, acompanharam o debate instaurado no âmbito das ciências humanas e sociais, suscitando reflexões sobre a crise dos paradigmas na esteira da crise do socialismo real e, conseqüentemente, dos referenciais teóricos, principalmente no eixo da tradição marxista, no embate entre modernidade e pós-modernidade, na novidade dos chamados novos paradigmas como possibilidades de caminhos analíticos alternativos na análise da realidade social. A razão, então colocada em cheque, teria se esgotado em nome do irracionalismo e do relativismo. O Serviço Social, entretanto, mostrou sua “disposição crítica em relação às modalidades contemporâneas de vida progressivamente contaminadas pelo racionalismo instrumental, ou entregues à doce melodia pós-moderna de uma inevitável fragmentação do social” (BARBOZA FILHO, 2003, p. 6). Não sucumbimos às teses do “fim da história”, antes buscamos capturá-las em todas as suas determinações e sentidos, seja nas produções seja nos debates da categoria.

Os Cadernos são substituídos, a partir de 1998, pela “Revista Temporalis”, atualmente na sua oitava edição. Constitui-se hoje, ao lado de revistas consagradas, como a “Serviço Social e Sociedade”, em mais um espaço para a divulgação e socialização do conhecimento produzido na área.

A conjuntura do início da década de 1990, sob o influxo da Carta Constitucional de 1988, suscitou pesquisas fundamentais sobre cidadania, participação, democracia direta, direitos sociais, ampliação da esfera pública, como respostas ao processo democrático já tardio em nossa realidade. A construção de um

novo *ethos* entre democracia e sociedade materializou-se no debate das idéias. O Sistema Único de Saúde - SUS, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA foram “virados do avesso”, reclamados como direitos de direito e de fato. Não tardaram a chegar, no entanto, as políticas neoliberais, sustentadas no ajuste macroeconômico, na privatização e na desresponsabilização do Estado. O Brasil “mergulhou no mundo da globalização, passando a incorporar seu ritmo, seu discurso, suas políticas, seus problemas” (NOGUEIRA, 1998, p. 280). Essa conjuntura não deixou de ser captada nas produções do Serviço Social, no decorrer desta década “quase perdida”. Mesmo precarizada, a Universidade continuou apresentando-se como o espaço privilegiado da pesquisa e da produção de conhecimentos. Ampliou-se o espaço editorial e nossas produções foram colocadas em contato com o público externo, extrapolando as fronteiras nacionais, especialmente na América Latina.

A criação, em 1992, do Diretório de Grupos de Pesquisa, pelo CNPq, estimulou a produção coletiva, possibilitando o incremento e a organização da pesquisa produzida no âmbito acadêmico. Em termos quantitativos, no primeiro censo, realizado em 2000, foram registrados 74 grupos de pesquisa na área do Serviço Social, e atualmente indicam-se, aproximadamente, 140 grupos inscritos nessa agência de fomento. Intensifica-se, especialmente na academia, a formação de núcleos e grupos de pesquisa aglutinados em torno de grandes eixos temáticos e linhas de pesquisa, com temas sobre: a reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, as novas configurações do Estado e da sociedade civil, processo de trabalho e Serviço Social, temáticas resultantes das diretrizes curriculares aprovadas em 1996, o aprofundamento de investigações sobre a “questão social”, avaliações sobre as políticas sociais no eixo da Seguridade, especialmente as de saúde e assistência, a retomada das pesquisas sobre a previdência social e o retrocesso dos direitos sociais, agravado pelo desmonte da esfera pública e, ainda, questões como defesa dos direitos humanos, violência, cidadania, cultura, gênero, identidade e práticas sociais, com destaque para produções relativas às formas participativas de

controle social, à questão agrária e à questão urbana, ao crescimento da pobreza, à crise dos padrões de proteção social, aos novos eixos das políticas sociais públicas e privadas.

Para além dos grupos de pesquisa, tais temas figuraram nas produções individuais resultantes de dissertações de mestrado e teses de doutorado, no âmbito dos programas de pós-graduação, conforme indica a exaustiva pesquisa desenvolvida sobre o “estado das artes” no Serviço Social, de 1975 a 1997, pela professora Nobuco Kameyama. Pode-se dizer que alguns temas são recorrentes, mas outros são adensados, principalmente na transição dos anos 1990 para o ano 2000, no quadro do capitalismo globalizado e de suas expressões neoliberais.

Esse amplo arco de temas nos autoriza a afirmar que se avançou no “trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social”, de forma crítica, na apreensão dos problemas e dos desafios com os quais se defronta a profissão no contexto das relações sociais mais amplas, e não apenas na identificação das demandas a ela endereçadas ou das tarefas que lhe são atribuídas; ampliaram-se os conhecimentos sobre os processos sociais contemporâneos, as particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo, do Estado, da sociedade civil, do trabalho, da pobreza, da exclusão, da democracia, da cidadania, das políticas sociais e do próprio Serviço Social.

Observa-se, contudo, um descompasso, um hiato mesmo, entre a produção dos grupos de pesquisa e as exigências do próprio campo profissional. Essa lacuna denota que, se, por um lado, avançou-se consideravelmente na produção de conhecimentos em relação aos “macroprocessos sociais”, por outro, ainda existem dificuldades na mediação com situações particulares à profissão. Ou seja, como o conhecimento produzido pode tornar-se uma ferramenta às práticas profissionais, no sentido de qualificá-las enquanto expressões de uma totalidade mais ampla? Visto que o Serviço Social se caracteriza pela sua dimensão interventiva, de que forma a produção de conhecimentos pode tornar o fazer profissional mais competente e qualificado? Como produzir um conhecimento que estabeleça mediações entre os processos sociais mais amplos e as diferentes

esferas onde se inscreve o trabalho profissional? Como problematizar, atribuir um trato teórico e, portanto, produzir conhecimentos sobre as demandas e requisições que circunscrevem o campo profissional, superando a postura de denúncia e contestação?

Se a nossa produção teórica afirmou o Serviço Social enquanto área do conhecimento, observa-se, no quadro atual, que a qualificação desse conhecimento no plano macroestrutural vem perdendo a relação com a profissão e com a intervenção. Consideradas as particularidades das ações investigativas e interventivas, verifica-se um descolamento da produção de conhecimentos dos objetos reais da profissão para o movimento geral da sociedade, sem efetuar-se o “caminho de volta”. Evidencia-se a dificuldade tanto em passar do geral ao particular, de categorias mais abstratas para situações concretas, quanto em relação ao procedimento inverso, realizando um movimento de superação e de crítica. Trata-se de compreender de que forma as complexas determinações sociais das novas condições históricas se materializam em situações e problemas sociais específicos ao campo profissional, que não poderão ser captados somente pelo domínio da “razão teórica” descolada do real, ou, inversamente de um real que se esgota nele mesmo. Esse cenário pode tornar-se um campo aberto para a retomada de perspectivas fundadas no pragmatismo, no empirismo, no voluntarismo e no teorismo. Por isso mesmo, a importância de olhar a realidade não de forma prosaica e mistificadora, mas, através de um rigoroso exercício pautado pela razão crítica, de modo a captar as suas diversas dimensões, sejam elas particulares ou universais.

É, portanto, “a adoção de uma teoria social crítica” e um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social” que poderão possibilitar “a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 7) e produzir o conhecimento necessário para reafirmar o campo profissional com reflexões capazes de subsidiar as diferentes e novas racionalidades dos espaços profissionais provocadas pelas transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas. E isso

remete a um permanente desafio: como produzir conhecimento sobre o fazer profissional? Com quais objetos de estudo lidamos hoje e quais nos fortalecem enquanto área de conhecimento? Como as determinações histórico-sociais macroscópicas indicam, sinalizam, demarcam as demandas investigativas e interventivas da profissão?

Os eixos temáticos deste IX Encontro Nacional de Pesquisadores indicam que a pesquisa no Serviço Social vem se consolidando em áreas tradicionalmente abordadas como as políticas sociais, retoma outras de grande significado, como a formação profissional em nível de graduação e pós-graduação, e amplia áreas relativas à articulação entre formação e exercício profissional, possibilitando o resgate das produções acerca dos espaços sócio-ocupacionais, da intervenção profissional, mediante seus fundamentos ético-políticos, teórico-metodológicos e instrumental técnico-operativo. Esse alargamento de temas poderá suscitar novos eixos de pesquisa e contribuir para o estabelecimento de uma nova árvore do conhecimento, conforme sugere o CNPq, realinhando nossos objetos de investigação às particularidades da profissão, sem perder de vista o quadro macroscópico em que se inserem, ou seja, como as “microestruturas” sociais são atravessadas pelas “vicissitudes do desenvolvimento sócio-histórico” (MÉSZÁROS, 2004).

São diversas, ainda, as demandas que permanecem como desafios:

- delimitar objetos de investigação, evitando universos extremantes limitados, ou temas muito amplos, que ocasionem dispersão ou fragmentação;
- consolidar os grupos de pesquisa e avançar na construção de pesquisas interdisciplinares, interinstitucionais e redes de pesquisas, no sentido de possibilitar um aprofundamento sobre temas comuns;
- definir linhas de pesquisa integradas entre graduação e pós-graduação, tendo como referência as necessidades e os temas de relevância para a área (KAMEYAMA, 1998);
- criar mecanismos institucionais que permitam maior colaboração entre instituições e pesquisadores na mesma universidade e com outras universidades;

- ampliar a participação de pesquisadores não-docentes, que ainda é bastante reduzida, buscando superar o distanciamento entre pesquisadores inseridos no âmbito acadêmico e aqueles inseridos nas práticas profissionais.

Há que se considerar, nesse quadro, que as condições da pesquisa na área de Serviço Social, seus limites, avanços, rupturas, continuidades e descontinuidades, não podem ser remetidas somente ao âmbito interno da profissão, mas também ao quadro da crise geral em âmbito internacional, seu agravamento a partir dos anos 1990 e sua incidência no panorama do ensino superior brasileiro. A redução dos investimentos e o empresariamento da educação embarçam, cada vez mais, o desenvolvimento científico e tecnológico que tende a assumir, neste início do século XXI, o papel do mais importante e valioso fator de produção. Isso remete à conclusão de que a pesquisa e a investigação estão sendo compreendidas, de forma crescente, como os principais motores da inovação para o aumento da competitividade e da produtividade das economias, em termos nacionais e internacionais.

A mercantilização da ciência, conforme indicações na Lei de Inovação Tecnológica, recentemente aprovada, prevê uma política de “esvaziamento da universidade, de fomento do capitalismo acadêmico” e “direcionamento da produção docente à lógica da rentabilidade”. Compromete “os princípios constitucionais de autonomia didático-científica das universidades e de liberdade de produção, expressão e circulação de conhecimentos e saberes”. Coloca docentes, recursos e instalações públicas sob o controle direto de empresas privadas, que poderão inviabilizar a pesquisa básica, especialmente nas áreas humanas e sociais, e toda a produção científica que não seja de interesse imediato do mercado capitalista (DANTAS, 2004). A perda de prestígio, a desconsideração e a ausência de investimentos nas carreiras profissionais de nível universitário, a corrosão interna de nossas instituições, comprometem seu papel e sua função na sociedade, tornando-as pouco fecundas, fechadas em si mesmas, contaminadas pelo excesso de burocracia interna.

As formas coletivas de produção do conhecimento também passam a ser condicionadas “pela multiplicação e fragmentação dos interesses, pela ampliação frenética das demandas, por graves dificuldades de coordenação e direção, pela incerteza e pela insegurança, pelo enfraquecimento das lealdades e o empobrecimento da convivência” (NOGUEIRA, 2004, p. 201). Nesse quadro “de ambigüidades e ambivalências, os conceitos perdem sua força e o discurso vira ruído. Por isso mesmo, os espíritos ficam confusos, perdendo a lucidez na visão das coisas humanas” (SEVERINO, 2002).

O futuro continuará desafiador e a consolidação da pesquisa em nossa área dependerá, sem dúvida, tanto das condições objetivas de nossas instituições, quanto da potencialização das forças críticas e criativas aglutinadas em torno da produção de conhecimentos que possibilitem iluminar a análise dos processos sociais e desencadear ações e projetos profissionais que fortaleçam a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel; SIMIONATTO, Ivete. A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil: 1990-1996. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p.113-140, nov. 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de oito de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, nov. 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Recife, 1996.
- BARBOZA FILHO, Rubem. Sentimento de democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 59, p. 5-49, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nélon. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

- DANTAS, R. Mercantilização da ciência. **Boletim APUFSC**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 507, 8 nov. 2004.
- IANNI, OCTÁVIO. A Sociologia e as questões sociais na perspectiva do século XXI. In: SANTOS, José Vicente; GUGLIANO, Alfredo A. **A sociologia para o século XXI**. Pelotas: EDUCAT, 1999. p. 18-20
- KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p.33-76, nov. 1998.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 568 p.
- PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Universidade de Brasília. **Capacitação em Serviço Social e política social**: módulo 1. Brasília: CEAD, 1999. p. 91-110.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004. 263 p.
- QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991. 134p.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia**: a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SEVERINO, A. J. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 6, n. 10, p.117-24, 2002.
- SILVA, Lídia Maria Monteiro da. A construção do conhecimento profissional e o ensino do Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, p.157-169, set. 1993.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; GUGLIANO, Alfredo. A. (Org.). **A sociologia para o século XXI**. PELOTAS: Educat, 1999. v. 1. 156 p.

ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE LA INVESTIGACIÓN EN TRABAJO SOCIAL EN LA ARGENTINA

Margarita Rozas Pagaza*

RESUMO

La ponencia trata de la importancia sobre la producción de conocimiento en la Disciplina de Trabajo Social y, asimismo, sobre el significado que adquiere la construcción del campo profesional. Analiza la utilidad que se le asigna a esa producción a partir de interrogarnos para qué investigamos para quién y qué se ha aportado a las transformaciones de la sociedad. Entendemos que el desarrollo de toda profesión está estrechamente vinculado a la producción de conocimiento y, a su turno, dicha producción siempre está referido a los fenómenos sociales que expresan el movimiento de lo real. A esta constatación general se debería agregar, para el caso del Trabajo Social, la necesidad de que estos conocimientos sean la base de la intervención profesional. Ello se deriva de la comprensión que la naturaleza de la profesión está direccionada a incidir sobre los procesos sociales específicos. Dichos procesos aparecen sumamente complejos y, en consecuencia, la investigación es una herramienta fundamental para comprenderlos y explicarlos. Luego se analiza los momentos históricos por las que ha pasado la investigación en el Trabajo Social argentino.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of production of knowledge in Social Work Discipline and the meaning that the construction of professional field implies. The objective is to analyze the utility of this production, questioning about why and to whom do we investigate. We understand that the development of any kind of discipline is highly connected to the production of knowledge, but also this production is always refers to the social phenomenos that express the movement of reality. For its own nature, this particular discipline is oriented to act over specific social process; in order to comprehend and explain them in all its

* Docente-investigadora, Directora de la Escuela Superior de Trabajo Social- Universidad Nacional de La Plata
Directora de la Maestría de Políticas Sociales, Facultad de Ciencias Sociales-UBA

complexity; we consider the investigation a fundamental tool. Finally, we critically periodize the history of investigation in argentinean Social Work.

CONSIDERACIONES GENERALES

Agradezco a los organizadores de este encuentro el haberme invitado, posibilitando el encuentro con amigos y colegas brasileños y de otros países. Quiero empezar esta ponencia haciendo algunas reflexiones sobre la producción de conocimiento en la Disciplina de Trabajo Social y, en las ciencias sociales en general, asimismo sobre la importancia que ella tiene en la construcción del campo profesional, la utilidad que le damos en tanto definimos para qué investigamos para quien y qué ha aportado nuestras investigaciones a las transformaciones de la sociedad. Entendemos que el desarrollo de toda profesión está estrechamente vinculada a la producción de conocimiento, a su turno dicha producción siempre está referida a los fenómenos sociales que expresan el movimiento de lo real. A esta constatación general se debería agregar, para el caso del Trabajo Social, la necesidad de que estos conocimientos sean la base de la intervención; a partir de la comprensión que la naturaleza de la profesión está direccionada a incidir sobre los procesos sociales específicos. Dichos procesos aparecen sumamente complejos y, en consecuencia, se necesita de la investigación como herramienta para desentrañar e interpelarlos.

Si bien, es cierto que esta perspectiva está asumida por el colectivo profesional, cabe señalar que existe una tendencia a la sociologización de la investigación, en el sentido de un corrimiento de la investigación respecto a las problemáticas que constituyen el "campo profesional" de la intervención. Dicho de otro modo, los objetos de investigación, muchas veces están desligados de una mirada del Trabajo Social. Por lo tanto, se buscan problemáticas más genéricas vinculadas a la comprensión de la sociedad – lo que no quiere decir que ella no sea necesario para el Trabajo Social – pero no debe quedarse solamente en esta comprensión general de los fenómenos sociales, cuya consecuencia es el carácter ensayístico de los resultados de las

investigaciones, que no terminan de dar cuenta de los procesos sociales concretos. Hoy en día, no sólo el Trabajo Social sino las ciencias sociales en su conjunto, deberían aportar desde el conocimiento a dar cuenta de la configuración actual del mundo social, intentando develar los cambios generados en la vida social a partir de las manifestaciones que la cuestión social tiene en la vida cotidiana de las clases sociales subalternas. Para el caso del Trabajo Social, la investigación, a su vez, debe servir para problematizar las cuestiones específicas del qué hacer profesional, en tanto ella tiene cercanía con la manifestación de la cuestión social, entendida como problemas sociales.

En este sentido la investigación no es un requerimiento academicista, es por el contrario un requisito ético que nos posicione frente a la realidad con una conciencia de descubrimiento e interpelación crítica. Sin duda, ello implica un acto de ruptura respecto a las lógicas de pensar y construir conocimiento en el sentido positivista que justifican un orden social al hacer invisible las manifestaciones de lo "social". Por otro lado, esta corriente teórica ha llevado a la separación entre ciencia y técnica, o, dicho de otra manera, entre teoría y práctica; razón e instrumentalización, generando un entrapamiento de la relación investigación/intervención.

La problematización de esta dicotomía debe ser explicitada, teniendo como base el cuestionamiento de la racionalidad en la crisis de la modernidad y el cuestionamiento del paradigma positivista, entendida como la "gran ciencia" que tiene como base, la consideración que hay una identidad entre sociedad y naturaleza, por la cual, el dominio de la vida social pasa por las leyes naturales que son invariantes (homogenidad epistemológica), Comte, consideraba que los hechos sociales son hechos naturales, sometidos a leyes naturales, reconociendo de hecho el carácter de "cosa", de dichos fenómenos; por lo tanto, libre de preconceitos y juicios de valor. En tal sentido, la ciencia positivista establece una exterioridad entre el sujeto que investiga y el objeto investigado, es decir, de acuerdo con Paulo Netto (1992, p. 20):

Se trata de una fractura ontológica entre la razón que formaliza y la historia que se le pone como alteridad [...] asimismo de que la presunción de que el análisis científico de los fenómenos sociales es una búsqueda de causalidades y conexiones básicamente inalterables.

La fractura entre razón e historia ha llevado a dicotimizar el conocer y el hacer, y lo que es más grave, la pretensión de asignarle "objetividad" al conocimiento a partir de la fuerza de los hechos. Ello ha llevado a considerar que el conocimiento es neutro, desprovisto de los conflictos ideológicos y de las presunciones y, en este sentido, encubre la interpelación de los fenómenos. En esta perspectiva, dichos conocimientos, están libres de interpretaciones y desligados de los contextos de explicación. Agregando a este atributo de "objetividad" que la ciencia positiva sustenta está la consideración de la invariabilidad de los hechos sociales, por lo que dicha invariabilidad refuerza la idea del dato objetivo. En tal sentido, la intervención del trabajador social actúa sobre esa invariabilidad de los hechos, por lo tanto, la orientación de la intervención estaría desprovista de conocimiento y de la incidencia que se debe tener en los procesos de la vida social, más que al nivel de externalidad en la relación con dichos procesos; situación que implica el piso necesario para atribuirse que la eficiencia de la acción consiste justamente en la operatividad técnica, que tiene como fin, fortalecer dichas funciones y roles. No cabe duda que el neoliberalismo devenido en ideología, justamente lo que trata es de propiciar un pensamiento tecnocrático vinculado a las necesidades del mercado. En contraposición secundariza el conocimiento crítico de la vida social.

Por otro lado – si bien hay un intento de superación – aún existen en la formación profesional, la dicotomía entre aquellos que les interesa la práctica y aquéllos que les interesa la investigación. Estas dicotomías, inclusive, me atrevo a decir, exceden al debate teórico, sean éstas positivistas o neopositivistas que como ya dijimos plantean la externalidad de la relación entre sujeto-objeto, o aquéllas teorías centradas en la comprensión

subjetiva de los individuos contraponiendo el "dato" por lo sensible. El pensamiento conservador en la producción de conocimiento nos plantea un horizonte que insinúa que las causas de los fenómenos sociales se deben buscar en el comportamiento individual de las personas, y, en sus capacidades personales para adaptarse a los nuevos desafíos de la sociedad globalizada. En esta perspectiva se puede observar las teorías que orientan las investigaciones sobre las diferencias, tolerancia, multiculturalismo que explican en sí mismo el comportamiento individual desprovisto de sus relaciones. Hay una preocupación por los modos de comportamiento sin la explicación de las condiciones que la generan.

La dicotomía, conocimiento/intervención, a su vez ha polarizado, en algunos casos, la centralidad de la práctica, que luego deviene en pragmatismo y empirismo. En tanto ella aparece enmascarado de un compromiso "emocional" despojado de toda interpretación, o en todo caso, traducido a la generalización de que ese "compromiso emocional" con la cercanía del que padece, es la carta de legitimación de un profesional auténtico lejos de las disquisiciones academicistas.

Desde ese lugar el conocimiento de la realidad, es a través de lo "vivencial", que presupone la experimentación validada en sí misma. Pareciera que esta postura siguiera los supuestos Durkhenianos pero, a la inversa. Es decir, así como se entiende que los hechos sociales y, por ende los objetos de estudio son "cosas" definidas por las características externas y despojados de valores ideológicos; opera a la inversa cuando se acentúa la separación de la práctica con la teoría, en el sentido que la práctica debe tratar de recrearse en sí misma sin la contaminación de los análisis teórico, de este modo se protege el carácter de una práctica utilitaria para los fines de reproducir un supuesto "compromiso con el pueblo".

Ahora bien, conviene aclarar cómo se resuelve esta dicotomía de la que venimos hablando, sí entiendo que la teoría, no es la interpretación de causalidades en las relaciones establecidas por simple correlación (Durkheim), La teoría se nutre de los datos de la realidad, pero no sólo de ellos, en ese sentido, Grassi (1995, p. 71) afirma:

la teoría es una interpretación (fundada) de la realidad. Es decir un cuerpo coherente de supuestos y conceptos fundamentales que inspiran observaciones e hipótesis pertinentes a los fenómenos. Simultáneamente la realidad, es siempre una expresión mediatizada de la misma por esquemas de percepción e interpretación históricamente construidos. Dicho de otro modo: lo que afirmamos es que la realidad, es necesariamente aquello que pensamos que es la realidad, porque no hay realidad accesible para el ser humano, sino por medio de sus propias construcciones mentales.

Desde esta perspectiva, la producción de conocimiento se da a partir de un verdadero diálogo entre el sujeto y la realidad, de la construcción del pensamiento sobre el movimiento de lo real, en tanto tal, la teoría pretende dar interpretaciones que tengan validez respecto de los fenómenos y los procesos sociales. Por lo tanto, trasciende lo inmediato, lo evidente, de sus formas perceptibles inmediatas. En tal sentido, la teoría es una acción del pensamiento que se organiza asimismo en relación a la realidad. En esta dirección el conocimiento funda la intervención y le da sustento argumentativo. Si bien es cierto la práctica profesional no produce conocimiento científico, en tanto no se le exige elementos de universalización y de demostración, sin embargo ella puede aportar a la base observacional de una investigación; interrogantes que pueden convertirse en objetos de investigación.

Esta argumentación, nos muestra la relación del pensamiento y la realidad como necesaria para construir teoría, por ello la dicotomía entre teoría/práctica es una falsa dicotomía. Asimismo el acceso del sujeto a la realidad, es siempre un acceso mediado por conceptos, interpretaciones históricamente construidos. Finalmente, según Alexander *"las teorías no sólo son intentos de explicar el mundo, sino esfuerzos para evaluarlo, comprender más ampliamente cuestiones de sentido"* (ALEXANDER 1992, p.22).

La práctica y la experiencia siempre tienen como punto de partida en marcos de interpretación de la realidad, aunque fuesen parciales. La experiencia es el modo en que vivimos la realidad, ella nos posibilita un conocimiento práctico, pero no un conocimiento teórico. Por ello, la experiencia siempre tiene un valor práctico,

porque nos da un saber también práctico para movernos en la vida cotidiana. En tal sentido, la experiencia profesional no puede considerarse un conocimiento teórico, en tanto ella se vale de un saber instrumental y saber práctico que le permite desenvolverse en el desarrollo de su intervención. En tanto tal, querer racionalizar este saber práctico ya sea, a través de la sistematización y del diagnóstico, no es suficiente para construir un conocimiento teórico. La mera reflexión sobre lo vivido a través del "sentido común", por simple hecho de ser una racionalización de la vida cotidiana no implica producción de conocimiento. Ello sería una reducción mecánica y simplista de la teoría.

La práctica y la teoría no son dimensiones separadas, por lo tanto el conocimiento no está separado de la acción y, en ese sentido, la existencia de una, implica la existencia de la otra. En esta dirección, el señalamiento que se hace al respecto, cuando se afirma:

la actividad teórica en su conjunto-como ideología y ciencia-considera también a lo largo de su desarrollo histórico, sólo existe por y en relación con la práctica ya que en ella encuentra su fundamento, sus finalidades y un criterio de verdad (SÁNCHEZ VÁZQUEZ apud MONTAÑO, 1990, p. 202)

En tal sentido, la práctica es el fundamento de la teoría, contrario a la consideración de ser la fuente de teoría para los pragmáticos. La práctica como fundamento de la teoría, está vinculada a las necesidades del hombre social y, ella es producto de un conjunto de relaciones sociales, que aparecen difuminadas, fragmentadas, que es necesario recomponerlas a través del pensamiento y la recreación de conceptos y categorías. Ellas existen históricamente y como parte de un conocimiento acumulado que es la base que permite desentrañar el presente a través de la investigación. En este sentido, la práctica profesional es el campo de expresiones problemáticas que sólo pueden ser analizadas a partir de un conocimiento anterior y que se recrea en el encuentro con la

realidad. Dichos proceso analítico corresponde a operaciones mentales.

ESTADO ACTUAL DE LA INVESTIGACION EN TRABAJO SOCIAL ARGENTINO

A manera de hipótesis se puede visualizar dos momentos en el desarrollo de la investigación en Trabajo Social para el caso argentino:

- un primer momento, desarrollada con el advenimiento de la democracia, después de largos años de dictadura militar en la que las universidades pasaron por una etapa de oscurantismo y estancamiento, especialmente en las ciencias sociales, de hecho muchas facultades y carreras, entre ellas, las de trabajo social, fueron cerradas. Este momento está caracterizado fundamentalmente por la actualización de los planes de estudio, y la importancia que empieza a asignársele a la producción de conocimiento en Trabajo Social. Cabe señalar que la característica de la producción de conocimiento en ésta época, se mide más por la preocupación alrededor de ella que por sus resultados concretos. Como prueba de ello se observa que las publicaciones en Trabajo Social son muy pocas y sin mayor impacto en el colectivo profesional. En este contexto, la preocupación por la investigación está dada por la necesidad de preguntarse por la intervención profesional y, por las problemáticas ligadas a los movimientos sociales que resurgen en esa época. Estas iniciativas de investigación se explicitan con mucho más énfasis en los años 90.

Por otro lado, no se registra la vinculación de investigadores en Trabajo Social a organismos como el CONICET, centros de investigación en las universidades, u otros centros que tengan que ver con el desarrollo de la investigación. Los que lo hicieron, algunos; muy pocos, fueron motivados por su vinculación con otros investigadores de las ciencias sociales o, porque estudiaron otras disciplinas que les abrió una perspectiva diferente en la relación conflictiva e histórica que el Trabajo Social aún tiene con el conocimiento.

- El segundo momento se caracteriza por un contexto de transformaciones en el sistema educativo universitario, y

particularmente en la política de investigación a través del Programa de Incentivos. Dicha política propugna la excelencia y la productividad en el conocimiento a fin de ponerse a la altura de las exigencias del mercado. Desde esta perspectiva, las prioridades que se asignan en la investigación privilegian las áreas de desarrollo tecnológico, más que el de las ciencias sociales. Dicha política trae aparejado un proceso de categorización y evaluación a docentes-investigadores. Hay críticas a la concepción y formas de implementación de este proceso en cada universidad (tema que daría para otra conferencia). Lo que interesa destacar es que este proceso, más allá de dichas formas y concepciones, enfrenta particularmente a los trabajadores sociales con una realidad ineludible; respecto a la necesidad de hacer efectiva la preocupación por la investigación. Pero, lamentablemente en condiciones mucho más desfavorables que el conjunto de las ciencias sociales. Los trabajadores sociales se vinculan tardíamente al programa de incentivos, cuando se inicia el proceso de categorización muy pocos profesionales alcanzan, las categorías 1 y 2, y muchos no alcanzaron a tener la categoría 3, esta situación pone en evidencia que hay pocos profesionales para dirigir proyectos. Por otro, lado en el código académico oficial no está registrada la disciplina de Trabajo Social, como área de conocimiento, afectando las posibilidades de formar parte de comisiones académicas del Ministerio u otras instancias de evaluación. Situación que hoy se constituye en una reivindicación del colectivo profesional.

Cabe preguntarse por qué este retraso, más aún teniendo en cuenta que desde hace algún tiempo las carreras de Trabajo Social pasaron a formar parte de las facultades de ciencias sociales y humanidades en las universidades.¹

Fue curioso observar la reacción del colectivo profesional frente a esta situación. Algunos consideran y con justa razón que esta política de incentivos olvida la precariedad y el congelamiento de los sueldos en la docencia. Otros, consideran que se debe defender la docencia, pero también la investigación y, en este

¹ Esta situación fue expuesta en mi ponencia en 1995 en el encuentro de la Federación Argentina de Unidades académicas de Trabajo Social. Sigo insistiendo que debemos reclamar al Ministerio de Educación que desde hace algún tiempo la carrera es universitaria.

contexto no se puede dejar de participar en la política de incentivos o cualquier otro programa de investigación, más aún teniendo en cuenta las desventajas con las que nos encontrábamos en el sistema universitario. Saliendo de esta discusión que puede oscurecer el núcleo del problema, pasaron algunos años hasta sincerar el debate, en el sentido de que, la investigación para el desarrollo de la Disciplina es importante, a través de la incorporación activa a instituciones de investigaciones existentes, públicas o privadas. En el momento actual ya no hay justificaciones para eludir esta tarea postergada en trabajo social. La defensa de la calificación de la Disciplina no es una preocupación academicista y cientificista, es una necesidad para intervenir responsablemente en el ámbito de la "cuestión social contemporánea".

En este contexto hemos esbozado algunas líneas de investigación que se están desarrollando.

1. Una línea referida a la relación de la intervención con las problemáticas sociales en el ámbito de la salud, minoridad, familia, la de género, pobreza, estrategias de supervivencia, vejez, políticas sociales adolescencia e infancia, ciudadanía, movimientos sociales, salud mental, desarrollada en diversas unidades académicas.

2. Otra línea de investigación vinculada a la formación profesional y a los diversos aspectos que de ella se desprenden como: las prácticas de formación profesional, mercado ocupacional, perfil profesional y algunas investigaciones sobre la dimensión política de la profesión.

Sabemos que hay muchas otras investigaciones que están en curso y que posiblemente en un par de años más se logren conocer a través de la publicación de resultados u otros medios. Lo importantes a destacar es el crecimiento de proyectos de investigación que involucra cada vez más a los trabajadores sociales. Dicha vinculación se realiza a través de la Política de Incentivo (con las dificultades ya señaladas), Becas de iniciación y perfeccionamiento, y superior, en el marco de la carrera de investigador propugnada por las universidades.

3. Una tercera línea de investigación que está vinculada a estudios de la historia de la profesión y a la intervención profesional, relacionadas con las políticas sociales, en el marco de los Programas de postgrado en Trabajo Social y políticas sociales.

ALGUNAS REFLEXIONES FINALES

1. Propiciar y seguir desarrollando la tarea de investigación en Trabajo Social es una necesidad impostergable. A su turno es importante que las carreras de Trabajo Social avancen en el debate sobre la política de investigación en el marco de las reformas curriculares que están en curso. Además de vincular esta política a los programas de postgrado existentes en la unidades académicas. Creemos que estamos en condiciones distintas para avanzar en esta dirección. Sin duda, no se puede dejar de mencionar las condiciones presupuestarias insuficientes para este fin en las universidades.
2. En el marco de reorganización de la ALAETS se debe propiciar un relevamiento de las líneas de investigación que articule programas de investigación a fin de dar visibilidad a la producción de conocimiento en la disciplina a nivel regional y latinoamericano
3. Es de importancia volver la mirada a la intervención y la construcción de mediaciones, si bien es importante y se debe seguir propiciando el desarrollo de investigaciones para entender la sociedad capitalista, también es importante trabajar sobre las mediaciones para resignificar la intervención y afianzar el campo profesional.
4. Me preocupa que aquellos trabajadores sociales que se dedican a la investigación o hacen postgrados que no son de la especialidad y, aun siendo de la disciplina, tiendan a aproximarse más a la sociología, la antropología y la psicología, más que al Trabajo social, si bien reconozco la importancia de la interdisciplina, ello no quiere decir diluir la mirada del trabajo social.

REFERÊNCIAS

GRASSI, Estela. La implicancia de la investigación social en la práctica del Trabajo Social. **Margen**, Buenos Aires, v. 4, n. 9, ago. 1995.

MONTAÑO, Carlos. **La naturaleza del Servicio Social**: un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción. São Paulo: Cortez, 1998.

PAULO NETTO, JOSÉ et al. **La investigación en Trabajo Social**. ALAETS/CELATS, 1992.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo, In MONTAÑO, Carlos. **La naturaleza del Servicio Social**: un ensayo sobre su génesis y especificidad. São Paulo: Cortez, 1990.

TRAJETÓRIAS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO. A EXPERIÊNCIA DO ISSS LISBOA - PORTUGAL

Jorge Ferreira*

RESUMO

A presente comunicação, apresentada no IX ENPESS em Porto Alegre – Brasil, intitula-se “Trajetórias e Produção do conhecimento – a experiência do ISSS Lisboa - Portugal”.

A comunicação apresenta-nos alguns elementos sobre a trajetória do Serviço Social Português e da importância do ISSSL nesse processo. Identifica alguns marcos significativos sobre a produção do conhecimento, bem como, faz referência a desafios colocados ao Serviço Social na actualidade.

ABSTRACT

The following presentation, presented in the IX meeting of ABEPSS at Porto Alegre – Brazil is entitled “Trajectories and production of knowledge and the experience of the ISSSL”.

The communication presents us some information about the trajectory of the Portuguese social service and enhances the importance of the ISSSL in the process. It also identifies the most significant events regarding the production of knowledge and at the same time refers to the challenges that Social Service must deal with nowadays.

Vou falar sobre um país que não é mais do que um palmo de terra do continente brasileiro. Antes disso, gostaria de começar por alguns cumprimentos. Cumprimentar e agradecer à professora Jussara Mendes, na qualidade de Presidente da ABEPSS, o convite que me dirigiu para participar deste encontro e para estar hoje aqui, neste grande desafio sobre o conhecimento em Serviço Social, e tomar parte desta reunião de trabalho. Muito obrigado por isso. Cumprimentar todos os membros da mesa, cumprimentar todas as individualidades, personalidades, colegas, caros amigos. Quero ainda cumprimentar, em especial, o professor José Paulo

* Director do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa; Docente Universitário (Doutorando em Serviço Social).

Netto, que também foi professor do Instituto de Serviço Social de Lisboa, há muitos anos, e continua a colaborar na formação pós-graduada.

Estender o cumprimento ao professor Faleiros, à professora Carmelita e à professora Lúcia Martinelli, e a muitos outros que não puderam estar aqui. É com muita alegria e satisfação que participo deste encontro, por algumas razões.

Primeiro, pela oportunidade que me dão para que, neste evento, reconheça a importância e a influência do Serviço Social brasileiro e da pesquisa em Serviço Social no Brasil, no Serviço Social português e, também, no desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social, em Portugal. Por outro lado, também, por a minha presença vir reforçar a atuação de parceria que, no Congresso da Rede Nacional de Escolas de Serviço Social (Portugal), realizado em Outubro de 2003, em Lisboa, iniciei com a professora Jussara. Além disso porque, em Portugal, sou natural de uma terra que se chama Belmonte, terra de Pedro Álvares Cabral, e, por último, pela qualidade do programa que a ABEPSS apresenta nesse encontro, no domínio da pesquisa e da produção do conhecimento em Serviço Social.

PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS

É com prazer que apresento o percurso do Serviço Social português nos domínios da produção do conhecimento, produção esta sustentada na qualificação e na formação em serviço social. Preparei esta comunicação com o apoio do *power point* para facilitar o acompanhamento da apresentação e criar uma interação entre todos. Como vêm pelo mapa, Portugal não é mais do que um “palmo” de terra do Brasil; apresentamos o edifício/sede do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa; segue-se um quadro com a estruturação desta comunicação, sobre “Trajetórias e produção do conhecimento, a experiência do ISSSL”, (como é conhecida a escola, em Portugal). Esta comunicação estrutura-se em torno dos diferentes eixos que dizem respeito à trajetória do Serviço Social português, marcos significativos da produção do conhecimento e desafios atuais.

No primeiro eixo, procuro dar uma informação sintética do percurso do Serviço Social em Portugal e da importância do ISSSL. No segundo eixo, busco assinalar alguns marcos significativos no processo de produção do conhecimento. Este eixo é, todo ele, baseado no pressuposto de que a produção do conhecimento, em qualquer área específica, necessita de uma boa base de formação teórico-científica, em confluência com uma elevada qualificação, que garanta o exercício da investigação com qualidade e, por sua vez, produza conhecimento sustentável como mais valia para o progresso e desenvolvimento da sociedade, mas também e essencialmente das pessoas. No terceiro eixo, apresento alguns dos desafios colocados à produção do conhecimento no espaço europeu, embora parta do princípio da mundialização e globalização da sociedade e do conhecimento para melhoria da qualidade de vida.

O PAPEL DO INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA

O ISSSL é a primeira instituição privada de ensino superior em Portugal e é também ela a primeira escola de Serviço Social em Portugal. Em 1935, dá-se a criação do Instituto e, com ele, o início do Curso de Serviço Social e da formação em Serviço Social no país. Em 1961, foi reconhecido o curso de serviço social de nível superior, sem atribuição de grau académico. Em 1986, o Instituto foi enquadrado no subsistema de ensino superior particular e cooperativo de nível universitário. Em 1986, editou um primeiro número da revista (que ainda hoje continua a editar) “Intervenção Social”. Em 1987, realizou o primeiro curso de mestrado, em cooperação com a PUC-SP. Em 1989, obteve o reconhecimento, pelo Ministério da Educação, do grau de licenciatura ao curso de Serviço Social ministrado por esse Instituto. Em 1995, por reconhecimento do Ministério da Educação, o ISSSL passou a atribuir o grau de mestre em Serviço Social. Em 1997, promoveu o primeiro curso de doutoramento em Serviço Social, também em colaboração com a PUC-SP. Em 2000, o ISSSL promoveu e integrou a Rede Nacional de Escolas de Serviço Social. Em 2004, criou o programa de doutoramento

em Serviço Social em Portugal, realizado em associação com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), da Universidade de Lisboa.

O SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS NO QUADRO DA FORMAÇÃO SUPERIOR

Até 2000, o ensino de Serviço Social em Portugal era ministrado apenas em três institutos no país, nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Hoje, temos 11 cursos de Serviço Social em funcionamento, no ensino privado e no ensino público. A graduação, de 1935 a 1962, apenas atribuía diploma de Ensino Superior a Assistentes Sociais, sem equivalência de grau acadêmico. De 1962 a 1989, passou a ser reconhecido o diploma profissional com equiparação a licenciado. Em 1989, foi reconhecido o grau de licenciatura ao curso de serviço social e, em 1995, foi reconhecido o grau de mestre em Serviço Social. Em 2002, iniciou-se o doutoramento em Ciências do Serviço Social na Universidade do Porto, em cooperação com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Neste mesmo ano, instalou-se o curso de mestrado e doutoramento em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa e, em 2004, começou o programa de doutoramento em Serviço Social no nosso Instituto, em associação com o ISCTE.

MARCOS SIGNIFICATIVOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

Dentre os marcos significativos da produção em Serviço Social de Portugal, destaca-se, em 1987, o convênio científico com a PUC-SP, que promove a formação pós-graduada e o desenvolvimento desta área de formação. Na formação pós-graduada realizou-se, naquele ano, o primeiro Curso de Mestrado em Serviço Social e, em 1989, outro curso, os quais produziram 14 mestres em Serviço Social. Estes mestres qualificaram o corpo docente e contribuíram para o aprofundamento do objeto-científico do Serviço Social, o que concorreu decisivamente para o reconhecimento da formação do Serviço Social no sistema

universitário, vindo o Ministério da Educação a atribuir-lhe o grau de licenciatura, que conduz a um perfil de formação muito mais desenvolvido e avançado, nos níveis da intervenção, da administração de gestão e da investigação.

O marco significativo na produção do conhecimento observa-se, assim, na emergência do Serviço Social como área científica, em Portugal, no quadro das ciências sociais e humanas. Da produção científica deste primeiro marco de produção do conhecimento temos as teses de mestrado sobre temas de prática profissional, tais como: a criança, os municípios, as políticas sociais, o Serviço Social, a democracia, bem como o aumento da publicação do número de artigos sobre Serviço Social em revistas técnicas e científicas. Além disso, verifica-se uma maior participação do Serviço Social na esfera pública, nomeadamente nos domínios da concepção de políticas sociais, na gestão de programas e projetos sociais; ganhos na qualificação dos profissionais e no plano curricular da licenciatura em Serviço Social, nos domínios da teoria, dos modelos de ação e técnicas, da avaliação; a integração, na formação inicial, da formação de investigação em Serviço Social; a produção de redes internacionais de pesquisa em Serviço Social, no caso concreto, a rede Portugal /Brasil.

Um outro marco importante (1995) ocorre com o reconhecimento do primeiro Curso de Mestrado em Serviço Social, no Instituto e em Portugal, com impactos no desenvolvimento de uma relação de parceria em nível nacional, com universidades portuguesas, públicas e privadas, e em nível internacional, com a PUC-SP – Brasil e também com a Universidade do Arizona – EUA. Com isso, amplia-se o reconhecimento, nas diferentes áreas das ciências sociais e humanas, do objeto do Serviço Social no novo marco cultural nos domínios da investigação e da pesquisa, compreendendo a própria formação. O grau de mestre produz desafios para o Serviço Social português, nomeadamente no nível do desenvolvimento da investigação em Serviço Social, que se baseia em unidades de suporte à própria formação curricular dos profissionais.

No momento, emerge a constituição de centros de investigação em Serviço Social. Podemos referir: o Centro

Português de Investigação em História e Trabalho Social, que tem por áreas de estudo: problemas sociais e políticas sociais e de intervenção social, assim como a história do serviço social; o Centro de Investigação em Maturação Individual e Dinâmica Comunitária, que integra também a cultura da comunidade contemporânea, a epidemiologia do processo de maturação, a psicologia da maturação e o serviço social e intervenção comunitária; o Centro de Investigação em Ciências do Serviço Social, que tem as áreas de estudo e investigação centradas nos domínios das políticas sociais, do Serviço Social e das crianças; o Centro de Investigação em Serviço Social e Estudos Interdisciplinares, que está sediado no ISSSL e que integra os estudos de investigação nos domínios do Serviço Social e da antropologia da geografia e da psicologia social.

O marco significativo deste momento da produção do conhecimento é a emergência dos primeiros centros de investigação em Serviço Social, com a sistematização do conhecimento em Serviço Social de forma estruturada. A produção científica deste marco é o aumento de publicações. Surgem novos produtos formativos nos domínios da pós-graduação: os cursos de estudos avançados em áreas temáticas do Serviço Social sobre a família, sobre o pensamento crítico em Serviço Social; os cursos de pós-graduação sem atribuição de grau (cursos breves), evidentemente, os quais, no Instituto funcionam nas áreas: Administração Social, Saúde e Intervenção Social, Gerontologia Social, Intervenção Social nas Crianças e Jovens em Risco, Toxicodependência e Intervenção Social, Economia Social e Desenvolvimento Local e Marketing Social.

Temos um novo marco na produção do conhecimento do Serviço Social português – em 1997 – com o primeiro programa de doutoramento em Serviço Social, em convênio, também, com a PUC-SP, que promoveu a qualificação em Serviço Social com a formação de 7 doutores. Esta formação tem impacto quanto ao nível da formação e quanto ao reconhecimento do Serviço Social como área científica, pela tutela do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior. Criou a possibilidade de participação de doutores em Serviço Social nas comissões de decisão e avaliação de cursos de Serviço Social e causou impactos em nível de

formação, nomeadamente: aprofundamento dos programas de teoria e metodologia do Serviço Social; maior exigência na articulação interdisciplinar nas áreas que constituem o currículo de formação inicial em Serviço Social; enriquecimento dos conteúdos do Serviço Social em matéria de rigor e objeto do Serviço Social. Enfim, o reconhecimento do Serviço Social como área científica consolidou-se com a abertura do Curso de Serviço Social na universidade pública, em 2000.

Os impactos observados incluem aprovação de projetos científicos nos domínios do Serviço Social; a atribuição de bolsas a mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e investigadores em Serviço Social pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. (organismo público de financiamento ao ensino de pesquisa e investigação). Além disso, temos o reforço da identidade do Serviço Social como área de conhecimento no âmbito das ciências sociais humanas; a integração de um doutor em Serviço Social nas Comissões de Avaliação do Ensino Superior do sistema universitário português. Então, o marco significativo é a qualificação universitária, que garantiu maior autonomia, participação e decisão do Serviço Social no sistema universitário, com influências positivas e diretas nos profissionais e também nas entidades empreendedoras e nas entidades promotoras de políticas sociais.

Na produção científica, temos as teses dos doutorados em serviço social e faço referência a algumas. São produções de professores do Instituto Superior de Serviço Social: “Serviço Social: uma profissão em movimento”, de Maria Augusta Negreiros, a quem presto uma homenagem, dado o seu desaparecimento de entre nós, “O Corpo, Sexualidade e Violência Sexual na Modernidade”, “O Serviço Social e Mutações do Agir na Modernidade”, “A Sociedade em Rede e Meio Local”, “A Face Lunar dos Direitos Sociais” e as publicações “Estudos do Serviço Social: Portugal/Brasil”.

Em 2004, temos também uma outra referência importante: o primeiro programa de doutoramento em serviço social promovido pelo ISSSL, em associação com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa da Universidade Clássica de Lisboa, que visa a formação avançada em Serviço Social, busca promover

pesquisas avançadas com desenvolvimento na ação profissional, com uma dimensão científica e com o objetivo de incentivar a publicação da produção científica em Serviço Social.

A EUROPA E SUA INFLUÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS

Outro marco significativo é a integração de Portugal na União Européia, com os programas comunitários do ensino superior: o programa Sócrates e Leonardo da Vinci. O programa Sócrates/Erasmus integra a mobilidade de alunos e professores no espaço da Europa e a promoção dos mestrados na área do trabalho social ou na área social, com várias universidades da Europa. A mobilidade, ao nível dos alunos e docentes, possibilitará analisar várias universidades, sendo aspectos significativos a troca de experiências académicas, científicas e profissionais, a promoção de redes de pesquisa e estudo, o alargamento do âmbito da pesquisa em Serviço Social, além da rede tecnológica, a internet, o campus virtual e o Centro Europeu de Recursos Para pesquisa em Trabalho Social, onde pode ser encontrada uma base de dados que registra as teses de doutoramento em Serviço Social na Europa.

DESAFIOS ATUAIS

A reforma do sistema de ensino universitário em Portugal, aprovada em junho de 1998, no quadro das orientações da declaração de Bolonha, cria um espaço europeu de ensino superior coeso, harmônico, competitivo e atrativo, com a finalidade de promover uma maior mobilidade de estudantes e professores, garantir a livre circulação do cidadão no espaço europeu, reforçar a competitividade internacional do ensino superior e a globalização do sistema de ensino e formação. Esta reforma visa distinguir um nível de formação universitária que hoje se debate em Portugal: acabar com o grau de licenciatura e ficar apenas com um grau de bacharelado de três anos, dois anos de mestrado e três anos de doutoramento.

A estratégia de Lisboa, definida no âmbito da presidência da União Européia, em Março de 2000, reforça a idéia do espaço europeu de ensino e investigação. O Conselho Europeu determinou que, para uma economia sustentável, é necessário haver conhecimento com civilidade e inclusão social. Há dois aspectos essenciais para uma economia baseada no conhecimento: a inclusão social e o investimento nas pessoas. Nesse sentido, destacam-se: o combate a exclusão social, a integração plena do cidadão na sociedade do conhecimento; o papel da ciência, da formação e da cultura ao serviço da economia e da inclusão social; espaços europeus de ensino superior e de investigação, a Conferência Ministerial de Berlim, em 2003; o compromisso e a força da investigação, da formação de investigadores, da promoção da interdisciplinariedade; do papel e relevância da investigação para a evolução Tecnológica, Social e Cultural e necessidades da sociedade. O marco significativo é o papel do ensino superior na construção da nova sociedade baseada no conhecimento, na relevância da investigação para o desenvolvimento tecnológico, social e cultural, o esforço dos pilares essenciais para qualquer sociedade, cidadania, cultura, ciência e inovação.

CONCLUSÕES

Torna-se necessário questionar a produção do conhecimento sobre:

- A acessibilidade do “conhecimento” produzido (a todos, a uma elite, ou a grupos específicos).
- A relação do “conhecimento” com o poder (Influência ou Condicionante).
- A relação do “conhecimento” com as Políticas Sociais (Aplicação ou Avaliação).

É também essencial questionar e avaliar o papel dos profissionais no âmbito:

- da aplicação do conhecimento;
- da promoção do conhecimento;
- da inovação do conhecimento.

Neste âmbito, é imprescindível rever as práticas sociais no quadro:

- das novas tecnologias;
- da sociedade da informação;
- da globalização;
- das redes e do partenariado.

A investigação em Serviço Social deve ser reconhecida como elemento essencial à produção do conhecimento.

Numa Sociedade orientada por quadros teóricos de cidadania social e participativa constitui por si uma exigência à comunidade do conhecimento e da ação.

PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS EN TRABAJO SOCIAL. SUS IMPLICACIONES Y DESAFÍOS

Luis D. Araneda Alfero*

El tema planteado para ser discutido en este Encuentro es de por si sugestivo, de plena actualidad y constituye sin duda, un desafío y un reto urgente, urgentísimo para los Trabajadores Sociales.

La Producción de Conocimientos no es ni puede ser un acto mecánico, algo que lo vamos a lograr con tan solo tomar la decisión de hacerlo. Implica una seria y profunda preparación sobre varios aspectos que no siempre han estado presente en la formación de los Trabajadores Sociales: una posición ideológica clara, consistente y constante y luego, una actitud... una actitud científica con todo lo que implica y significa. Se relaciona directamente con aspectos como Teoría, Realidad, Método (o Metodología o Formas de Intervención), Proceso cognoscitivo propiamente, con la Investigación y tal vez con otros.

Estos últimos aspectos pueden ser estudiados y analizados teóricamente por separado; incluso para una mejor comprensión y profundización en el análisis y con fines académicos debería hacerse así. Pero en la acción práctica, ya en la actividad misma de la producción de conocimientos deben concurrir todos muy imbricados, interdependientes, englobados en una unidad por una concepción epistemológica así mismo clara y definida. Es precisamente esta última variable, la que debe preocuparnos de sobre manera porque es de vital importancia en el asunto que estamos tratando y ha estado ausente en los análisis y reflexiones que se han hecho de la profesión, por lo menos en el ámbito en que yo me desenvuelvo (se que aquí en Brasil se está ya trabajando bajo esta perspectiva y desconozco la realidad de otros países). Más aún, en Ecuador al menos, no ha

* Asistente Social por la Universidad de Chile – Santiago/Chile; Professor em la Universidad de Cuenca/Ecuador; Professor titular de Metodología de la Investigación em las Escuelas de Derecho y de Trabajo Social de la Facultad de Jurisprudencia.

sido incorporada en los pénsum de estudios. Por estas razones, en el presente trabajo, me referiré particularmente a la Epistemología luego de que haga algunas puntualizaciones sobre lo que, a mi juicio, ha existido y existe en torno a esto de la Producción de Conocimientos en Trabajo Social.

Se ha dicho siempre que nuestra profesión carece de una teoría propia, y siendo eso cierto, lo más grave es que nunca se intentó incursionar en ello, por lo menos con la seriedad y decisión que se está haciendo ahora. Ciertamente es que el producir conocimientos no significa tener una propia teoría, aunque eso sería lo ideal, pero hay otras instancias de producción de conocimientos en las que es posible incursionar con éxito, para irnos aproximando paulatinamente a una teoría que pudiese ser del Trabajo Social.

Esta es, hoy, una necesidad sentida por los profesionales y las primeras inquietudes surgieron a partir de la Reconceptualización, movimiento que marca un hito en el desarrollo de la profesión en el Continente y al que hay que referirse, aunque sea muy tangencialmente, en cualquier análisis de esta naturaleza.

A mediados de los sesenta se inicia esta crítica y cuestionamiento al Trabajo Social en los países del Cono Sur y particularmente en este, ya que el Primer Seminario Regional en 1965, cuyo organizador y presidente fue nuestro dilecto amigo Seno Cornelly, creo es el inicio real y objetivo de este Movimiento. De esto hace casi 40 años.

En un artículo que se publicará junto al de varios colegas del Continente en un libro que coordina Norberto Alayón, sobre la evaluación de la Reconceptualización a los casi ya 40 años de su ocurrencia señalo "En ningún otro período de la historia del Trabajo Social latinoamericano existió un interés tan manifiesto por analizar, reflexionar, reexaminar todo lo que había sido hasta ese entonces la profesión". En ese mismo documento cito a nuestro colega José Paulo Netto, quien en 1975 (p. 60-61) digiera: "el proceso de Reconceptualización constituyó y constituye el paso más relevante de la historia del Servicio Social comprometido con el proyecto (revolucionario) de una América Latina solidaria,

independientemente y radicalmente democrática [...] Reducido a sus expresiones más simples, el proceso de Reconceptualización es la tentativa de superar el Servicio Social tradicional, típico trasplante ideológico de origen básicamente norteamericano". Pero el trasplante, para proseguir en los términos de Netto, no fue solo ideológico, lo fue también en la teoría que utilizaba el Trabajo Social, además de otros aspectos por supuesto.

Si bien ya en los inicios de la Reconceptualización algo se habló de esta problemática, luego dejó de estar en el tapete de las discusiones. Sin embargo, en este último tiempo, cuando empieza nuevamente una preocupación por lo que es y debe ser el Trabajo Social, cuando surge algo así como una neo reconceptualización, la Producción de Conocimientos en el seno de nuestra profesión está cobrando una especial vigencia.

Los conocimientos que ha utilizado el Trabajo Social, lo sabemos todos, históricamente han sido adoptados de otras disciplinas con un criterio aditivo, sin mayor reflexión; es la razón porque nunca ha tenido un cuerpo de conocimientos ni propio desde luego, pero tampoco unitario, cohesionado, coherente y sólido. Desde luego que muchos fueron los factores que incidieron para que se de esta situación: la carencia de una ideología clara y explícita, por ejemplo, la dependencia en todo sentido de corrientes foráneas, una actitud conformista, pasiva y apática de los profesionales. También incidía en esta falta de cientificidad de la profesión, el hecho que no se tenía una concepción holística de la problemática que se consideraba el objeto del Trabajo Social; se tenía y se tiene aún un enfoque micro y atomizado, resabio indudablemente de la concepción positivista que influenció por tanto tiempo a la profesión. La Reconceptualización significó, de acuerdo con Araneda Alfero (2004, p. 13):

un despertar de aquel conformismo, apatía y acriticidad, frente a la profesión misma y ante la realidad; posibilitó reconocer las falencias que venía arrastrando el Trabajo Social y la necesidad de un cambio significativo; logró que estudiantes y profesionales – principalmente docentes – reflexionen, analicen y formulen nuevos planteamientos. Permitió conocer la necesidad de que había que hacer esfuerzos para alcanzar un mayor grado de cientificidad,

de crear una propia teoría, de elaborar nuevas modalidades (métodos) de acción; se hablaba de buscar una metodología propia. Aunque mucho de esto no se logró, en esa senda estamos ahora, es decir, estamos retomando el camino iniciado en los sesenta, pero con la experiencia ganada en estos años y con una nueva actitud, que también arranca de entonces. Este cambio permitió ubicarnos en una perspectiva de búsqueda de la perfectibilidad y la científicidad...

En este continuar con la necesidad de "trabajar" aquellas falencias o deficiencias del Trabajo Social, vemos con especial agrado, cómo en estos últimos tiempos, empieza a preocupar y seriamente la Producción de Conocimientos, que es sin duda una de nuestras grandes debilidades, como ya lo dije. Cuando hablamos de que debemos ganar en científicidad, tenemos que mejorar en la línea, precisamente, de la producción de conocimientos. Creo que las bases están y la motivación por empezar en esta empresa queda de manifiesto con este Encuentro, inquietud y entusiasmo que espero se generalice a otros países y sea luego un desafío y preocupación de todos los Trabajadores Sociales del continente.

Un Trabajo Social que responda a los requerimientos de hoy, que se ubique en el contexto socio político actual, con miras a esta discutible globalización, demanda no solo una nueva ética, de la que también se viene hablando mucho, sino que exige que sus profesionales estén dotados de una serie de herramientas intelectuales, capaces de conducirlos por la línea de la producción de conocimientos. La formación profesional, deberá poner mucho énfasis en una educación sólida en pensamiento social y político, conocimiento crítico de la realidad, teoría política y económica, filosofía y por sobre todo investigación y epistemología, pilares para la producción de conocimientos. A estos contenidos, mejorados y actualizados porque muchos de ellos ya se vienen impartiendo, hay que agregar una adecuada capacitación en el uso y manejo de las nuevas tecnologías de información.

Uno de los factores que ha incidido en el escaso desarrollo y crecimiento de nuestra profesión, ha sido precisamente, la forma

como se ha ido buscando y adquiriendo conocimientos. A más de adoptarlos de algunas ramas de las ciencias sociales, sin ninguna re-creación como lo he dicho, a sido parcial y sintético; no ha existido la intención de colocarlos en un contexto propio de la profesión, pudiendo ser esta una línea de producción de conocimientos a futuro; estas, más lo que pueda producirse vía sistematización de experiencias y prácticas profesionales y lo que se elabore y cree a través de la investigación, pueden ser los caminos en esta perspectiva de producción de conocimientos. Para ello, los contenidos de epistemología e investigación, serán fundamentales y debe ser preocupación de las Escuelas fortalecer los currículum en estos contenidos y de los propios Trabajadores Sociales capacitarse en ellos.

EPISTEMOLOGIA E INVESTIGACIÓN

En los últimos años ha cobrado importancia la epistemología en la investigación, pues si a esta se la entiende como el medio, procedimiento o método para producir o crear conocimientos y la epistemología se plantea el problema de cómo el hombre produce el conocimiento y como lo justifica, no caben dudas, entonces, que debemos estudiarlas y entenderlas en estrecha relación.

En los cursos y textos de investigación, tradicionalmente la epistemología ha aparecido totalmente desvinculada de las opciones investigativas. Pienso que se ha caído en dos extremos:

- Concebir y practicar la investigación como un conjunto de acciones sin reflexionar sobre sus procedimientos, como si aquellas acciones o resultados serán teorías en el acto;
- El otro extremo es concebir a la epistemología bajo una concepción meramente filosófica, reflexiva sobre asuntos abstractos, alejado de la realidad y de los problemas sociales.

El epistemólogo puro nunca va a ser un buen investigador, como tampoco lo va a ser el puramente metodólogo. Con

frecuencia nos encontramos con excelentes investigaciones o muy buenos trabajos de campo que se ven disminuidos o frustrados por el escaso nivel conceptual y manejo de categorías teóricas por parte de los profesionales responsables del análisis e interpretación, debido a que muchos investigadores carecen de madurez y formación para pensar científicamente. Por estas razones tampoco pueden pensar en la construcción de una teoría explicativa o marco teórico, en relacionar un fenómeno con sus causas y consecuencias, en encontrar leyes o teoría para explicar ciertos hechos, etc.

Sobre eso, Cerdag (1993, p. 42) nos dice:

Hoy día prácticamente no se puede hacer investigación científica sin el concurso de la epistemología, aquella filosofía o teoría de la ciencia que estudia críticamente los principios, hipótesis y resultados de las diversas ciencias, con el propósito de determinar su origen y estructura lógica, su valor y alcance objetivo.

Sabemos que a través de la historia han habido distintas posiciones epistemológicas, que son en el fondo, posiciones filosófico-ideológicas, que han incidido en forma directa, obviamente, en la investigación, cada una en su momento histórico. Es el caso por ejemplo, del empirismo, del positivismo lógico, del estructuralismo, el pragmatismo, el materialismo dialéctico, por nombrar las más relevantes. Cada una de estas corrientes plantea, desde su propia óptica, el problema de la producción y justificación del conocimiento. No haré el análisis de cada una de ellas, porque el objetivo central de este estudio no es la discusión epistemológica propiamente. Sin embargo, es necesario para que los Trabajadores Sociales podamos incursionar en la producción de conocimientos, hacer referencia a la epistemología, aunque sea en términos introductorios porque no es posible agotar en esta instancia esta compleja y amplia temática.

Haré, entonces, un planteamiento somero sobre la concepción de epistemología, su utilidad para el Trabajo Social y sobre otros aspectos inherentes, pero sin entrar a profundizar en

el campo del método, de la ciencia y del conocimiento propiamente, por obvias razones, con los cuales está muy relacionada.

CONCEPTO DE EPISTEMOLOGÍA

Si bien el término Epistemología apareció en 1854 – segunda mitad del siglo XIX – se difunde y se va imponiendo en el quehacer científico recién desde 1908, con los planteamientos de Meyerson (positivista) quien la definió como “la filosofía de la ciencia”.

Etimológicamente, podemos definir a la epistemología como Tratado de la Ciencia o Teoría de la Ciencia o Ciencia de la Ciencia porque deriva de los vocablos griegos: **Episteme** que significa ciencia y **Logos**, tratado.

Las dificultades y complejidades del significado del término epistemología se debe a las diferentes tradiciones filosóficas y a la propia naturaleza de su contenido. Las tres definiciones tradicionales que provienen a su vez de las tres Escuelas filosóficas más significativas: la anglosajona, la francesa y la alemana, si bien la definen en forma diferente en el fondo coinciden, a saber:

1. En la tradición anglosajona, el neopositivismo distingue entre epistemología y filosofía de la ciencia.

a) La **epistemología** se entiende como gnoseología o teoría del conocimiento. He aquí, dos definiciones de epistemología, citadas por Blanché.

La **Encyclopedia of philosophy** (de 1967) dice: “La epistemología, o teoría del conocimiento, es la rama de la filosofía que se ocupa de la naturaleza y capacidad del conocimiento, de sus suposiciones y fundamentos y del crédito que puede otorgársele”.

Y la **Encyclopedia Britannica** (de 1961) define la epistemología como: “La rama de la filosofía que se ocupa de los problemas de la naturaleza, de los límites y validez del conocimiento y de la creencia”.

- b) La **filosofía de la ciencia** se ocupa de la naturaleza de la ciencia: sus conceptos, métodos, formas de enunciados, tipos de lógica, etc.

La llamada "imagen nueva de la ciencia" (que se remonta a los años 50 y 60) sustituye el enfoque neopositivista por la **historia de la ciencia**, entendida - como dice Kuhn - "como algo más que un depósito de anécdotas o cronología", como "algo distinto de una cronología de los logros acumulativos", como algo más que biografía. En el prefacio de su famosa obra, Kuhn habla de su "paso de la física a la historia de la ciencia y, luego, gradualmente, de los problemas históricos relativamente íntegros a las inquietudes más filosóficas, que me habían conducido, inicialmente, hacia la historia". Cabe acotar la proximidad de Kuhn a la epistemología francesa, en lo que se refiere a la crítica de una historia (positivista, fáctica, descriptiva) de las ciencias.

2. La tradición francesa usa estas denominaciones: epistemología, filosofía de la ciencia e historia de las ciencias. La palabra "epistemología" se reserva para el conocimiento científico y se distingue de la gnoseología o teoría del conocimiento, en el sentido explicado anteriormente. Bachelard, por ejemplo, hace historia de las ciencias (no una historia positivista fáctica) y, al cuestionarla filosóficamente, hace filosofía de las ciencias, hace epistemología, que es el término que más emplea. En definitiva, en Bachelard, los tres nombres designan lo mismo, siempre que se maten adecuadamente.

3. En alemán, la palabra **Wissenschaftslehre** (Doctrina de la Ciencia) corresponde, literalmente, al vocablo "epistemología" (como "teoría de la ciencia"), pero suele tener un sentido más amplio, más filosófico, como ocurre, por ejemplo, en Fichte. Hay que advertir que **Wissenschaft** incluye formas de conocimiento que rebasan el campo del término inglés **science**, que se limita a las ciencias naturales, biológicas y sociales" (OLMEDO; ROJAS, 2002, p. 14-15).

Para complementar lo anterior, veamos dos definiciones, inspiradas en la epistemología francesa de Bachelard y, en particular, de L. Althusser, que nos permitirán entender mejor los alcances y significado de la epistemología, así como su importancia en las Ciencias Sociales y Humanas y consecuentemente en el ámbito del Trabajo Social. Estas definiciones nos resultan muy decidoras para nuestro futuro trabajo de producción de conocimientos; veámoslas:

1. N. Braunstein dice: "La **epistemología** se ocupa del proceso de constitución de los conocimientos científicos y de los criterios que permiten distinguir a los conocimientos válidos (científicos) de los que no lo son (ideológicos)".

La ciencia construye su objeto y es lugar de la verdad, de la científicidad. Con esta premisa, la definición destaca dos aspectos:

a) El análisis del **proceso** de construcción del objeto científico es tarea sustancial de la epistemología. Como escribe Japiassu: "Si admitimos que el 'punto de vista crea el objeto', debemos reconocer que la epistemología demuestra el carácter meramente instrumental de la metodología para la investigación científica. Y esa afirmación epistemológica, según la cual el objeto de la ciencia es 'construido', significa que, en el proceso del conocimiento, vamos de lo racional a lo real, y no, como piensan los empiristas, de lo real a lo racional... El objeto real sólo se torna objeto científico cuando se saca de su estado 'natural', es decir, cuando es 'construido', elaborado, pensado por una teoría".

b) El problema de la científicidad de la ciencia, de la demarcación científica, con todos sus ingredientes epistemológicos (relación sujeto-objeto; objetividad; criterios, etc.)

2. M. Fichant (apud JAPIASSU) escribe:

“En definitiva, la historia de una ciencia implica una epistemología. En oposición al proyecto universalizante de la filosofía de las ciencias y de la teoría del conocimiento; entendemos por epistemología **la teoría de la producción específica de los conceptos y de la formación de las teorías de cada una de las ciencias**”

Según estas definiciones y siguiendo la línea althusseriana, podemos coleccionar que más que ciencias, lo que existen son prácticas científicas específicas. Y este criterio resulta ser compatible con lo que nosotros hacemos en nuestro ejercicio profesional.

A manera de conclusión entonces, si sabemos que la ciencia es un conjunto de conocimientos (científicos desde luego), podemos decir, sin entrar en la discusión filosófica, que la Epistemología es la ciencia o disciplina que estudia la naturaleza del conocimiento, consecuentemente, todo lo relativo al conocimiento científico, es decir:

- **su accesibilidad** (problema del método y de la realidad)
- **su validación** (su verificación y comprobación fáctica)
- **sus fundamentos** (naturaleza y características)
- **la relación sujeto-objeto** (problema ideológico del hombre).

Lo anterior es coincidente con lo que dice Roberto Blanché en el sentido de que la expresión Teoría del Conocimiento puede reemplazarse fácilmente por una palabra mucho más cómoda: Epistemología.

Interesante es también la definición que da Ciro Alfonso Cerna Mendoza porque incorpora un elemento que si bien puede estar implícito en los conceptos anteriores, él explicita lo ético, que es tremendamente importante en la actualidad. Este autor dice :

La Epistemología se plantea como una relación profunda, un estudio crítico de los principios de las diversas ciencias, su valor, objetividad, su origen lógico, los procedimientos a través de los cuales se forma y se

reproduce el conocimiento cinético, es decir, implica una teoría, una metodología, una historia y una postura ética. En este sentido, la epistemología será una reflexión acerca de los problema a indagar, de los métodos y de su aplicación a la vida de los hombres y de la sociedad.

CUANDO ES UTIL LA EPISTEMOLOGIA

Siguiendo el pensamiento de Olmedo Llorente (1991, p. 17), la epistemología es útil en la medida que cumpla ciertas condiciones como el hacer referencia a lo científico:

... si se ocupa de auténticos problemas filosóficos que surgen de la investigación científica o en la reflexión sobre la ciencia, métodos y teorías; si propone soluciones consistentes en teorías rigurosas e inteligibles; si distingue la ciencia auténtica de la pseudociencia, lo profundo de lo superficial y si es capaz de criticar programas y resultados, así como de sugerir enfoques nuevos y promisorios.

A partir de los postulados anteriores, en nuestro caso, la Epistemología resulta útil, porque nos ocupamos y ocuparemos de los problemas que surgen de nuestra práctica profesional y de la investigación, aún cuando no sean precisamente de carácter filosófico y porque debemos reflexionar y mucho sobre el método o metodología (de hecho lo estamos haciendo como formas de acción o de intervención). Debemos incursionar en lo epistemológico porque debemos preocuparnos de lo teórico necesariamente, hacer un estudio, análisis y conceptualización mucho más profundo de la realidad y su problemática y no tan superficial como ha sido hasta aquí. Los conocimientos de epistemología nos servirán para ser críticos y autocráticos en nuestro accionar y en los resultados que vayamos obteniendo y por sobre todo para sermos capaces de ir sugiriendo nuevos modelos de actuación y formas de ir enriqueciendo nuestro bagaje teórico; a su vez, la epistemología nos permitirá entender a la ciencia en su concepción moderna, no como un proceso acabado,

lo que nos ubica en un nuevo concepto de conocimiento, de verdad, etc. Todo esto ayudará al profesional investigador, sin duda, a mejorar la estrategia de la investigación.

SIGNIFICADO E IMPORTANCIA DE LA EPISTEMOLOGÍA

Seguendo el pensamiento de Olmedo Llorente y Rojas Reyes (2002), el significado e importancia de la Epistemología, para nosotros, a la luz de la "Nueva Filosofía de la Ciencia" (Kuhn, Lakatos, Hanson, Toulmin, Feyerabend) y de la "Teoría Crítica" (Adorno, Marcuse, Habermas, Popper) puede ser el siguiente:

1. La Epistemología actual tiende a ser cada día más antipositivista, aún cuando uno de los que más trabajó en el ámbito de la epistemología como medio de conocer la ciencia fue Comte;
2. Es antipositivista, porque considera a la ciencia desde su génesis, como un proceso dinámico y abierto, en su devenir. No hay que considerar a la ciencia como un producto, como un hecho definitivo (el problema de la verdad, de la falibilidad del conocimiento). Por el contrario, la ciencia se encuentra siempre en vías de desarrollo, no solo tiene historia, sino que es intrínsecamente histórica.
3. Aparece, entonces, la Epistemología, abarcando todo lo concerniente a lo científico. Althusser dice: "La Epistemología es la teoría de la práctica científica, es la autoconciencia de dicha práctica, que se propone develar, explicitar todas sus implicaciones, supuestos, principios, categorías". Y esto tiene íntima relación con nuestro quehacer profesional.
4. La Epistemología va acrecentando su actualidad y prestigio dada la función teórico-práctica de la ciencia; además, porque se vincula y no soslaya las contradicciones sociales, la lucha ideológica-política;

5. La Epistemología apunta, hoy, por una praxis transformadora y por un mundo posible como utopía, en lugar de un quietismo, de un determinismo utópico, del mito de la tecnocracia, de un teoricismo, etc.;

6. En definitiva, siguiendo a Thuillier, "La epistemología es una disciplina en la encrucijada", situada en la intersección de preocupaciones y en disciplinas muy diversas por sus objetivos y sus métodos.

Entendida así la Epistemología, empata perfectamente con la línea que se viene diseñando para nuestra profesión, para lo que debe ser y hacer el Trabajo Social. Estoy convencido que si incorporamos estos aspectos en el análisis, reflexión y discusión teórica y los llevamos a la práctica, vamos a tener, dentro de poco, un Trabajo Social no solo realmente científico, sino con una producción teórica (entiéndase conocimientos) realmente rica.

TRABAJO SOCIAL Y CIENCIA: Algunas reflexiones

Hemos señalado que la ciencia es un producto social; aunque el Trabajo Social no es una ciencia, deberá llegar a tener ciertas características de ella, como el hecho de ser un producto social y al ser esto, debe producir y tener conocimientos que les sean propios. La producción de nuevos conocimientos científicos es una actividad de las personas, en este caso de los Trabajadores Sociales, que vendrían a ser unos expertos que se dedican a producir un tipo especial de enunciados, que pretenden describir y explicar la realidad, a partir de un enfoque inicialmente social. Digo inicialmente social porque a la postre es económico, político, cultural, etc.

Como actividad social, el Trabajo Social, tanto en su contexto como en su estructura interna, incluido lo de la validación, lo de la verdad o falsedad de sus enunciados, tiene un componente social del cual no se puede desprender ni debe prescindir. Si bien hay una serie de aspectos complejos que se desprenden de estas afirmaciones, digamos que, como punto de partida, los enunciados, teorías, datos, no son inmediatamente

objetos de la ciencia o simplemente válidos, sino hasta que una determinada comunidad científica los acepta como tales.

No es posible que una verdad sea científica y al mismo tiempo pertenezca únicamente a un individuo, en la interioridad de su conciencia. Un enunciado se convierte en una verdad científica en el momento en que se comunica y acepta y esto deberá darse necesariamente en las distintas comunidades científicas que se irán configurando en el ámbito del Trabajo Social, como una forma o manera de impulsar este proceso de producción de conocimientos.

Al hablar en estos términos tenemos que acercarnos indiscutiblemente al concepto de ciencia, pero no pretendo plantear ahora que Trabajo Social llegará a ser una ciencia, sino que nos aproximaremos a ello en la medida que incursionemos con éxito en esta empresa de producir conocimientos. La discusión de si Trabajo Social será ciencia (porque hoy no lo es), no debe preocuparnos en este momento; esto deberá ser el resultado del trabajo que realicemos de hoy en más. En todo caso, lo que debe preocuparnos, más que explicitar si es o no ciencia, es discutir y analizar el problema de la demarcación científica, de los límites entre el discurso científico y los otros, ya que más que existir "la" ciencia como un todo homogéneo, lo que existen son prácticas científicas diferentes. No obstante, cabe indicar -como aproximación preliminar- ciertas características y objetivos que tenemos que ir alcanzando para que el Trabajo Social vaya adquiriendo esa científicidad que queremos imprimirle:

1. Tenemos que romper con el conocimiento común, vulgar, cotidiano y corriente, que es subjetivo, fenoménico, aparente, subjetivo, no siempre coherente y que está muchas veces presente en nuestros enunciados.
2. Los conocimientos que vayamos produciendo deben tener como característica esencial el ser consistentes, coherentes; es decir, libre de contradicciones. Un discurso es coherente cuando existe un nexo lógico de las conclusiones entre sí y de éstas con sus premisas. Estos criterios lógicos muchas veces son insuficientes o difíciles

de alcanzar cuando se recurre solo a la experiencia como fuente de conocimiento. Es decir, los conocimientos en Trabajo Social, deben constituir un sistema, un todo organizado, cuyas partes deben tener unidad interna.

3. Lo científico es objetivo, consecuentemente, los enunciados que se vayan acordando como válidos, deben serlo no de una manera absoluta, sino de una forma relativa, histórica, a manera de aproximaciones sucesivas. Algunos prefieren hablar de objetivación, en el sentido del esfuerzo incesante por aproximarse a la verdad, a la mayor objetividad posible. Ciro Cardoso (1981, p. 17) en su texto *Introducción al Trabajo de la Investigación Histórica* nos dice:

El objeto del conocimiento es infinito, tanto si se trata del objeto considerado como la totalidad de la realidad o del objeto captado como fragmento cualquiera o un aspecto de lo real. En efecto, tanto la realidad en su totalidad como cada uno de sus fragmentos son infinitos, en la medida en que es infinita la cantidad de sus correlaciones y de sus mutaciones en el tiempo. El conocimiento de un objeto infinito debe ser, por lo tanto, también infinito; debe constituir un proceso infinito... tendiendo hacia el límite que es el conocimiento completo, exhaustivo, total, que, como el límite matemático, no puede ser alcanzado en un solo acto cognoscitivo.

Se trata, de acuerdo con el planteamiento de Cardoso, que nunca estamos en la verdad, sino más bien estamos permanentemente tras ella.

Recordemos que Bachelard dice que no hay "verdades primeras", sino "errores primeros".

4. Debemos construir paralelamente criterios y parámetros para ir reconociendo el carácter científico de nuestros conocimientos y para valorar las teorías, para separarlas de las no científicas.

5. No olvidemos que lo científico unifica la diversidad de los datos empíricos y sustituye la categoría de sustancia independiente por las de relación y función.

Tratando de ubicar al Trabajo Social en el ámbito de las disciplinas científicas, sin pretender con ello decir que es ya una ciencia, quiero referirme particularmente a las Ciencias Humanas, por relacionarse ésta directamente con el hombre y su problemática, que es también la preocupación y razón del Trabajo Social. De esta manera pretendo proporcionar otros ingredientes a la discusión sobre la científicidad de nuestra profesión.

Tradicionalmente, han existido distintas clasificaciones de ciencia, estableciéndose una diferencia entre ellas, que hoy ya no se acepta por cierto; por ejemplo, la clásica diferenciación entre ciencias de la naturaleza, ciencias exactas y ciencias sociales, que empiezan a denominarse desde hace algún tiempo ciencias humanas. Estas últimas han tenido varias denominaciones: ciencias morales, ciencias del espíritu, ciencias de la cultura, ciencias humanas, ciencias sociales. Actualmente, se utilizan las dos últimas expresiones indistintamente, pero, me parece más apropiado denominarlas humanas porque es un término más general, que hace relación a todo lo relacionado con el hombre y consecuentemente engloba todo lo social.

Las ciencias humanas, según Freund (apud, OLMEDO LLORENTE; ROJAS REYES, 2002, p. 11) "Tienen por objeto investigar las diversas actividades humanas, en tanto que, implican relaciones de los hombres entre sí y de los hombres con las cosas, así como las obras, instituciones y relaciones que de ello resultan".

Sabemos que los fenómenos sociales en general y los humanos en particular, "son conscientes (con muchas limitaciones), teleológicos (referidos a motivaciones, objetivos y valores); son más complejos que los físicos, más cualitativos que cuantitativos; son de difícil experimentación, dada su singularidad e irrepetibilidad. De aquí, se sigue - sin caer en un dualismo, - que las ciencias del hombre son:

1. Histórico-culturales, a diferencia de las ciencias naturales, que son bienes culturales, pero no ciencias de la cultura. Sólo lo humano es propiamente histórico. La naturaleza tiene historia, pero no es histórica.
2. En las ciencias humanas, el hombre es sujeto y objeto, observador y observado, a diferencia de las ciencias de la naturaleza, cuyo objeto nos es ajeno, separado.
3. Se vinculan de por sí con lo subjetivo e ideológico.

Al comparar las ciencias humanas y las de la naturaleza, se observa que las primeras muestran un estatus epistémico o perfil epistemológico menos sólido y riguroso, menos confiable, más incierto y cuestionado, hasta el punto de que muchos les niegan el carácter de ciencias. En **La Estructura de las Revoluciones Científicas**, Kuhn se refiere al estadio pre-paradigmático de las ciencias sociales"

Hasta aquí mis reflexiones sobre uno de los tantos aspectos que comprende la Producción de Conocimientos en Trabajo Social. Pienso que la discusión sobre esta temática seguirá profundizándose y marcará un nuevo hito en el desarrollo del Trabajo Social; pienso también que su concreción, es decir, el momento que realmente dispongamos de conocimientos surgidos desde lo interno de nuestra profesión, en ese instante se dará el gran salto cualitativo que todos esperamos y anhelamos. Puede que este planteamiento y otros similares, aparezcan como ambiciosos, pero creo es necesario que así sea, además en este momento de la historia, en que los cambios se suceden con una rapidez inusitada, debemos por sobre todo ser optimistas, futuristas y utópicos. Sólo así se podrá seguir haciendo y escribiendo la nueva historia del Trabajo Social, si no yo ni posiblemente tampoco muchos de Uds., pero, si los que nos siguen, generacionalmente hablando.

REFERÊNCIAS

- ALFERO, Luis D. Araneda. **Estado actual del movimiento de reconceptualización del trabajo social latinoamericano**. Ecuador, 1975.
- _____. **La reconceptualización del trabajo social latinoamericano: su análisis y prospectiva**. Cuenca, Ecuador. 2004. Doc. Inédito.
- BARREIX, Juan; CASTILLEJOS, Simón. **Metodología y método en trabajo social**. Buenos Aires: Ed. Espacio, 2003.
- BROWN, Harold. **La nueva filosofía de la ciencia**. 2. ed. Madrid: Tecnos, 1988.
- CARDOSO, Ciro F. S. **Introducción al trabajo de la investigación histórica**. Barcelona: Grijalbo, 1981.
- CERDAG, Hugo. **Los elementos de la investigación: cómo reconocerlos, diseñarlos y construirlos**. Quito: Abya Yala, Instituto de Antropología Aplicada. 1993.
- LLORENTE, Olmedo L. Francisco. **Introducción a la epistemología**. Cuenca: Universidad del Azuay, 1991.
- _____; ROJAS REYES., Carlos. **La epistemología**. Cuenca: Ministerio de Educación y Cultura de Ecuador. AFECE, 2002.
- NETTO, José Paulo et al. Estado actual del movimiento de reconceptualización del trabajo social en América Latina. Artículos en **Revista Selecciones de Servicio Social** N.26. Buenos Aires: Humanitas. 1975
- WALZ, Thomas H. et al. **Servicio social año 2000**. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

REFLEXÕES SOBRE ÉTICA, PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL

Maria Lucia Silva Barroco*

RESUMO

Este artigo trata das determinações históricas que estão na origem do debate sobre a ética na pesquisa, objetivando situá-lo como necessidade social, dada historicamente, como resposta a situações de conflito, decorrentes do uso da ciência, em sua relação com os sujeitos da pesquisa. A participação de diferentes profissionais em Comitês de Ética em Pesquisa, nas Universidades, Hospitais e demais espaços institucionais, traz para o Serviço Social a necessidade de uma reflexão crítica sobre as mediações éticas que podem ser objetivadas neste espaço. O Serviço social tem, na sua trajetória histórica, um acúmulo teórico e ético-político suficientemente capaz de sustentar um posicionamento de valor e uma fundamentação filosófica na direção da afirmação dos Direitos Humanos, das conquistas democráticas, da justiça social e da liberdade, valores que fundam sua intervenção nos Comitês de Ética em Pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa; ética; direitos humanos; liberdade, justiça social.

ABSTRACT

This article refers to the historic determinations that are in the origin of the debate about the ethics in the research, aiming at placing it as social need, historically considered as answer to conflictive situations, resulting from the use of science in its relationship with the subjects of the research. The participation of different professionals in Ethics in Research Committees, in Universities, Hospitals and other institutional spaces, brings to the Social Service the necessity of a critical reflection about the ethical mediations that can be intended in this space. The Social Service has, in its historic course, a theoretical and ethical-political accumulation sufficiently capable of sustaining a positioning of value and a philosophical base towards the affirmation of the Human Rights, democratic achievements, social justice and liberty, values that found its intervention in the Ethics in Research Committees.

* Prof.^a de Ética Profissional e Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Puc SP

KEYWORDS: research; ethics; human rights; liberty, social justice.

ORIGENS HISTÓRICAS DA BIOÉTICA

O debate sobre a ética na pesquisa é recente, não apenas no espaço das ciências humanas, mas da ciência, em geral. Surge no âmbito da Bioética, inicialmente no campo das ciências da saúde, para atender demandas históricas objetivas que evidenciam a necessidade de responder eticamente a situações de conflito, decorrentes do uso da ciência, em experimentos com seres humanos. Seu desenvolvimento, porém, mostra que os dilemas ético-morais, presentes nas diferentes práticas profissionais e científicas, abrangem todas as áreas do conhecimento, exigindo ações mais objetivas, como a definição de critérios e princípios éticos normatizadores da pesquisa em geral.

Estudiosos da Bioética apontam as denúncias sobre os experimentos dos campos de concentração nazistas e a elaboração dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos como grandes marcos históricos definidores da necessidade de criação de parâmetros éticos universais relativos ao uso da pesquisa e das experiências científicas. Os anos 60 do século passado, nos EUA, destacam-se como contexto impulsionador da crítica social e de denúncias éticas contra a discriminação, adensado pelo desenvolvimento tecnológico e pelas mudanças sócio-culturais que atingem a família, os valores, os costumes tradicionais em geral, especialmente pelas lutas por direitos civis e políticos, como as dos movimentos de mulheres e negros.

É nesse cenário que ocorrem alguns fatos que influenciam a história da Bioética: o primeiro Comitê de Bioética e um conjunto de denúncias sobre experimentos médicos antiéticos. O Comitê foi instituído em Seattle, em 1962, a partir de um avanço tecnológico da medicina – a criação da hemodiálise – e do conflito ético gerado, com a existência de uma demanda maior do que a capacidade de atendimento, o que poderia resultar na morte dos usuários. A iniciativa foi pioneira porque ampliou o poder decisório

para um Comitê composto por pessoas, em sua maioria, leigas em medicina (LOLAS, 2001; DINIZ, 2002).

É também nesse período, nos EUA, que surgem várias denúncias envolvendo práticas antiéticas em pesquisas científicas com seres humanos, com destaque para o artigo de Henry Beecher, médico anestesista que colecionava relatos de pesquisas científicas publicadas em periódicos internacionais. Divulgado em 1966, seu artigo “Ética e investigação clínica” mostrou que, de cem trabalhos publicados, doze apresentavam maus tratos ou violações éticas, evidenciando a discriminação e o desrespeito ao ser humano, deixando clara a relação das práticas com pacientes em condições sociais subalternas. Por exemplo, mostrou que pesquisas realizadas com verbas de instituições públicas e empresas de medicamentos, em sua maioria desenvolvidas em universidades norte-americanas, destinavam-se a uma população alvo tida como “subhumana”, tais como presidiários, idosos, pacientes de hospitais psiquiátricos, ou seja, indivíduos “incapazes de assumir uma atitude moralmente ativa, diante do pesquisador e do experimento” (DINIZ, 2002, p. 35).

Um dos exemplos mais perversos dessas denúncias é o que ocorre em meados da década de 1970, sobre pesquisa realizada no estado do Alabama, pelo Serviço de Saúde Pública, com quatrocentas pessoas negras portadoras da sífilis que foram deixadas sem tratamento durante vinte e cinco anos (utilizava-se apenas o placebo), com o intuito de avaliar a história natural da doença, embora a penicilina, que pode bloquear a sífilis, já tivesse sido descoberta desde a II guerra, ou seja, antes do início da pesquisa. Os pesquisados não foram sequer informados de sua participação no experimento; logo, não assinaram o termo de consentimento e o argumento dos médicos, por ocasião das denúncias, foi o de que “eles não saberiam a história natural da doença se não deixassem as pessoas morrerem”. (Idem, p.18).

Estes são apenas alguns exemplos da lógica utilitarista que dá suporte à ideologia que naturaliza a desigualdade social e racial e justifica – como vimos no exemplo acima – condutas antiéticas e criminosas, em nome do avanço da ciência. Fundadas na discriminação, as escolhas “éticas” para tal procedimento são determinadas por juízos de valor que julgam ser natural que

extratos subalternos e/ou indivíduos “inferiores” sirvam como cobaias em experimentos científicos. A reivindicação da ética na pesquisa médica surge exatamente porque parte da humanidade não concorda com essa lógica, com essa concepção e com essa prática.

De modo geral, todos concordam com a importância da discussão e do enfrentamento da ética na pesquisa; no entanto, apesar de ser um debate colocado há mais de trinta anos, o seu enfrentamento é bastante problemático, pela natureza dos dilemas que o envolvem. Quando se refere à pesquisa em ciências humanas, a discussão é ainda mais recente e rara. Por exemplo, segundo Paiva (2003), estudo sobre literatura especializada em pesquisa, analisando quinze livros de metodologia de pesquisa brasileiros e estrangeiros e três manuais de orientação sobre pesquisa, publicados por universidades brasileiras, constata que apenas um livro, ([dos autores] Schachter e Gass, [publicado em] 1996), faz considerações sobre a ética na pesquisa.

Ressaltando o dado de que a maioria dos livros brasileiros pesquisados é da área de ciências sociais, Paiva (2003) analisa criticamente a forma como muitos autores tratam a questão, por exemplo, aconselhando o leitor a dar todas as instruções ao pesquisado, a demonstrar a importância da pesquisa, ou garantindo o anonimato. Como a autora observa, a forma como são tratados, “esses conselhos parecem ser mais uma estratégia para conseguir a colaboração dos pesquisados do que para se enfatizar o direito de quem colabora com a pesquisa ser devidamente esclarecido sobre o destino dos dados que está produzindo” (Idem).

Essas questões, aqui apenas sinalizadas, deixam evidente a multiplicidade de mediações que envolvem a reflexão sobre a ética na pesquisa. O desenvolvimento da Bioética, como resposta a demandas históricas resultantes de situações de discriminação e de desrespeito aos direitos humanos, já implicou em sua superação para além dos limites das ciências biomédicas, possibilitando que os dilemas presentes nas pesquisas com seres humanos e não humanos possam ser hoje situados de forma multidisciplinar, buscando-se, em suas vertentes mais progressistas, uma articulação entre o conhecimento, a ética e a

política. Isso nos propicia um campo de alternativas críticas para pensar a relação entre ética, pesquisa e Serviço Social.

REFLETINDO ETICAMENTE...

A ética nos convida a indagar sobre o que é bom, justo, legítimo, em relação às ações humanas. Os gregos, que forneceram as bases filosóficas para uma reflexão ética, entendiam que a verdade não se separava do bem e da beleza; por isso, o conhecimento filosófico era concebido como um saber interessado, um saber que pergunta sobre o valor das ações. Não basta indagar sobre a verdade; também é preciso saber se ela serve às necessidades políticas da cidade e do cidadão, mais do que isso, se ela é boa, justa, legítima, diriam eles.

O que é bom, justo, correto e legítimo fazer na pesquisa com seres humanos e não humanos, e em nome do desenvolvimento da ciência?

A discussão e escolha de determinados princípios e valores são a base inicial de qualquer processo que pretenda organizar determinado quadro normativo de caráter ético com o objetivo de institucionalizá-lo e/ou legitimá-lo socialmente. Porém, os valores e princípios têm significados diferentes, que variam de acordo com as concepções filosóficas e as orientações sociais e políticas que lhes dão suporte teórico-prático, em cada contexto histórico. Sendo assim, a pergunta sobre o que é bom, justo, correto e legítimo não é aleatória; as escolhas e perguntas são mediadas historicamente.

A ética objetiva-se como **reflexão teórica e ação prática**. Como **reflexão teórica**, nos chama a indagar filosoficamente sobre o valor das ações, sobre o que é justo e legítimo fazer, reflete criticamente sobre o significado histórico do agir humano e sobre os fundamentos objetivos dos valores e princípios que orientam a prática social dos homens. Trata-se de um saber interessado, portanto, de um conhecimento que nega a neutralidade da ciência, exigindo um posicionamento ético do pesquisador, pois conhecemos objetivando um produto que seja

valeroso para determinado projeto ideal que desejamos que se realize com nossa ação.

Como **ação prática**, a ética é a objetivação concreta dos valores, princípios, escolhas, deliberações e posicionamentos produzidos pela ação consciente dos homens diante de situações de afirmação/negação da vida, dos direitos e valores. Conceber a ética como uma ação crítica de um sujeito histórico que **reflete teoricamente**, faz escolhas conscientes, se responsabiliza, se compromete socialmente por elas e age praticamente para objetivá-las é conceber a ética como parte da **práxis**.

Refletir eticamente sobre a ética na pesquisa em Serviço Social supõe perguntar sobre o significado e o valor de nossa ação em relação à pesquisa; o que é legítimo e justo fazer nesta atividade, e se ela pode ser considerada uma ação capaz de estabelecer mediações práticas para a objetivação de escolhas e valores éticos, lembrando que as opções são relativas a condições históricas determinadas socialmente e que nossos parâmetros éticos são dados pelos referenciais teóricos e políticos inscritos em nosso Código e em nosso projeto profissional.

O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA PESQUISA PARA O SERVIÇO SOCIAL

O reconhecimento do assistente social como interlocutor qualificado para dialogar com diferentes áreas do conhecimento e como profissional competente para investigar e produzir conhecimentos sobre suas áreas de trabalho é parte de um conjunto de conquistas profissionais construídas pelo Serviço Social brasileiro a partir dos anos 70 do século vinte.

De fato, é no processo de ruptura com as suas bases tradicionais que o Serviço Social constrói e conquista a sua legitimação como profissão qualificada academicamente para a pesquisa e o debate com outras áreas de conhecimento. Como mostra Paulo Netto (1991), em sua análise das determinações da vertente de ruptura do Serviço Social brasileiro, entre outros aspectos, a inserção acadêmica de assistentes sociais, durante a ditadura, tornou possível a interação intelectual crítica com investigadores de outras áreas e a dedicação à pesquisa, sem as

demandas imediatas da prática profissional. É nesse contexto, também, que começam a serem criados os cursos de Pós-Graduação e especialização em Serviço Social, desempenhando papel fundamental na qualificação profissional para a pesquisa e para a produção de conhecimentos sobre a prática profissional.

Para isso, também cumprem importante papel, as entidades de representação profissional, especialmente a ABESS¹, responsável pela reforma curricular de 1982 e suas revisões posteriores. A conquista intelectual da profissão implicou na busca de superação do empirismo, do pragmatismo, das concepções positivistas e funcionalistas que marcam a história do Serviço Social. Tendo como marcos históricos o Novo Currículo (ABESS) e as Diretrizes Curriculares (ABEPSS), os Códigos de Ética (CFESS/CRESS) e a Lei de Regulamentação da Profissão, implementados a partir das passadas décadas de oitenta e noventa, o Serviço Social incorpora a pesquisa como parte das atribuições profissionais, concebidas como totalidade organicamente articulada por dimensões técnicas, teóricas, práticas, éticas e políticas.

Mais recentemente, no Brasil, com a instituição da Resolução 196/1996, que cria a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), surge uma nova demanda para todos os centros de pesquisa do país, incluindo hospitais, universidades e centros de pesquisa, no sentido de instituírem Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), para acompanhar todas as pesquisas que envolvam seres humanos².

A experiência investigativa ou a vivência em Comitês de Ética são espaços em que ética se objetiva através de mediações que surgem como demandas, exigindo posicionamentos e respostas profissionais. Na relação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, nas questões postas pela própria pesquisa vão se desvelando mediações que exigem respostas, cujo enfrentamento leva a novas mediações materiais ou ideais. Sua

¹ Na passada década de oitenta chama-se ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social); em 1987, é criado o CEDEPSS (Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social), passando para ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), em 1998.

² Segundo dados de Diniz e Guilhem, de 2002, existem no Brasil cerca de 400 CEPs.

realização pode ter como resultado a objetivação de um valor, de uma prática, de um direito, enfim, de algo valioso do ponto de vista ético e político; mas, também pode resultar em uma resposta que oculte as contradições reveladas e não realize valores éticos tidos como positivos, constituindo-se em uma prática realizadora de um desvalor ou da negação de um valor, de um direito.

QUE MEDIAÇÕES A PESQUISA PODE OBJETIVAR?

Os parâmetros éticos orientadores das decisões do Serviço Social em relação à pesquisa devem ser buscados no Código de Ética Profissional, especialmente em seus princípios fundamentais:

a liberdade, valor ético central, as demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação, e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; defesa e aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e da justiça social (CONSELHO..., 1993).

Já os Comitês de Ética instituídos pela Conep têm como referencial ético básico os princípios fundamentais da Bioética, apresentados na Resolução nº 196/1996: **autonomia, beneficência, não maleficência e justiça**.³

Segundo esse documento, por **autonomia**, entende-se:

o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa para dela participar de forma voluntária [...] livre de simulação, fraude, dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos,

³ Princípios consolidados mundialmente com base na teoria principialista norte americana. Além disso, a Resolução orienta-se por diversos documentos internacionais, tais como a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964) e suas versões de 1975/ 83/89, o Acordo Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, aprovado na ONU, em 1966, e no Brasil, em 1992.

benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar. (idem).

O respeito à autonomia desdobra-se no respeito à vulnerabilidade e à incapacidade. Entende-se que os indivíduos podem ser vulneráveis quando, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido e/ou aos indivíduos legalmente incapazes, quando não tenham capacidade civil para dar o seu consentimento livre e esclarecido, devendo ser assistidos ou representados, de acordo com a legislação brasileira vigente. Nestes casos, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em “sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade” (BRASIL, 1996, p. 85).

Por **beneficência** entende-se a “ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos” (BRASIL, 1996). Trata-se do dever moral de agir em benefício dos outros; uma “máxima” moral desejável. A **não maleficência** significa a busca de “garantia de que danos previsíveis serão evitados”, isto é, buscar não causar danos intencionais. A **justiça** refere-se à **equidade**, isto é, à “minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis e de vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária” (Idem, p. 86). Na teoria principialista, o princípio da justiça está baseado no princípio da equidade social de John Rawls, que busca o reconhecimento de necessidades diferentes para interesses iguais. Considera-se que tal princípio deve ser observado não apenas na escolha dos participantes da pesquisa como nos resultados da mesma para proteção dos indivíduos.

Se estabelecermos uma relação entre os princípios fundamentais definidos acima e os do nosso Código de Ética Profissional, vemos que se tratam dos mesmos princípios, embora com significados e pressupostos teóricos e ético-políticos

diferenciados. Um mesmo valor pode ter diferentes fundamentos, dependendo da forma como é apreendido teoricamente e de acordo com sua função na vida social. Além disso, um valor pode significar uma conquista humana e, ao mesmo tempo, constituir-se sua própria negação. A autonomia, por exemplo, é uma capacidade humana que se torna um valor historicamente afirmado como algo positivo, pois recria alternativas e libera novas capacidades. No entanto, as condições históricas em que essa afirmação se dá variam e inclusive a determinam; a afirmação da autonomia do indivíduo é um valor que só se torna possível historicamente nas condições objetivas da sociedade moderna. Porém, o que essa conquista traz de positivo para a ampliação das capacidades de fruição do homem também lhe confere a possibilidade do advento do “individualismo possessivo”, (MACPHERSON, 1979), cujos componentes negativos são evidentes. Sendo assim, um mesmo valor e princípio pode estar representando projetos e idéias que se opõem entre si, pelo caráter histórico de suas possibilidades de manifestação, como afirmação ou negação de si mesmos.

Assim, a teleologia dos homens, dependendo de seus interesses de classe, de sua ideologia, de seu projeto de sociedade, também está orientada para finalidades opostas, embora se refiram a um mesmo valor, como é o caso da liberdade. Se ela é teologicamente orientada pelo utilitarismo ético, por exemplo, presente na ética mercantil, sua orientação de valor será dada pelo critério da utilidade, isto é, considera-se “bom” ou que for “útil” para determinados interesses, inscritos na lógica do mercado capitalista. Se a ética estiver orientada por uma perspectiva emancipatória, sua concepção de liberdade demandará outro modo de fundamentação.

Tanto as Declarações de Direitos Humanos como os princípios fundamentais da Bioética, aqui assinalados, fundamentam-se em concepções éticas oriundas da filosofia, especialmente da ética kantiana e do utilitarismo e do pensamento político moderno e contemporâneo, com destaque para o liberalismo clássico e a teoria da justiça de John Rawls (apud DINIZ; GUILHEM, 2002). Como se trata de uma fundamentação que supõe a ordem social burguesa como modo de existência dos

valores, princípios e direitos, sua abordagem coloca a necessidade de uma crítica histórica, tanto no sentido do desvelamento de sua fundamentação como no de encaminhamento de estratégias para o enfrentamento dos dilemas éticos que demanda.

Liberdade e justiça, se tratados no âmbito da concepção liberal clássica, supõem o respeito ao indivíduo como portador de direitos naturais, entre eles a propriedade, direito que se entende que deva ser garantido pela sociedade política. Assegurando que todos os indivíduos tenham o direito de desenvolver ao máximo suas capacidades e potencialidades, a sociedade política, através das leis e das instituições, busca garantir a equidade, isto é, a justiça. Isso, porém, não significa a igualdade; apenas a igual condição para desenvolver-se desigualmente uma vez que, segundo tal concepção, os talentos não são iguais e nem todos “aproveitam” as oportunidades que lhes são dadas, etc. (BARROCO, 2001). Assim, a liberdade liberal supõe a desigualdade; logo, a defesa da equidade e não da igualdade, da “justiça” baseada em critérios subjetivos (talentos, aptidões) e não da justiça social.

É importante salientar, que é impossível separar os valores e princípios e tratá-los isoladamente, uma vez que eles pertencem à dinâmica da vida social. Segundo nosso referencial, a autonomia e a justiça estão vinculadas à liberdade, à alteridade, o que supõe a negação da discriminação, do preconceito, o respeito aos valores dos sujeitos da pesquisa, seus costumes e hábitos, com destaque para a questão do sigilo profissional, nas várias etapas da pesquisa. Também, é importante refletirmos sobre as peculiaridades dos sujeitos que são alvo de nossas pesquisas, uma vez que, em geral, encontram-se no universo daqueles considerados “vulneráveis” e/ou excluídos socialmente.

Traduzidos para o âmbito da atividade investigativa, a objetivação de tais valores exige o respeito à autonomia do sujeito que está sendo investigado, o que implica no seu livre consentimento e esclarecimento quanto à sua participação na pesquisa e em relação ao uso de seus resultados; garantia quanto ao sigilo profissional relativo às várias etapas da pesquisa; posicionamento e respeito aos valores, hábitos e costumes dos

sujeitos da pesquisa; estabelecimento de relações democráticas, não discriminatórias, entre outros.

A alteridade ou o respeito ao outro exige especial atenção quanto aos resultados da pesquisa; tratando-se de uma problemática complexa, tendo em vista que, raramente, a população alvo tem acesso ao produto da investigação, especialmente quando se trata de pesquisas no campo das ciências humanas. Outra questão relevante diz respeito às interpretações feitas com os dados das entrevistas, muitas vezes sem a preocupação com as necessidades do informante, com imposições que podem estar violando valores e costumes, com distorções na interpretação dos dados ou sem assegurar a proteção da população no sentido do seu anonimato.

A ética na pesquisa deveria ser objeto de preocupação em todo o processo de formação profissional, desde a graduação; com isso, estaríamos evitando muitos problemas que teimam em deixar evidente, cotidianamente, o reatamento da degradação das condições da educação no Brasil, especialmente com a privatização do ensino público e a fragmentação das políticas sociais em geral, com o avanço do neoliberalismo. Tais problemas referem-se à qualidade dos trabalhos de Iniciação Científica, de Conclusão de Curso, de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, muitas vezes, apresentando problemas de plágio, utilização não responsável de citações, uso de citações de modo tendencioso, retirando-as de um contexto e colocando-as em outro, dando um resultado que adultera as citações originais, entre outras.

A liberdade, a alteridade e justiça social são valores representativos das lutas históricas dos trabalhadores e movimentos sociais que, com o desenvolvimento da sociedade burguesa e a consolidação da reificação, tornaram-se universais abstratos, na medida em que não têm condições objetivas para se realizarem universalmente nessa ordem social. São valorados positivamente porque foram e representam conquistas históricas dos homens e, por isso, passam a se configurar como valores projetados no horizonte de uma nova sociedade e passam a se configurar, assim, como valores ideais para projetos emancipatórios.

A vinculação entre a ética, a pesquisa e os direitos humanos, concebidos historicamente, coloca a defesa de tais valores como uma bandeira de luta dos diversos movimentos que atuam na defesa da vida, em suas mais diversas expressões. É o que tem ocorrido, por exemplo, com os movimentos sociais que participam do Fórum Social Mundial (FSM), propondo conduzir a ciência a partir dos valores que motivam o Fórum, em oposição a uma ciência dirigida pelos interesses do mercado (LACEY, 2002, p. 123).

O contexto do capitalismo "global", com seu desenvolvimento tecnológico e seu nível inusitado de desumanização, coloca grandes dilemas éticos à humanidade: a genética, a clonagem, o genoma humano, os transgênicos, só para citar alguns deles. Mas, paralelamente aos grandes dilemas que parecem estar longe de nosso cotidiano, somos chamados a responder a questões éticas tão conflituosas e difíceis quanto aqueles. São problemas vivenciados profissionalmente, que exigem uma reflexão ética, um posicionamento crítico e ações práticas coletivas.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Revista Temporalis* n. 02. Brasília, ABEPSS, jul/dez 2000.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.
- BONETTI, Dilséa Adeodatta; CARVALHO, Alba Maria P; IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto de investigação: a formação profissional do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 14, p. 104-143, abr. 1984.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão de Ética em Pesquisa. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Estabelece os requisitos para realização de pesquisa clínica de produtos para saúde utilizando seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 out. 1996. Seção I.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

DINIZ, Débora. Bioética: um novo conceito". In: CESARINO, Antonio Carlos. **A ética nos grupos**: contribuição do psicodrama. São Paulo: Ágora, 2002.

_____; GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ISOLDI, ISAURA, et al. (Org.). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social – PUC-SP. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 14, p. 29-103, abr. 1984.

JACQUARD, Albert; PLANÉS, Huguet. **Pequeno manual de filosofia para uso dos não-filósofos**. Lisboa: Terramar, 1997.

LACEY, H. A tecnociência e os valores do Fórum Social Mundial. In: LOUREIRO, Isabel;

LEITE, José Correa; CEVASCO, Maria Elisa. **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 123-147.

LOLAS, Fernando. **Bioética, o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2001.

LUKÁCS, George. As bases ontológicas da atividade humana. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 4, p. 1-18, 1978.

MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo**: de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Reflexões sobre ética e pesquisa. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 43-61, 2005.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Cortez: 1991.

OS MÉTODOS NA PESQUISA. A PESQUISA QUALITATIVA*

Maria Lúcia Martinelli**

RESUMO

Trato neste artigo de elementos conceituais e teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, situando seus fundamentos, bem como as principais premissas e pressupostos que dão sustentação à sua prática. Exploro a relação quantitativo-qualitativo, no âmbito do método científico e situo a fonte oral como um recurso privilegiado para a pesquisa em Serviço Social, indicando alguns procedimentos operacionais para sua utilização. Finalizo abordando a construção do documento final da pesquisa e sua importância sob o ponto de vista ético-político.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa qualitativa, Fonte oral, Serviço Social.

O QUE É ISTO, A PESQUISA QUALITATIVA?

Todas as palavras são portadoras de idéias, são plenas de significados, porém tais significados não se revelam por si só, é preciso buscá-los de modo pacientemente paciente. Portanto, o primeiro significado a ser buscado é: o que é isto, a pesquisa qualitativa?

Porém, antes mesmo de empreendermos esta busca, torna-se imperioso estabelecer, ainda que de modo sintético, os fundamentos filosóficos da pesquisa em Serviço Social, situando, já de imediato, que há uma particularidade histórica na concepção e no modo de pesquisar no âmbito de nosso exercício profissional. Concebemos a pesquisa como mediação constitutiva de nossa identidade e exercício profissional, inerente, portanto ao projeto ético-político da profissão. Tal projeto, como construção sócio-histórica que é, institui-se como solo fecundo onde se encontram

* Palestra realizada no IX Encontro Nacional de Pesquisadores.

** Docente, Pesquisadora e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade – NEPI do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

fincadas as raízes de nosso exercício profissional e de nossos contextos de pesquisa, cuja direção social situa-se na perspectiva da emancipação dos sujeitos.

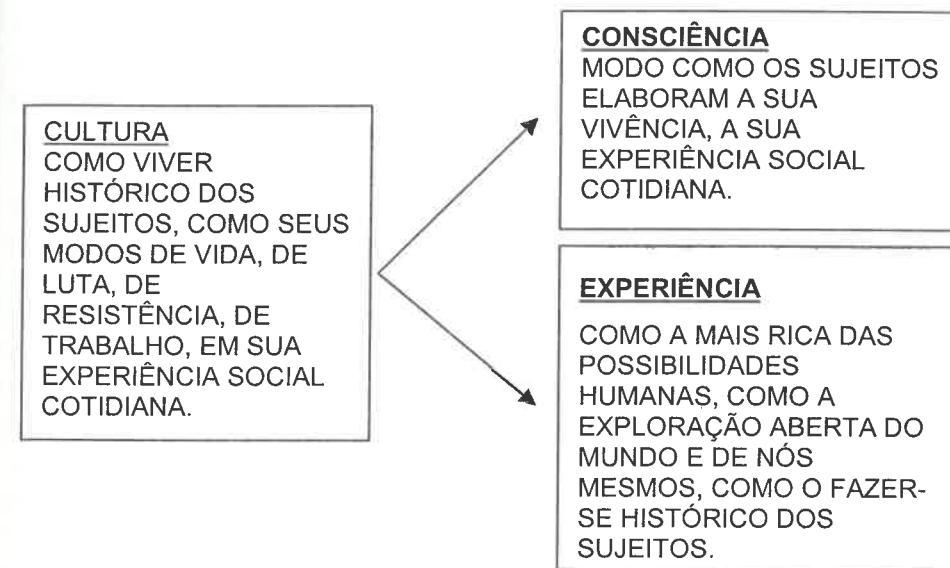
Há, pois uma dimensão ontológica na pesquisa em Serviço Social que se expressa na centralidade do sujeito, no modo de pesquisar, na ética, na circulação e restituição das informações e, especialmente, no horizonte da intervenção, que orienta sempre os nossos procedimentos investigativos.

A particularidade histórica da pesquisa em Serviço Social explica-se, pois, exatamente por este conjunto de elementos e pelo modo peculiar de realizá-la, conforme trataremos de evidenciar nesta trajetória analítica.

Retornando agora à pergunta inicial, sobre a pesquisa qualitativa, lembremo-nos que tanto a realidade quanto a relação humana são qualitativas. Implicam em sons, aromas, cores, arte, poesia, linguagem, os quais só podem ser alcançados pela mediação do sujeito e predominantemente de modo qualitativo, pois demandam atribuição de significados. Tal tarefa apenas o sujeito é capaz de realizar, pois significados se constroem a partir da experiência. Aqui já entram em cena os principais elementos para ensaiar uma resposta à pergunta sobre o que é isto, a pesquisa qualitativa? Na verdade, começamos a nos aproximar de suas premissas fundamentais, partindo do reconhecimento da subjetividade como fundante do sentido, como constitutiva do social e inerente à objetividade.

Segundo o historiador marxista inglês Edward Palmer Thompson (1981), que viveu de 1924 a 1993, a premissa fundamental para se realizar um trabalho que efetivamente parta da centralidade do sujeito, do reconhecimento da riqueza de sua experiência, é conhecer o modo de vida das pessoas, como vivem as suas vidas, quais suas experiências sociais e que significados atribuem às mesmas. Em outras palavras, é conhecer o processo de fazer-se sujeito das pessoas com quem vamos realizar ou estamos realizando a pesquisa.

Ainda segundo Thompson (1981)¹ as principais categorias para trabalhar-se na perspectiva de conhecer-se o sujeito ou, mais precisamente, o seu modo de vida são:



De tais premissas, decorrem alguns pressupostos que dão fundamento à pesquisa qualitativa e que, basicamente, são, segundo Martinelli (1999, p. 22-23),²

- 1º. Reconhecimento da singularidade do sujeito.
- 2º. Reconhecimento da peculiaridade da experiência do sujeito.
- 3º. Reconhecimento da importância de conhecer o modo de vida do sujeito, a sua experiência social cotidiana.

Com base em todos estes elementos, podemos afirmar que a finalidade última da pesquisa qualitativa é conhecer a experiência do grupo pesquisado e os significados que atribuem a tal experiência. Porém, como todo fenômeno humano implica em

¹ Para aprofundamento dos estudos sobre a proposta teórica de Edward P. Thompson consultar sua obra, especialmente a referida na bibliografia.

² Para detalhamento destas premissas, ver Martinelli, Maria Lúcia, O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: Martinelli, Maria Lúcia (Org.) **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999, p.22-23.

dimensão, magnitude e intensidade, a pesquisa qualitativa vai exigir uma permanente interação com a quantitativa, interação esta que, na verdade, é intrínseca a ambas³ [(BAPTISTA, 1999, p. 31-40)]. O que vale ressaltar, é que a palavra chave da pesquisa qualitativa é compreender, razão pela qual neste tipo de abordagem não se valoriza apenas o dado, mas sim a história do dado, seu significado na experiência social do sujeito, visando alcançar a compreensão das lógicas internas dos grupos pesquisados.

Certamente, há diferentes modos de conceber o conhecimento, assim como há também diferentes modos de realizar pesquisa. Fazê-los no âmbito do Serviço Social, pela via qualitativa, deve expressar uma opção teórico-metodológica fundada em nosso projeto ético-político, no qual a perspectiva da emancipação social dos sujeitos e o reconhecimento de sua singularidade e autonomia ocupam lugar central. Isto já põe em cena uma importante questão: a pesquisa nas profissões humano-sociais, e especialmente no Serviço Social, não é apenas um procedimento operativo mas, sim, a expressão de uma opção política que se concretiza em uma opção teórico-metodológica. O método de pesquisa é uma expressão política, uma extensão de nosso projeto ético-político.

Assim sendo, pesquisar na perspectiva qualitativa, e sempre em interação com a pesquisa quantitativa, é contemplar de modo pacientemente impaciente o que se pretende pesquisar. É o exercício do olhar rigoroso, crítico, atento, é a busca do desvendamento crítico da realidade em análise, com vistas a uma intervenção mais qualificada.

Assim sendo, alguns requisitos são muito importantes para a realização da pesquisa nesta perspectiva, destacando-se, entre eles:

³ Para aprofundamento da reflexão sobre a relação de complementaridade entre pesquisa quantitativa e qualitativa, consultar Baptista, Dulce Tourinho, O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa, In: Martinelli, Maria Lúcia (Org.) **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999, p.31 - 40. Nesta mesma direção argumentativa é indispensável consultar também Minayo, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 1996.

- realizar a pesquisa a partir da prática;
- falar a partir do lugar da experiência;
- trabalhar a partir de uma proximidade crítica com os sujeitos;
- ter sempre no horizonte o valor social da pesquisa, seu retorno ao campo de intervenção e aos sujeitos que dela participaram;

Intercambiar experiências, dialogar pela via interdisciplinar, para ser criativo na construção do desenho da pesquisa e para melhorar o padrão de qualidade da ação profissional cotidiana.

Todo conhecimento começa com o sentimento (Leonardo da Vinci).

Esta afirmativa do grande mestre florentino é bem expressiva tanto para sintetizar as principais reflexões que realizamos até o momento, como para ressaltar as peculiaridades deste modo de fazer pesquisa. Mantendo sempre uma relação de complementaridade com as abordagens quantitativas, as qualitativas destacam-se por serem aquelas capazes de incorporar os significados que os próprios sujeitos atribuem a sua experiência social cotidiana⁴. São pesquisas que demandam necessariamente o contato direto com os sujeitos, pois se queremos conhecer experiência social, modos de vida, temos de conhecer as pessoas, sem desvinculá-las, evidentemente, de seu contexto e lembrando sempre que a metodologia da pesquisa é extensão de nosso projeto político.

O uso da fonte oral institui-se como um recurso privilegiado para tanto, uma vez que, ao narrar, o sujeito se revela, organiza a sua memória e relata a sua história. Assim, a entrevista, o depoimento, o grupo focal, complementados pela observação sistemática e pelo diário de campo, são instrumentos fundamentais para realizar a pesquisa pela via qualitativa.

⁴ Introduzimos aqui a expressão abordagens quantitativas e qualitativas para ressaltar que ambas são expressões do método científico, são modos peculiares e complementares de fazer pesquisa

Com base na narrativa do sujeito vamos conhecer modos de vida, lazer, cultura, trabalho, gestos, silêncios, hábitos, valores, organizando-nos neste diálogo a partir dos fundamentos teórico-metodológicos já elaborados à luz de nossa experiência, do conhecimento da realidade e dos objetivos de nossa pesquisa.

O diário de campo e o uso do gravador são instrumentos valiosos e indispensáveis para o trabalho com narrativas orais. É possível afirmar-se mesmo, que uma das peculiaridades da pesquisa qualitativa, realizada com o suporte da fonte oral, é o uso do gravador para registro da narrativa e sua posterior transcrição⁵, como assinala Queiroz (1999). Filmes, revistas, jornais especializados e fotografias são também importantes fontes de informação, que bem podem complementar a narrativa do sujeito e a observação do pesquisador.

Dependendo dos objetivos e características da pesquisa, é possível utilizar-se ainda do desenho e da entrevista filmada, sempre com o objetivo de conhecer-se tão plenamente quanto possível a realidade dos sujeitos em relação ao tema pesquisado.

Exatamente para atender a esta finalidade, do conhecimento tão pleno quanto possível da realidade, em pesquisa qualitativa, especialmente nas que utilizam o suporte da fonte oral, trabalha-se com pequenas cronologias, delineando-se períodos históricos alcançáveis pela memória dos sujeitos. Da mesma forma, com relação aos temas, procura-se estabelecer temáticas mais circunscritas que possam ser contempladas na vivência dos sujeitos.

No que se refere aos próprios sujeitos, uma característica bastante marcante da pesquisa qualitativa, é trabalhar-se com pequenos grupos de sujeitos. O importante é a densidade da experiência e não a extensão do grupo. Há situações em que se pode trabalhar com todos os sujeitos de um grupo específico, até perceber-se que as informações começam a se repetir e que, portanto, já há uma estabilidade na análise. De toda forma, o que é importante ressaltar é que em pesquisas qualitativas, reportando-nos basicamente àquelas que se apóiam em fontes

orais, o grupo de sujeitos deve ser intencionalmente composto pelo pesquisador. Não se trabalha com amostras aleatórias, uma vez que o interesse do pesquisador é conhecer a experiência social de sujeitos específicos, os significados que atribuem ao tema pesquisado. O fundamental para participar da pesquisa é a densidade da experiência do sujeito e sua expressão na qualidade da narrativa.

Em função destas peculiaridades é que as pesquisas qualitativas têm fundamentalmente o formato de estudos de caso, estudos culturais, estudos etnográficos, onde o que está em jogo não são fatos isolados, mas os sujeitos em suas vivências sociais cotidianas.

Os temas de pesquisa nascem da experiência do pesquisador, de seus sentimentos, porém, a realização da pesquisa exige a interlocução com a teoria, a ida a campo, a interação com os sujeitos.

Fazer pesquisa, neste sentido, é descobrir caminhos, é configurar e decifrar uma paisagem desconhecida na perspectiva do que se está pesquisando. Na verdade partimos do que já conhecemos com vistas a um conhecimento mais pleno da realidade em análise, sabendo que tal conhecimento se constrói ao longo da pesquisa e só se revela na trajetória. No caso específico do Serviço Social, onde há uma relação intrínseca entre pesquisa, intervenção e a consolidação da identidade profissional, instituem-se aqui importantes expressões da particularidade histórica deste modo de pesquisar, entre as quais destacamos:

- O caminho da pesquisa, sua trajetória, o modo de realizá-la: partimos da prática, apoiados na teoria e na experiência, e pela mediação da pesquisa retornamos à prática juntamente com os sujeitos participantes. Assim como Ulysses, no seu célebre retorno a ilha de Itaca, narrado no clássico poema de Homero, *Ilíada* e *Odisséia*, ao pesquisar estamos realizando uma viagem de volta. Porém, diferentemente de Ulysses, não estamos sós. A centralidade ontológica do sujeito nos faz alimentar uma relação inclusiva, uma relação de mutualidade, onde somos iguais na diferença. O pesquisador e os sujeitos

⁵ Para aprofundamento ver a obra clássica de Maria Izaura Pereira Queiroz sobre o tema, referida na bibliografia.

estão partilhando uma experiência social, estão construindo algo juntos. O uso da fonte oral é especialmente fecundo neste sentido, pois nos permite trabalhar com uma perspectiva de responsabilidade social partilhada, com muito respeito ético ao saber-vivência do sujeito.

- As temáticas de pesquisa e a forma de abordá-las: o eixo história – sujeito e cultura estão sempre nas pesquisas que realizamos em Serviço Social. Embora as temáticas estejam referidas às expressões da questão social, trabalhamos a partir de uma dimensão ontológica, onde a centralidade do sujeito é fundamental. Interessa-nos conhecer os significados culturalmente atribuídos pelos sujeitos a tais expressões e como estas repercutem em seu modo de vida, em sua experiência cotidiana.
- Os sujeitos da pesquisa: no sentido geral, o sujeito da pesquisa em Serviço Social é o homem simples, são as pessoas comuns, nas suas situações cotidianas de vida. São homens, mulheres, crianças tão simples, que dificilmente são contemplados por pesquisadores que não estejam vinculados a projetos ético-políticos que tenham na emancipação social o seu norte. Porém, como nos lembra Martins (2000, p. 13), *são os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível.*
- O lugar social da pesquisa é o próprio cotidiano, são as microtramas do cotidiano, ali exatamente onde a história se faz: a cotidianidade da vida, onde se tecem histórias tão densamente vividas e, não raro, sem nenhuma visibilidade para o conjunto da sociedade.
- O documento final produzido é uma importante expressão da particularidade histórica da pesquisa em Serviço Social. Na verdade, pesquisamos para melhorar o conhecimento e assim melhorar a intervenção, e queremos melhorar a intervenção para alcançar a emancipação social.

É muito importante, então, que tenhamos claro que, ao trabalhar com a fonte oral, estamos trabalhando com histórias do tempo presente. Estamos construindo um documento de inestimável valor histórico, tecido com as histórias das histórias que podemos conhecer através das narrativas dos sujeitos. São histórias plenas de vida, são vidas plenas de histórias, que dão visibilidade aos sujeitos, ao mesmo tempo em que revelam as múltiplas determinações da questão social. A ética na circulação das informações e a responsabilidade social partilhada são guias indispensáveis na construção deste documento de inegável valor histórico, social e político. Através dele não só estamos restituindo aos sujeitos a pesquisa realizada, como também estamos intervindo na realidade. É de se ressaltar, ainda, que um bom relatório final de pesquisa nos abre uma fecunda e saudável possibilidade de sair de um conhecimento silencioso para um conhecimento partilhado.

Avançando para o terceiro momento de nossas reflexões, perguntemo-nos sobre como trabalhar com o material da pesquisa e como construir o documento final.

O real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (Guimarães Rosa).

Como todo procedimento científico, a pesquisa obedece aos cânones da Ciência. Não haverá certamente uma boa pesquisa onde não houver um bom e consistente conhecimento teórico e um bom trabalho de campo. Rigor, método, compromisso científico, critério na seleção dos sujeitos, cuidado com os instrumentos são básicos na pesquisa qualitativa. De um bom trabalho com as narrativas, dependerá muito o produto final da pesquisa. A transcrição do depoimento, ou da entrevista, com o apoio dos registros do Diário de Campo, constitui-se em um outro momento de interação com o sujeito, razão pela qual, sempre que possível, o próprio pesquisador deve cuidar da transcrição, ou então acompanhá-la muito de perto.

Uma vez realizada a transcrição do material, tratamos de organizá-lo para análise, tendo presente, tanto as categorias teóricas, referidas à teoria de base que está dando suporte à

pesquisa, quanto às categorias empíricas, emergentes das narrativas dos grupos pesquisados.

Com base nestes elementos, e tendo por norte os objetivos que estamos buscando, vamos selecionar as unidades de análise, a partir de seu grau de relevância no contexto das falas dos sujeitos. Assim, vão nos interessar, para a compreensão da temática que estamos estudando, as informações que se mostram recorrentemente presentes nas falas, pois isto revela uma certa condensação das experiências, uma certa homogeneidade na leitura dos sujeitos. Por outro lado, temos que estar atentos também às falas que se mostrem diferentes deste conjunto, pois podem ser valiosas, no sentido de introduzir novos ângulos na análise. O importante é que nossa experiência no campo temático que estamos trabalhando, aliada aos conhecimentos teóricos que acumulamos ao longo da trajetória, nos permitam constatar que atingimos um ponto de estabilidade e podemos finalizar a análise. A tarefa que se impõe agora é construir o documento final, retratando a riqueza da pesquisa realizada e da experiência vivenciada no contato com os sujeitos. Como uma teia densamente tecida, tal documento deverá dar visibilidade às principais decisões tomadas pelo pesquisador no curso da pesquisa, bem como às lógicas internas do grupo pesquisado em relação à temática em análise.

Sempre que possível, deverá haver algum tipo de retorno da pesquisa aos sujeitos que dela participaram. Dependendo das condições peculiares de cada pesquisa, isto poderá significar desde a simples socialização dos resultados, através de recursos alcançáveis pelo sujeitos, até a implementação de novas políticas e/ou medidas em relação à problemática estudada. É sempre importante cuidar da ética na circulação das informações, lembrando que as pesquisas que envolvem seres humanos devem atender a objetivos sociais e a padrões éticos. No caso de pesquisas institucionais, sua realização depende de aprovação de Comitês de Ética que, por sua vez, obedecem a normas estabelecidas pelo Comitê Nacional de Ética na Pesquisa.

Por fim, a pesquisa deve atender a alguns requisitos que garantam o seu estatuto científico. Mesmo sabendo que as

pesquisas qualitativas não têm por objetivo a construção de generalizações, não podemos nos distanciar do compromisso ético-político com o rigor científico. Assim, para que seus resultados possam ser validados, é fundamental que a pesquisa realizada atenda às exigências de transferibilidade e de replicabilidade. Ou seja, tanto deverá haver possibilidade de estender as conclusões para outros contextos, como de replicar o desenho da pesquisa em situações semelhantes.

Os principais requisitos para tanto são: a confiabilidade, a credibilidade e a consistência interna da pesquisa. Tais requisitos, como se depreende, são intrinsecamente articulados, sendo mesmo possível afirmar que da consistência interna decorrem os demais. Sim, pois a consistência interna refere-se à maturidade dos fundamentos teórico-metodológicos e à validade dos procedimentos adotados para realização da Pesquisa. Em outras palavras, da consistência interna depende o grau de cientificidade da pesquisa.

A confiabilidade refere-se à clareza e exatidão das informações do pesquisador e a credibilidade está diretamente associada à garantia de qualidade científica do empreendimento realizado.

Como se vê, portanto, há bastante rigor na prática da pesquisa, porém tal rigor é plenamente compensado pelo avanço do conhecimento e pelo prazer da descoberta. Como bem afirma o saudoso professor Octavio Ianni, em seu livro *Enigmas da Modernidade – Mundo* “No curso da viagem há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte não é nunca o mesmo que regressa” (IANNI, 2000, p. 31).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Ribeiro Lins de. **Qualidade de vida do idoso**: a assistência domiciliar faz a diferença. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, Thomsom Learning, 2001.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. p. 31-40.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Investigação Social**. Lisboa: CPHTIS, 2002.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. E. P. Thompson e a Teoria na história. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 12, p.119-127, out. 1995.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COELHO, Virginia Paes. **Visitando a história a partir das memórias femininas**: mudanças e permanências na socialização da mulher na família 1960/1990. 2001. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2001.
- FENELON, Déa Ribeiro; THOMPSON, E. P.: História e Política. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 12, p.77-93, out. 1995.
- IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- KOUMROUYAN, Elza. A pesquisa da indizível: a escuta do outro. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. p. 95-113.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social e uma nova perspectiva de história: a história social. In: _____. (Org.). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.
- _____. Serviço social em hospital-escola: um espaço diferenciado de ação profissional. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-11, abr. 2002.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na anormalidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hicitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.
- _____. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O MÉTODO E O POTENCIAL INTERVENTIVO E POLÍTICO DA PESQUISA SOCIAL

Jane Cruz Prates*

RESUMO

O presente artigo versa sobre a importância da apreensão do método, e de suas principais categorias constitutivas, como condição para a efetivação de um processo de trabalho consistente e competente. Busca explicitar o potencial do método materialista dialético e histórico para fundamentar processos investigativos essenciais a intervenção profissional do Serviço Social, visto suas aproximações com o projeto ético-político da profissão e seu caráter eminentemente interventivo e transformador.

Vimos discutindo, ao longo do ENPESS, sobre a importância da pesquisa na formação profissional do Assistente Social, no seu processo de trabalho, como instrumento fundamental para realizar a leitura e a intervenção no social, para desvendar nosso objeto – a questão social, ou seja, para explicar o conjunto de desigualdades que caracterizam o contexto contemporâneo, no intuito de subsidiar estratégias para o seu enfrentamento, mas também as diversas formas de resistência construídas pelos sujeitos sociais para dar-lhes maior visibilidade e potencializá-las.

Destacamos também a importância da investigação para aprimorar o próprio processo de trabalho, produzindo conhecimentos sobre o seu modo de constituição, sobre os desafios do contexto social no qual estão inseridos e que os condiciona, das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, no estado, nas políticas sociais, exigindo de nós avaliações

* Jane Cruz Prates é assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS, Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da PUCRS, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Demandas e Políticas Sociais- NEDEPS e do Laboratório Internacional de Estudos Sociais – Labinter, autora de livros, capítulos em livros e artigos sobre pesquisa, entre outros temas.

atualizadas, que contemplem múltiplas áreas do saber e sua interconexão necessária; sobre as características dos sujeitos com os quais trabalhamos, sua condição e modo de vida; sobre os novos espaços sócio-ocupacionais que são vislumbrados pela categoria, sobre velhos e importantes espaços por nós ocupados que, metamorfoseados pelas políticas neoliberais, exigem ressignificações e a busca de alternativas para que não percamos direitos conquistados, avanços decorrentes de muitas lutas do povo brasileiro.

Temos a clareza de que a pesquisa é um importante instrumento de intervenção social, não só porque propicia a obtenção de dados sobre a realidade e desoculta relações, contradições, mascaramentos, mas também porque é espaço para o desenvolvimento de processos sociais, pois sujeitos se capacitam, se organizam, mobilizam ao longo do processo, se o processo é valorizado enquanto tal. Não desocultamos somente mazelas, mas também potencialidades e possibilidades de superação, porque como bem dizia Marx (1993), “não basta interpretar o mundo é preciso transformá-lo”. Logo, precisamos buscar alternativas concretas de transformação para provocar o que Marx (1989) chamou de “pequenas convulsões revolucionárias”, ou seja, rupturas que, embora não transformassem radicalmente o modo de produção e a sociedade, modificavam significativamente a vida de sujeitos, grupos ou organizações.

Mas isso não significa falar de qualquer modo de pesquisar, ou de ver os sujeitos, a sociedade, a ciência, porque dependendo do projeto ético-político que orienta nossa leitura e intervenção, que orienta nossas investigações, como elementos que compõem esse processo, podemos ter escolhas diversas, finalidades diversas e, conseqüentemente, podem ser diversos os nossos modos de fazer, de trabalhar com o dado, de valorizá-lo, de relacioná-lo, de utilizá-lo, de socializá-lo. Estas questões são questões de método. Método - como conjunto de valores, teorias, paradigma epistemológico que orienta nossas investigações; e método ou metodologia - como caminho, como o modo de fazer, como escolha de instrumentos, técnicas de coleta e análise, como

afirma Prates (2003). Este foi o tema de nossa mesa no ENPES, a discussão sobre o método na pesquisa social.

Nossa escolha, como de resto a opção hegemônica da categoria sistematizada no documento ABEPSS que orienta a formação profissional (ASSOCIAÇÃO..., 1996) tem sido o método materialista, dialético e histórico fundamentado na obra marxiana, não por acaso, mas porque este método nos auxilia com instrumentos que possibilitam não só realizar a leitura crítica da realidade social, mas, e isto é fundamental, com subsídios para propor e intervir no real. Este método, associado a um conjunto teórico de fôlego, que se inspira no próprio movimento da realidade, histórico, contraditório, multicausal, aporta, além de categorias explicativas da realidade, elementos que nos permitem explicar a profissão como processo de trabalho, com seus movimentos condicionados e protagonistas.

O documento ABEPSS (1996, p. 12) destaca que, para dar conta de nosso objeto, qual seja a questão social, é necessário realizarmos:

Apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares, em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da teoria crítica.

E complementa reconhecendo que:

[...] a tradição marxista empreende, desde Marx e Engels até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é a acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é o crescimento relativo da pauperização. (ASSOCIAÇÃO..., 1996, p. 13).

Mas, problematizemos um pouco as principais categorias dialéticas constitutivas do método e da realidade, destacando a sua necessária interconexão.

A totalidade, mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas em movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem. (PRATES, 2003a).

Segundo Kosik, a totalidade significa a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual, ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1989, p. 35), e continua o autor, esclarecendo que:

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (KOSIK, 1989, p.42).

Portanto, analisar um fenômeno, uma situação concreta, à luz da totalidade, não significa exaurir todos os fatos, mas problematizá-los de forma interrelacionada, buscando as determinações que uns tem sobre os outros para melhor interpretar a realidade. Como exemplo, ao fazermos uma visita domiciliar observamos não só condições de vida (organização, estrutura da casa, do entorno, etc), mas, modo de vida, significados atribuídos pelos diferentes sujeitos em interação, aspectos culturais, econômicos, sociais que estão interferindo naquela situação, hábitos, costumes, valores, relações estabelecidas, nível de consciência e de organização dos usuários, elementos agregadores no núcleo familiar, na comunidade, existência de redes, etc. (PRATES, 2003a).

É fundamental termos a clareza de que estes não são vários fatores agregados, mas elementos de uma totalidade que se influenciam mutuamente. Não ter emprego, não ter como alimentar os filhos (condição de vida) pode significar menor potencialidade para investir na qualidade de vínculos, em um determinado momento. Muitas vezes, são necessários vários contatos, para que possamos apreender a realidade concreta, mas é fundamental não nos contentarmos com as primeiras

impressões, a aparência, pois nem sempre os fenômenos se revelam a um primeiro olhar; é preciso desvendá-los.

Esta superação, conforme esclarece Lefebvre (1991, p.231), mais do que uma síntese implica num confronto mais intenso, mais profundo, um retorno ao passado que reencontrado e aprofundado - liberado de suas limitações - aparece mais real do que no início (exatamente porque **superado**).

Como exemplo de superação da aparência, Kosik (1989, p. 54) mostra a análise de Marx sobre a troca de mercadorias, onde por trás da aparência superficial de um fenômeno “banal da vida cotidiana da sociedade capitalista - a simples troca das mercadorias” existem, na verdade, “profundos e essenciais processos... trabalho mercenário e a exploração deste”.

A base da obra de Marx resume as contradições do modo de produção capitalista. Conforme assinala Lefebvre (1963, p.14), Marx constata, desde suas obras da mocidade, a contradição entre a libertação do homem frente à natureza, a partir do avanço técnico, e o enriquecimento da sociedade capitalista, acarretando a escravidão e o empobrecimento da maior parte desta sociedade. E é a partir dessa relação básica e essencialmente contraditória que se constitui o capitalismo: o salário, a produção da mais-valia.

A ênfase dada por Marx ao desvendamento das contradições aparece na introdução de sua obra “Contribuição para a Crítica da Economia Política”.

Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 1989, p. 48):

A categoria da contradição aparece metodologicamente em “O Capital”, mostrando o contraponto entre falsa consciência e compreensão do fenômeno. Conforme analisa Kosik (1989, p.16), Marx apresenta a compreensão conceitual de aspectos da realidade aos pares: fenômeno - essência; mundo da aparência -

mundo real; aparência externa dos fenômenos - lei dos fenômenos; existência positiva - núcleo interno, essencial, oculto; movimento visível - movimento real, interno; representação - conceito; falsa consciência - consciência real; sistematização doutrinária das representações (ideologia) - teoria e ciência.

Na verdade, a **contradição dialética**, mais do que uma relação de exclusão, é uma inclusão plena, concreta dos contrários - uma negação inclusiva. Essa relação se dá na definição de um elemento pelo que ele não é, pois é da determinação e negação do outro que decorre a existência de propriedade de cada fenômeno. Conforme esclarece Cury (1986, p. 30-31):

A tensão entre o já sido e o ainda-não é que possibilita o surgimento e a implantação do novo, pois penetra no processo, do começo ao fim, o desenvolvimento de todas as coisas [...] A contradição[...] ao interpretar o real, capta-o como sendo o resultado de uma inadequação pugnativa entre o que é e o que ainda não é, numa síntese contraditória. Por isso todo o real é um processo que contém, sem encerrar, o possível numa unidade de contrários.

A constatação de contradições no homem e na sociedade faz, conforme analisa Lefebvre, com que o marxismo rejeite deliberadamente a acabada, imóvel e mútua subordinação dos elementos do homem e da sociedade, como também a hipótese de uma harmonia espontânea. Diz Lefebvre (1963, p. 13):

O homem luta contra a natureza [...] precisa vencê-la, dominá-la, através do trabalho, da técnica, do conhecimento científico, pois só assim se realiza como homem [...] Quem diz contradições diz também problemas a solucionar, dificuldades, obstáculos - portanto, luta e ação - mas, outrossim, possibilidades de vitória, de passo à frente, de progresso.

E continua o autor dizendo que “não basta explicar as contradições, mas reconhecer que elas possuem um fundamento, um ponto de partida nas próprias coisas; uma base objetiva real; na verdade mostram que a realidade possui não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos. O próprio homem só se desenvolve através das contradições”. (Lefebvre, 1963, p.30). “... o humano só pode se constituir através do inumano, de início a ele misturado para, em seguida, distinguir-se, por meio de um conflito, e dominá-lo pela resolução deste conflito”. (Idem, 1991, p. 43).

Mas, para o desvendamento das contradições não basta o processo de reflexão. Segundo Hegel (apud KOSIK, 1989, p.117), “A reflexão é a atividade que consiste em constatar as oposições e em passar de uma para outra, mas sem ressaltar a sua conexão e a unidade que as compenetra”.

Portanto, a análise dialética deve ultrapassar a reflexão acrítica, buscando estabelecer mediações com a totalidade. A totalidade, segundo Cury (1986, p. 36) “interna os dados empíricos, implica-os e os explica no conjunto das suas mediações e determinações contraditórias”.

A contradição, segundo Cury (1986, p. 30-34), sempre expressa uma relação de conflito no devir do real, pois cada coisa exige seu contrário, como negação e determinação do outro. Portanto, podemos definir a contradição como uma negação inclusiva, onde as partes envolvidas são dependentes em termos de significados (nega, mas não exclui o oposto, há sim, a luta e unidade dos contrários). Reiteramos, é a definição de um elemento pelo que ele não é; significa a pressuposição necessária da existência do oposto. (Não pode haver idéia de belo, sem idéia de feio. Nada pode ser considerado, vivo sem a possibilidade da morte).

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. “Desvendar a contradição é exatamente mostrar os opostos em luta e movimento”(PRATES, 2003a).

Por exemplo: Uma mãe queixa-se de que o filho é muito agressivo com ela, e que tem investido na qualidade da relação. Ao analisar com esta mulher as situações cotidianas de vida, observa-se que ela age de forma agressiva com o filho, com atitudes e linguagem que o menosprezam, acentuando sua revolta, sem perceber sua atitude, pois absorvida pela rotina de seu dia-a-dia. Desvendar a contradição entre o seu discurso e sua ação efetiva (ou problematizar a pseudoconcreticidade do cotidiano para, por um momento, superá-lo) é uma mediação que auxiliará a usuária a pensar o movimento de superação. (Prates, 2003a).

Um exemplo clássico da expressão da contradição no homem é a crise adolescente. A contradição entre a identidade infantil e adulta, em determinado momento, se torna tão insuportável, que o adolescente faz o luto pela identidade infantil, mas a supera, constituindo sua identidade adulta. A superação dialética se verifica na medida em que ele guarda na identidade adulta elementos do momento anterior (infância) e de sua negação (adolescência), para chegar à síntese (elementos superados e guardados), que significa ao mesmo tempo ruptura (com a identidade infantil) e continuidade (ser que guarda suas características históricas). Marx (apud PRATES, 2003) afirma, na obra *O Capital*, que as grandes transformações sociais se dão pelo acirramento das contradições.

A **mediação**, por sua vez, diz Cury (1986, p.43), “deve ser ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento”. Procura apreender o fenômeno na articulação de relações com os demais fenômenos e no conjunto das manifestações daquela realidade da qual ele faz parte, seja como fenômeno essencial ou não. As mediações, diz Cury (1986, p. 44), abrem espaço para a concretização das teorias, tornando-se guias das ações. “[...] sem as mediações as teorias se tornam vazias e inertes, e, sem as teorias, as mediações se tornam cegas ou caolhas.”

Segundo Martinelli (1993, p. 136-137), mediações “são categorias instrumentais”, através das quais se operacionaliza a ação profissional. É através das mediações que a ação profissional ganha concretude, diz a autora, pois são instâncias de passagem, vias de penetração no real, expressas através de

instrumentos, recursos, técnicas e estratégias. Como formas de objetivar a prática, as mediações objetivam o próprio profissional enquanto ser social.

Como categoria “reflexiva e ontológica”, sua construção (histórica) se consolida com base em operações intelectuais e valorativas, “apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilitado fundamentalmente pela intervenção da consciência”.

Martinelli (1993, p.137-138) apresenta algumas características fundamentais das mediações:

São sempre históricas e sociais [...]; são determinadas pela finalidade e objetivos que se busca atingir [...]; são o conjunto instrumental necessário para o desenvolvimento do percurso dialético essencial à práxis [...]; são os recursos instrumentais necessários para o desvendar das vias de resistência e vias de transformação [...]; estão sempre referenciadas a uma teoria de base que as ilumina [...]; são relacionadas à posição ocupada pela profissão na divisão social do trabalho e na estrutura organizacional [...]; pressupõem uma concepção filosófica que as fundamente [...]; são sempre produtos coletivos e devem ser socialmente construídas para serem historicamente viáveis.

Segundo Pontes (1995) “a categoria de mediação tem papel fundamental no plano metodológico devido a sua dupla natureza, ontológica e reflexiva”. Destaca o autor que as mediações que estruturam (ontológicas) devem ser reconstruídas pela razão (reflexivas) para que seja possível uma compreensão do movimento e constituição do objeto e para orientar a intervenção [...] o assistente social: “[...] é um articulador de mediações” (PONTES, 1995, p.175-177). Numa palavra, ele atua nos sistemas de mediações que interconectam as refrações da questão social, constitutivas das demandas sociais à profissão.

É através das mediações que penetramos nos nexos constitutivos do real desvendando suas contradições. Mas, retornemos à categoria da contradição.

É importante salientar que não se resume a uma categoria interpretativa do real, mas se constitui no motor interno do

movimento e desenvolvimento da realidade; na medida em que os contrários, em luta e movimento, tendem a superá-la, superando-se a si próprios.

Destas constatações decorre a lei dialética do movimento em espiral (da superação) que, segundo Lefebvre (1991, p. 240), se caracteriza pelo “[...] retorno acima do superado para dominá-lo e aprofundá-lo, para elevá-lo de nível libertando-o de seus limites (de sua unilateralidade)”.

Mas, as modificações que acontecem no processo de desenvolvimento podem ser lentas, graduais e contínuas - quantitativas, mas também, pelo aumento das contradições podem “desembocar numa súbita aceleração do devir”, serem bruscas, tumultuosas, expressando uma “crise interna da coisa, uma metamorfose em profundidade” - são as qualitativas.

Segundo Lefebvre, a lei dos saltos reflete a solução encontrada, pelo pensamento humano, para o enfrentamento da crise provocada pela intensificação das contradições. Diz Lefebvre (1991, p. 239): “A lei dos saltos é a grande lei da ação[...]implica simultaneamente, a continuidade (o movimento profundo que continua) e a descontinuidade (o aparecimento do novo, o fim do antigo).”

Marx e Engels (1993, p.62), em sua crítica a Feuerbach, ressaltam a finalidade de transformação da realidade implícita em seu método, esclarecendo que não basta a criação de uma “consciência correta sobre um fato existente”, mas sim “derrocar este existente”. E esta libertação, advertem, será possível quando “milhões de proletários... puserem seu ‘ser’ em harmonia com sua essência de uma maneira prática, através de uma revolução”. (MARX; ENGELS, 1993, p.63).

E mais adiante, afirmando a diferença entre a fraseologia e o movimento real, ressaltam que uma libertação efetiva só ocorre em determinadas condições históricas e de desenvolvimento (e com o acirramento de suas contradições indissociáveis). Conforme Marx e Engels (1993, p. 65):

[...] somente é possível efetuar a libertação real no mundo real e através de meios reais [...] não se pode superar a escravidão sem a máquina a vapor [...] nem a servidão

sem melhorar a agricultura [...] não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação, habitação, vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A libertação é um ato histórico e não um ato de pensamento e é efetivada por condições históricas [...] conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, [...] são [...] eliminados quando suficientemente desenvolvidos.

Hobsbawm (1989) aponta, basicamente, cinco procedimentos epistemológicos utilizados por Marx.

O primeiro, parte da análise da estrutura das relações sociais. Entendendo por estrutura “as relações de conexão, de mútua dependência, de ligação recíproca e de articulação existentes entre os elementos de um conjunto”. A estrutura, para Marx, ressalta o autor, “são realidade em movimento, conexões temporais, que se reproduzem durante uma certa época histórica antes de desaparecer, deixando lugar para outras” (p. 363).

Contudo, é preciso ultrapassar as conexões visíveis, e, nisto consiste, exatamente, o trabalho da ciência - “passar das aparências para a estrutura interna oculta do real” (segundo procedimento). (Ibid)

Para tanto, diz Lefebvre, a inteligência “analisa, separa, divide, e deve fazê-lo. A razão une, agrupa, esforça-se por encontrar o conjunto e a relação”. Mas a contradição entre inteligência e razão, complementa Lefebvre, [...] “renasce sempre e deve sempre renascer, e isso porque, incessantemente, o entendimento deve separar e a razão unir” (LEFEBVRE, 1991, p. 235).

A idéia, segundo o autor, representa a unidade indissolúvel da prática e da teoria onde ambas estão implícitas, como momentos deste devir.

Conforme Hobsbawm (1989, p. 362-363), todo o procedimento epistemológico de Marx se funda na seguinte série de princípios: “Toda a forma é uma relação que se produz e reproduz dentro de certos limites, que está, por conseguinte, em movimento e é, portanto, uma forma de movimento. Toda a

relação pode ser captada em sua estrutura aparente ou em sua estrutura interna”.

Como terceiro procedimento o autor identifica a prioridade dada por Marx ao conhecimento das estruturas, antes de conhecer sua história (gênese, transformação, evolução). Para resgatar a gênese, refere o autor, Marx utiliza dois procedimentos distintos – um regressivo, outro progressivo. O primeiro (regressivo) busca na história a gênese de cada um dos elementos, ou seja, “parte do presente, retorna ao passado para descobrir o processo que permitiu o presente ser o que é”. O próprio movimento exige um outro movimento complementar (progressivo) que, partindo do passado, retorna ao presente mostrando seu desenvolvimento. (PRATES, 2003a).

Este movimento pressupõe a **historicidade** dos fenômenos sociais, reconhece a processualidade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos. (PRATES, 2003a).

Quando Gramsci define o marxismo como um historicismo absoluto, destaca com isto a importância desta categoria e elemento que compõe o real. Para Marx e marxistas como Lukács, Kosik, Lefebvre, entre outros, somente podemos conhecer um fenômeno, os sujeitos, as instituições, a partir do resgate de sua gênese, ou seja, do conhecimento de sua história, do curso de transformações ocorridas na sua constituição. Portanto, mais do que episódio cronológico se privilegia o conhecimento da história, a partir de fatos significativos.

É importante destacar que resgatamos a história e não a historicidade; buscamos conhecer o conjunto de fenômenos que aconteceram e acontecem na vida de sujeitos, grupos, instituições ou comunidades. A historicidade é o movimento que realizam estes sujeitos ou instituições, é o reconhecimento da processualidade que há na sua história constitutiva.

O quarto procedimento, segundo a análise de Hobsbawm, é o pressuposto marxiano da existência de relações de correspondência entre a estrutura econômica e as outras

estruturas de uma sociedade. Vejamos, a este respeito, as referências feitas por Marx (1989, p. 28):

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.

E, finalmente, o quinto procedimento epistemológico utilizado por Marx, que, conforme Hobsbawm (1989), consiste na idéia de que “os sistemas econômico-sociais são submetidos a leis de desenvolvimento fundadas no desenvolvimento das contradições internas a sua estrutura”. Contradições, que, por serem constitutivas, são suas bases insuperáveis. Como exemplo, podemos citar o antagonismo de classes inerente ao modo de produção capitalista.

Kosik (1989, p. 31) assim resume as bases do método de investigação marxiano:

1. Minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis;
2. análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material;
3. investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento.

Após apresentar os três graus compreendidos pelo método de investigação marxiano, complementa Kosik (1989, p. 31): “Sem o pleno domínio de tal método de investigação, qualquer dialética não passa de especulação vazia”.

Lefebvre (1991), explicitando o movimento realizado pelo método marxiano, destaca que Marx, para acompanhar o capitalismo e a sociedade burguesa sob o duplo aspecto que inclui tempo (formação e dissolução) e atualidade (coerência, auto-regulação), não parte de um estudo histórico, mas da lógica. Diz Lefebvre, referindo-se ao movimento realizado por Marx:

Extraí uma forma – o valor de troca, mostra sua estrutura (um conjunto de equivalências) e seu funcionamento (troca, circulação, constituição do dinheiro e da moeda). Depois passa para o conteúdo: o trabalho social produtivo, com suas perequações coerentes, os meios sociais (produtividade média de uma sociedade determinada, etc.) Atinge assim o histórico (divisão do trabalho, acumulação do capital, formação da burguesia). (LEFEBVRE, 1991, p.22).

Por fim, Lefebvre (1991, p. 21) resume o método, orientando-se por Lênin e Hegel, para quem, segundo o autor, “o conceito se desenvolve superando as oposições de forma e conteúdo, do teórico e do prático, do subjetivo e do objetivo, do para si e do em si (...)”. A lógica formal, diz o autor de modo algum deve ser desdenhada, mas sim retomada para que a lógica dialética lhe acrescente a captação das transições, do desenvolvimento, da ligação interna e necessária das partes no todo e da luta das diferenças polarizadas (história, contradição e totalidade). Mas o que é este método, afinal? Questiona Lefebvre, e responde: “É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é o próprio conteúdo, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para frente, incluída a forma”. (LEFEBVRE, 1991, 21).

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, abr. 1996.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- HOBBSAWM, Eric J. **História do marxismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **O marxismo**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre mediações**. São Paulo: PUC-SP, 1993. Mimeografado.
- _____, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade**, São Paulo, n. 1, p. 11-18, 1994.
- _____. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social e uma nova perspectiva de história: a história social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo, Veras, 1999.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederico. **A ideologia alemã (I-Feuerbach)**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARX, Karl; **O capital**: crítica da economia política. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. vol. 1, Livro I.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da pesquisa social. **Temporalis**, Porto Alegre, n. 7, 2003.

_____. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. 2003. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003a.

OS CAMINHOS PARA A PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL

Maria Carmelita Yazbeck*

RESUMO

Este artigo problematiza os rumos da pesquisa no Serviço Social brasileiro destacando: as relações entre conhecimento e processos sócio-históricos; a relação entre conhecimento e hegemonia e os vínculos entre pesquisa e Universidade. Apresenta também algumas particularidades e dilemas da produção de conhecimento em Serviço Social brasileiro, destacando a relação entre a teoria e a prática e a questão dos referenciais teórico-metodológicos nesse processo.

PALAVRAS CHAVE: Pesquisa, Serviço Social.

ABSTRACT

This article ascertain the problem of the ways of Brazilian Social Work research distinguishing : the relations between knowledge and socio-historic process; the relation between knowledge and hegemony and the ties between research and the University. It presents also several peculiarities and dilemmas of knowledge production on Brazilian Social Work, distinguishing the relation between theory and practice and the question of theoretic-methodological referential on that process.

KEY WORDS: Research. Social Work.

As reflexões que se seguem expressam, sobretudo, a interlocução com o pensamento e o debate que ocorreu ao longo deste IX ENPESS. Foram construídas no contexto da maturação alcançada pela pesquisa e pelos pesquisadores da área de Serviço Social.

Otávio Ianni, um artesão do pensamento crítico no Brasil, mais de uma vez afirmou a pesquisa como uma aventura do espírito. Dizia ele que o pensamento crítico é o pensamento responsável e fundamentado em uma Teoria Social e, portanto,

* Doutora em Serviço Social, Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC/SP, representante de área de Serviço Social na Capes.

um pensamento que não é indiferente do ponto de vista social e político. Para ele, construir “uma interpretação dos dados de uma pesquisa é como a elaboração de uma sinfonia: a partir da descoberta do tema... [o pesquisador] vai compondo seu trabalho, sua interpretação, suas conexões de sentido, a explicação científica, o todo que se esconde atrás do factual, a universalidade contida no singular no discreto e até no minúsculo”. (IANNI, 2003).

Dizia mais: que não nos devemos nos conformar com idéias que parecem convincentes e que o questionamento precisa sempre ser exercitado. É necessário sempre duvidar do que se vê, porque aquilo que “parece convincente”, às vezes é muito chato, nos acomoda, nos neutraliza. Faz parte de nosso compromisso social e político sempre interrogar aquilo que parece verdade definitiva, interrogar o que parece estabelecido. Não podemos nos acomodar ao estabelecido. Na Universidade, temos (ou deveríamos ter) liberdades excepcionais de pensamento. E essa liberdade é algo que tem a ver com o exercício do pensamento, a busca de novas teses, novos caminhos.

É nesse sentido que a pesquisa é uma aventura do espírito, é uma viagem fantástica em termos de reflexão, de interrogação, de questionamento. A reflexão que interroga o que parece evidente. Uma reflexão que além de individual é, antes de tudo, uma aventura coletiva. Uma reflexão que é também prospeção sobre o futuro, um olhar para frente sem indiferença.

O século 21, em seus primeiros momentos, nos decepciona em vários aspectos. O momento político nacional e internacional é extremamente adverso. As questões sociais constitutivas da sociedade capitalista ampliam seu fosso de desigualdade e injustiça, assumindo novas configurações e expressões em um mundo globalizado pelo capital financeiro, pelos interesses das grandes corporações, das mídias, do conhecimento planetarizado, saturado, como lembrou Ivete, e eu acrescentaria, instrumentalizado e a serviço da minoria, e por outras transformações societárias que nos colocam frente a um quadro de 180 milhões de desempregados e quase três bilhões de pessoas que vivem na pobreza. No país, surpreendem-nos as incoerências do partido governante que nos desorientam por sua distância do mundo real, das classes e da política.

Nesse contexto, entendo impossível problematizar as condições do exercício profissional e da produção de conhecimentos no Serviço Social, sem investigar esse contexto e as características que configuram o modo de operar do capitalismo contemporâneo e que vão montar o labirinto de problemas de um país que não politiza sua enorme desigualdade social e “evita transformar em questões públicas as suas heranças históricas” (OLIVEIRA, 2000, p. 2) Portanto, uma interrogação feita à luz das transformações do sentido histórico e do lugar político dessas questões é sempre ponto de partida.

Não farei aqui uma análise desta conjuntura, mas considero uma primeira responsabilidade da pesquisa refletir sobre os fundamentos do que está acontecendo, buscando clareza na construção de nossas explicações, na construção de nossa consciência social e política do contemporâneo, na perspectiva de delinear resistências, construir novos caminhos, perspectivas, alternativas, e utopias coletivas.

Como tantas vezes foi assinalado neste Encontro, o Serviço Social é uma profissão capaz de intervir na realidade social, de forma crítica e criativa; de produzir conhecimentos sobre essa realidade, e sobre sua própria intervenção. Partilho, pois da análise de Margarita Rozas e de outros (Barroco, Martinelli, Iamamoto) que, em suas apresentações, tratam como unidade o campo profissional, abrangendo produção de conhecimentos e intervenção.

Refletir sobre os caminhos da pesquisa no Serviço Social exige, antes de tudo, colocar em questão algumas referências:

Vou apresentá-las sumariamente e apontar derivações analíticas delas decorrentes:

1) A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS

Parto da posição de que a profissão, seu exercício concreto e o conhecimento que a ilumina, se explicam no movimento histórico da sociedade, ou seja, a intervenção profissional assim como as tendências teóricas de análise, as

pesquisas, explicações e interpretações que o Serviço Social constrói (ou das quais se apropria) acerca de sua intervenção e sobre a realidade na qual se move derivam dos processos sociais que particularizam o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade. Estas tendências não se configuram como homogêneas e são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos. Isso porque, a compreensão teórico-metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constituiu a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano, é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento das relações sociais. Tecer algumas considerações sobre este processo é buscar compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam o pensamento e a ação profissional do Serviço Social, particularmente em sua trajetória após os anos 70, quando tem início a pós-graduação na área e a partir do currículo de 1982 quando a pesquisa é incorporada à formação do assistente social.

É necessário assinalar que a criação e expansão da pós-graduação, com seus cursos de Mestrado e Doutorado na esteira desse contexto, vão configurar um espaço privilegiado de pesquisa e produção de conhecimentos em interlocução e diálogo do Serviço Social com as diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências teórico metodológicas. Essa interlocução constitui a pós-graduação, por definição, assim como a formação do docente e do pesquisador.

Neste espaço, o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando das Teorias Sociais e do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais no país e no exterior. Também nesse espaço, o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca de seus fundamentos, da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na pesquisa da questão social, do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais,

da cidadania, da democracia, do processo de trabalho e de suas transformações, da realidade institucional, das múltiplas faces da exclusão social e da pobreza e de outros temas. Enfrentou o desafio de repensar a Assistência Social, colocando-a como objeto de suas investigações. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais. (YAZBEK, 2000, p. 27).

Dessa forma, o Serviço Social ganhou espaço junto ao CNPq, à CAPES e a outras agências de fomento.

Convém observar que este acúmulo teórico, aliado ao avanço político organizativo da categoria profissional, instala no âmbito do Serviço Social uma massa crítica e um amplo e qualificado debate que vai favorecer a construção do projeto profissional. E esta expansão da produção teórica do Serviço Social brasileiro vem gerando uma bibliografia própria, que vem sendo publicada em livros, revistas e cadernos, em todo o país e no exterior.

2) A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E HEGEMONIA

O contexto das atuais e rápidas transformações societárias do capitalismo contemporâneo coloca para o Serviço Social uma extensa, nova e inquietante agenda de questões que exige a “construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento” (BOURGUIGNON, 2004, p. 53). Portanto, estamos afirmando o privilégio de um conhecimento que tenha a ver com a natureza interventiva da profissão.

Isso porque o poder social das práticas tem muito a ver com o conhecimento que as orienta. “O conhecimento ratifica, legitima determinadas práticas e, obviamente, deslegitima outras... [lembram-se do “discurso competente”, tão bem explicitado por Marilena Chauí?] Trata-se da relação conhecimento e hegemonia ou do conhecimento hegemônico. Todavia, não há um só conhecimento e sim vários conhecimentos” (SANTOS, 1999) o

que torna necessário analisar as relações sociais do conhecimento, as teorias sociais em que se sustentam e seu entrelaçamento com a política. Nunca foram tão claras as relações entre conhecimento e política. Estamos diante de uma enorme estrutura transnacional de poder e dominação que ganha visibilidade com a globalização neoliberal e seu ideário. Contexto em que é preciso dar uma especial atenção aos "processos de conhecimento que fundamentam os interesses dominantes... Uma sociedade da comunicação, da informação das mídias globalizadas não existe sem conhecimentos que a legitimem. Sem universidades que formem seus quadros".

Se o conhecimento não é neutro, mas social no sentido aqui referido, é preciso avançar em um conhecimento "contra-hegemônico ou que pretenda ser contra-hegemônico" (SANTOS, 1999). A Hegemonia é a capacidade de dar a direção, pautar o debate, definir a agenda... e, nesse sentido, a pesquisa e o conhecimento que dela advém não são abstrações desvinculadas das condições sociais em que se constroem.

3) A RELAÇÃO PESQUISA/ UNIVERSIDADE

A Universidade, com seus centros e grupos de pesquisa, tem sido um *locus* privilegiado de pesquisa que entendo ter um papel de formadora, permitindo um acesso ao mundo, à cultura, ao avanço das fronteiras do conhecimento, ao aprendizado, enfim.

Esta relação exige a problematização dos dilemas da Universidade brasileira neste início de milênio, sob os impactos da pressão neoliberal que a atingem, desde os passados anos 90, na busca de submetê-la às necessidades impostas pelas exigências da mundialização da ordem internacional.

Para uma reflexão acerca do Serviço Social na perspectiva da formação profissional, do ensino, da pesquisa, da produção de conhecimentos e da extensão universitária, ao nível da graduação e da pós-graduação, o ponto de partida é a problematização da atual Política de Ensino Superior no país, com suas consequências para os cursos de Serviço Social em nível de Graduação e Pós-Graduação.

Um olhar para as mudanças do contexto universitário, ditadas pela lógica do mercado e pela cultura globalizada dos últimos anos 90, coloca em evidência que o sistema educacional brasileiro vem passando por profundas alterações, que objetivam um reordenamento do campo educacional de modo a adequar as políticas educacionais aos ajustes estruturais na esfera econômica. Temos a enfrentar um extenso conjunto de questões. (ex: a perspectiva privatizante, a redução do financiamento da educação em geral, cursos seqüenciais, mestrados profissionalizantes, relação entre ensino e pesquisa, e a questão da avaliação de instituições e cursos nos níveis da graduação e da pós-graduação).

Nos últimos anos, mudanças substantivas com o redesenho do "mapa institucional do ensino superior", caracterizado pelo crescimento de instituições privadas, que não parecem, com raras exceções, priorizar o ensino, a pesquisa ou a extensão, fora dos interesses do mercado. A proposta de Cursos Sequenciais, Mestrados Profissionalizantes e a pressão para redução do tempo para conclusão de Mestrados e Doutorados são exemplos concretos dessa lógica.

Convém ainda lembrar que, no Brasil, a exemplo dos demais países da América Latina, as principais medidas governamentais para a realização de reformas educacionais são resultantes de interferências do Banco Mundial nos rumos de nosso desenvolvimento e, particularmente, na formulação das políticas educacionais em curso. Estas interferências caracterizam-se pela "prevalência da lógica financeira sobre a lógica social e educacional; pela falácia de políticas que declaram o objetivo de elevação da qualidade de ensino, enquanto implementam a redução dos gastos públicos para a educação e mantêm-se indiferentes à carreira e ao salário do magistério. (De TOMMASI; HADDAD; WARDE, 1998, p.10).

Em 1999, já apontava Chauí:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a Universidade Operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade

e instabilidade dos meios e dos objetivos [...] se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito; se por pesquisa entendermos uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitam a interrogação e busca; se por pesquisa entendermos uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, então é evidente que não há pesquisa na universidade operacional (FOLHA DE SÃO PAULO. CADERNO MAIS, 05/03/99).

“A perspectiva utilitária/pragmática aparece como uma das chaves desse conhecimento tecnocrático e do crescimento acelerado, nos anos 80, 90 e neste início de milênio, de instituições de ensino superior no país” (YAZBEK, 2000: 140).

Aos poucos, ocorre

uma mudança substantiva no mapa institucional do ensino superior e esse mapa está sendo fortemente desenhado pelo crescimento dessas instituições privadas, que numa penada burocrática foram alçadas à condição de Universidade, embora a maioria delas não tenha apresentado qualquer sinal, qualquer justificativa, para serem convertidas em Universidades [...] converteram em Universidades instituições que não parecem indicar qualquer interesse de implemento de conhecimento e de pesquisa (WARDE, 1999, p.60).

A disponibilidade mercadológica passa a ser um novo padrão acadêmico (padrão que não vem do Estado, mas do Mercado); os currículos flexibilizam-se e tendem a encolher (como é o caso da União Européia); a pesquisa assume perfil pragmático, como assinalou José Paulo, na abertura deste encontro.

Obviamente, não se busca situar a instituição universitária fora de seu tempo ou em descompasso com as

demandas sociais. É claro que o ensino superior ‘está em permanente tensão com a sociedade e o mercado de trabalho aos quais se destina. Não se admite refém do mercado, embora tributário da lógica social que o informa. Mas não pode igualmente, passar ao largo das exigências da sociedade quanto ao processo de formação de profissionais, sob pena de fenecer enquanto projeto educacional que se pretende crítico, inovador e insurgente, no embate com outras alternativas conservadoras e reprodutoras do *status quo* (SILVA, 1999, p. 41)

A partir dessas referências, ao colocar em debate a produção de conhecimento em Serviço Social, com suas particularidades e dilemas, algumas das quais já apontadas na abertura e no transcorrer deste ENPESS, sobretudo por Margarita Rozas e por Ivete Simionato, gostaria de retomar a questão da permanente tensão entre produção de conhecimento e intervenção profissional sob dois aspectos.

O primeiro, já há algum tempo, em outros momentos, venho colocando como uma das questões cruciais do Serviço Social o descompasso entre nossa apreensão mais ampla da realidade, fundamentada em referenciais ontológicos totalizantes, que nos permitem uma apropriação do movimento mais geral da sociedade e o nosso exercício concreto da profissão em seu tempo miúdo, com homens concretos, inseridos em processos e dinâmicas singulares, que trazem para a profissão situações diversificadas, novos (e os de sempre) sujeitos sociais, e questões, como a precarização do trabalho, o desemprego, o trabalho infantil, a violência doméstica, as discriminações, a doença mental, e outras questões de saúde, a Aids, as drogas, a moradia insalubre, nas ruas, os sem terra, o envelhecimento sem qualidade e outras tantas formas de exclusão pela renda, pelo trabalho, pelo gênero, pela etnia, pelos padrões culturais dominantes etc. Esse descompasso se pode observar também na pesquisa que, muitas vezes, não consegue trabalhar a universalidade contida no singular, que não faz os vínculos e as passagens de nossa compreensão teórico-metodológica da

realidade para situações singulares que configuram nosso exercício profissional cotidiano. É tarefa da pesquisa evidenciar os processos sociais e históricos de um tempo e lugar, em suas múltiplas dimensões, nos mostrando como a realidade se tece e se move pela ação de sujeitos sociais. São, portanto, as relações sociais, as urgências históricas e as teorias sociais que as explicam, que dão sentido aos estudos e pesquisas, no âmbito social.

O desafio é desvendar as mediações dessa realidade, é permitir e querer que daí resulte um conhecimento que sirva e que de alguma maneira ajude a fundamentar teoricamente processos emancipatórios. Em nosso trabalho nas instituições, em nossas pesquisas, muitas vezes, não damos atenção a essa questão: em que conhecimentos nos apoiamos, que tipo conhecimento veiculamos, quando trabalhamos com as situações concretas de nosso exercício.

Sabemos que, no decurso de sua trajetória, o Serviço Social vai construindo referências que expressam sua identidade profissional derivada do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais, de seu modo de pensar e de agir e, sobretudo, de seu projeto (ético, político, teórico-metodológico e técnico-operativo) que lhe confere finalidades e uma direção social. Como afirmava ontem Maria Lúcia Martinelli, o projeto é o solo sobre o qual assentamos as nossas raízes.

Um segundo aspecto que gostaria de destacar é que não se faz pesquisa sem referentes, sem um posicionamento do sujeito que investiga face à realidade investigada, sem método (movimento da teoria, alma do conteúdo, como lembrou Minayo).

Sob esse aspecto gostaria de retomar algumas reflexões por mim desenvolvidas no texto *Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade* que escrevi para o curso de Capacitação..., em 2001. Do ponto de vista das referências teórico-metodológicas, uma questão fundamental que se coloca para a profissão, já no início da década, é o confronto com a denominada "crise" dos modelos analíticos, explicativos nas ciências sociais, que buscam captar o que está acontecendo no fim de século e as grandes transformações que alcançam múltiplos aspectos da vida social.

No mundo do conhecimento começam as interferências, não sem conflitos, do denominado pensamento pós-moderno, "notadamente em sua versão neoconservadora" (PAULO NETTO, 1996, p. 114) que questiona e nivela os paradigmas marxista e positivista. Estes questionamentos se voltam contra os diferentes "modelos" explicativos por suas macro-abordagens, apontando que nestas macro-narrativas são deixados de lado valores e sentimentos fundamentais dos homens, seu imaginário, suas crenças, afeições, a beleza, os saberes do cotidiano, os elementos étnicos, religiosos, culturais, os fragmentos da vida, enfim. A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão, afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais, com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão, e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microsocial (em si mesmos), restaurando o pensamento conservador e antimoderno (a pesquisa não pode ser o instrumento dessa restauração!!).

Seus questionamentos são também dirigidos à ciência que esteve mais a serviço da dominação do que da felicidade dos homens. Assim, ao afirmar a rejeição à ciência, rejeita as categorias da razão (da Modernidade) que transformaram os modos de pensar da sociedade, mas não emanciparam o homem, não o fizeram mais feliz e não resolveram problemas de sociedades que se complexificam e se desagregam. O posicionamento pós-moderno busca resgatar valores negados pela modernidade e cria um universo descentrado, fragmentado relativo e fugaz. Para Harvey (1992), as características da pós-modernidade são produzidas historicamente e se relacionam com a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital.

Observe-se que a complexidade da questão não está na abordagem de questões microsociais locais ou que envolvam dimensões dos valores, afetos e da subjetividade humana (questões de necessário enfrentamento), mas está na recusa da Razão e na descontextualização, na ausência de referentes históricos, estruturais no não reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visões de

mundo e têm suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas. Relações que se explicam em teorias sociais abrangentes, que configuram visões de mundo onde o particular ganha sentido referido ao genérico.

Cabe assinalar ainda que, todo este debate que é apresentado no âmbito das ciências sociais contemporâneas como crise de paradigmas, em termos da capacidade explicativa das teorias, recoloca a polêmica Razão/Intuição que tem repercussões significativas na pesquisa, na construção de explicações sobre a realidade e na definição de caminhos para a ação.

Especificamente no Serviço Social, estas questões também se colocam, apesar da vitalidade do marxismo como paradigma de análise e compreensão da realidade e apesar da manutenção da hegemonia do projeto profissional caracterizado pela ruptura com o conservadorismo que caracterizou a trajetória do Serviço Social no país.

Colocam-se nos desdobramentos e nas polêmicas em torno dos paradigmas clássicos e na busca de construção de novos paradigmas; colocam-se pela apropriação do pensamento de autores contemporâneos de diversas tendências teórico-metodológicas como Anthony Giddens, Hannah Arendt, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Juergen Habermas, Edgard Morin, Boaventura Souza Santos, Eric Hobsbawm, E.P. Thompson e tantos outros.

Colocam-se também nas formas de abordagem das temáticas relevantes para a profissão, nesta transição de milênio, na busca de interligação entre sujeito e estrutura e entre concepções macro e micro da vida social, na retomada e valorização das questões concernentes à cultura das classes subalternas e em outras clivagens e "questões relativas aos dominados tanto no plano das relações culturais como nas lutas pelo *empowerment*" (FALLEIROS, 1996, p. 12), e "contra a discriminação pelo gênero, pela etnia, pela idade". (YAZBEK, 2000).

Para finalizar, gostaria de assinalar que refletir sobre os caminhos da pesquisa em Serviço Social é contribuir para conhecer e mudar a realidade, buscando respostas criativas,

competentes e inovadoras, em face dos desafios colocados pela realidade, na qual a profissão se move.

REFERÊNCIAS

- IANNI, Otávio. **Comentários ao lançamento do livro de Istivan Mészáros**, O poder da ideologia, auditório do TUCA – PUCSP, junho, 2003;
- FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 09-39, abr. 1996.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p.87-132, abr. 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
- SANTOS, Boaventura Souza; WARDE, Mirian. A qualidade ameaçada pelo mercado. **Revista PUC Viva**, São Paulo, mar. 1999.
- SILVA, Ademir Alves da. Diretrizes curriculares e o mercado de trabalho. **Revista PUC Viva**, São Paulo, n. 4, p.38-47, mar. 1999.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação profissional de Ensino Pesquisa e Assistência Social; Universidade de Brasília. **Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Módulo 4. Capacitação em Serviço Social e política social**. Brasília: CEAD, 2000. p. 21-34.
- WARDE, Mirian. A qualidade ameaçada pelo mercado. **Revista PUC Viva**. São Paulo, n.6; p.59-62, março 1999.

BALANÇO CRÍTICO GESTÃO ABEPSS 2003-2004

“Quem é de luta avança!”

*Dr^a. Jussara Maria Rosa Mendes**

*Dr^a. Vera Maria Nogueira***

*Dr^a. Regina Célia Miotto****

*Dr^a. Berenice Rojas Couto*****

*Dda. Alzira Maria Baptista Lewgoy******

*Colaboração: Paulo Ricardo Oliveira
Dias******

*“Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora a
mágica presença das estrelas”.
Das utopias - Mário Quintana*

RESUMO

Este artigo enfoca o papel que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social vem desempenhando no âmbito da formação profissional, a partir das novas exigências impostas ao ensino superior pelos processos de globalização financeira e suas conseqüências nos projetos societários em curso. Destaca, ainda, a importância das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social

* Professora adjunta da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS /Brasil – Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ ABEPSS na Gestão 2003-2004.

** Professora do curso de Serviço Social da UFSC/ Brasil. Coordenadora da Graduação na ABEPSS na Gestão 2003-2004.

*** Professora do curso de Serviço Social da UFSC/ Brasil. Coordenadora da Pós-Graduação na ABEPSS na Gestão 2003-2004.

**** Professora adjunta da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS/Brasil – Coordenadora do PPGSS/PCRS, Membro da diretoria / ABEPSS na Gestão 2003-2004.

***** Professora do curso de Serviço Social da PUCRS/Brasil. Tesoureira na ABEPSS na Gestão, 2003-2004

***** Acadêmico Serviço Social UNISINOS – Membro Secretaria ABEPSS na Gestão 2003-2004

na consolidação do projeto profissional no Brasil e registra a experiência da Gestão 2003-2004 "Quem é de luta avança"!

O trabalho das entidades representativas da profissão há muito tempo tem contribuído para o fortalecimento da identidade da profissão na sociedade brasileira. Portanto, é um processo que se sedimenta nas lutas dos profissionais, dos docentes, discentes e das entidades que representam o Serviço Social. Influem,

também, nesse processo, as demandas que são levadas a cabo, por uma diretoria. São construções históricas que têm apontado, nessa época presente, para a reafirmação do projeto ético-político da profissão. Com a clareza desse desafio, a gestão da ABEPSS de 2003-2004 consolidou seus propósitos em uma plataforma que foi escolhida coletivamente e denominada de "quem é de luta avança". Nela, os princípios norteadores de um trabalho integrado com as demais entidades da categoria e dos estudantes apresentou-se como eixo essencial. Tornou-se necessário, nesse processo, ter clareza de que a atual conjuntura impõe avanços e entraves ao projeto de formação profissional, e que se constrói desde a definição das Diretrizes Curriculares, em 1982. Retomar, então, o processo de materialização das Diretrizes, enfrentando seus desafios contemporâneos, foi a tarefa colocada como fundante ao trabalho dessa gestão.

Buscar desvendar as contradições em que constituíam essa formação foi o primeiro passo, para o qual nos valem das produções importantes e da trajetória da própria ABEPSS, retomada a partir de suas publicações¹.

O Serviço Social Brasileiro redimensionou e renovou-se! Essa afirmação nos exige desvendar a profissão e também elucidar a *herança cultural* a partir da qual se constrói o discurso profissional sobre o exercício e a formação do Assistente Social. Na divisão sócio-técnica do trabalho, afirma-se como uma

profissão na sociedade, dotada de uma dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa que intrinsecamente relacionadas norteiam-se por fundamentos ético-políticos. Assim, a profissão vem respaldando seu trabalho, a partir das sistematizações realizadas sobre seu processo de trabalho e temas que o permeiam, nutrido-se do acervo intelectual e cultural herdado, fundamentalmente, do pensamento social que se desenvolveu na modernidade. São, do mesmo modo, importantes nesse processo as contribuições de pesquisas realizadas no universo do Serviço Social, relativas ao conhecimento dos processos sociais.

Na passada década de 80, o Serviço Social afirma-se enquanto área qualificada de produção de conhecimento, reconhecida pelas agências de fomento à pesquisa, constatando-se nestas três últimas décadas, o crescimento da produção acadêmico-profissional, particularmente fomentada nos cursos de mestrado e doutorado, permitindo uma interlocução teórica, no mesmo patamar, com áreas conexas de maior tradição na produção do conhecimento sobre o social (IAMAMOTO, 2003).

A partir, então, da produção teórica, qualificada e acumulada nas últimas décadas, traçou-se um forte embate com o conservadorismo no que se refere à interpretação teórico-metodológica do Serviço Social, buscando adequar criticamente a profissão, às exigências do seu tempo.

No que se refere à dimensão da ética, pode-se afirmar que houve um avanço radical, através do Código de Ética de 1993, no qual constituíram-se, democraticamente, direitos e deveres dos Assistentes Sociais, segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício profissional cotidiano. Destaca-se no campo ético-político o reconhecimento da liberdade como valor ético central e, conseqüentemente, o reconhecimento da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; o aprofundamento e a consolidação da cidadania e da democracia; a defesa da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento radical a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a sua

¹ Ver: Revistas Temporalis n. 1- **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**, janeiro a junho de 2000; Revista Temporalis n. 2 **Diretrizes curriculares: Polêmicas e Perspectivas**, julho a dezembro de 2000; Revista temporalis – Suplemento II **Fórum Nacional sobre Avaliação Institucional dos Cursos de serviço Social: Textos e Documentos**, outubro de 2001; Revista Temporalis n.8 **O Ensino do Trabalho Profissional: desafio para afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político**, dezembro de 2004.

gestão democrática; o empenho pela eliminação de todas as formas de preconceito; a garantia do pluralismo e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores.

Mencionam-se, ainda, outros pilares da profissão, que vêm sendo atualizados: a Lei de Regulamentação da Profissão, (Lei 8.862/93), que representa a defesa da profissão na sociedade e situa-se como direção para a formação acadêmico – profissional; as Diretrizes Curriculares para a área do Serviço Social, propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, em 1996, e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, em 2001, e o documento do CFESS “Em questão” (2002), que trata sobre competências e atribuições privativas do assistente social.

Ao Serviço Social impõe-se o desafio de fortalecer sua identidade, seu ethos profissional, no tensionamento das relações na esfera da produção social – sociedade civil e Estado. . Sem dúvida, são questões que traduzem exigências e requisições ao trabalho do Assistente Social, ao mesmo tempo em que sinalizam novos espaços ocupacionais e de trabalho, que reeditam dilemas éticos presentes nas tensões historicamente enraizadas na constituição da profissão e nas estratégias de respostas à questão social (IAMAMOTO, 2003). Os processos societários contemporâneos vêm exigindo alterações tanto nos processos de formação profissional como nos enfoques políticos e éticos relativos aos mesmos.

O cenário atual é de muitas transformações e inquietações no que se refere aos rumos do ensino superior na América Latina. O sistema educacional não é poupado pela lógica mercantil disseminada em todo o tecido social (CARDOSO, 2001), considerando-se sua importância na reprodução social. As atuais exigências derivadas destes processos de globalização financeira trazem profundas alterações nos aspectos econômicos, culturais e sociais, com repercussões nas inter-relações globais e locais no mundo do trabalho e nos processos de inclusão e exclusão presentes na contemporaneidade, bem como é significativo que essas modificações estejam sendo implementadas na Universidade a partir do Banco Mundial e não de alguma agência

internacional de educação ou de cultura (CARDOSO, 2001). No Brasil, a reforma universitária, ora em curso, pressupõe ampliar e sedimentar o debate sobre a temática da formação profissional e seus espaços.

A intensa e recente expansão dos cursos de graduação do ensino privado, expressando-se em 75% do número total de cursos criados nos últimos dois anos, tem sérias implicações para a política de formação profissional do assistente social. Esses novos cursos não acompanharam historicamente o processo coletivo de elaboração e implementação das diretrizes curriculares, exigindo da ABEPSS um trabalho de acompanhamento, monitoramento e de apoio às inúmeras demandas advindas deste processo. Esta predominância quantitativa exige dos órgãos de representação da categoria, conforme apontou Iamamoto (2004) em sua conferência durante o IX ENPES²:

[...] uma política específica de integração desses cursos e de qualificação dos quadros docentes, implementada regionalmente, aproximando-os dos fundamentos do projeto de formação profissional de que as diretrizes curriculares são expressão, como condição mesma de se preservar a direção social impressa ao ensino universitário na área, sua unidade e qualidade do ensino. (IAMAMOTO, 2004).

Por outro lado, as excessivas exigências decorrentes deste momento de expansão capitalista alteram a demanda de trabalho do assistente social, modificam o mercado de trabalho influenciando os processos e as condições de trabalho dos assistentes sociais, demarcando imensos desafios para a formação profissional. Este redimensionamento de exigências profissionais e da expansão recente da educação superior, segundo dados do INEP/MEC, também representa um forte impacto nas ações desenvolvidas pela ABEPSS. Estas transformações apresentam rebatimentos significativos em seu

² Conferência proferida no dia 3 de dezembro de 2004, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, intitulada “ Os caminhos para pesquisa no Serviço Social.

trabalho, que se consagrou ao longo de seus 56 anos, produzindo os debates, chamando para o debate, construindo um espaço democrático para a discussão do Serviço Social.

Não se devem esquecer aqui as reformas do Estado, que vêm alterando significativamente as condições de trabalho, nas esferas pública e privada, com a extinção de postos de trabalho e serviços, demissões, contenção de salários, corrida à aposentadoria, aumento assustador dos índices de desemprego e de alta precarização das condições do exercício profissional. Os espaços ocupacionais sofrem significativas mutações, trazendo imensos desafios, ampliando as exigências de estratégias políticas, clareza teórica e metodológica sobre as novas expressões da questão social, sobre as respostas sociais e profissionais, sobre as condições e relações laborais, a qualificação profissional, o exercício e as ações cotidianas. Atentos a tais exigências, os Assistentes Sociais sedimentam sua identidade profissional na contemporaneidade e, como diz Yazbeck (2003), tecendo-a no tempo miúdo do trabalho cotidiano.

Ressalta-se, portanto, que a reconstrução do projeto de formação profissional definiu-se, no Brasil, em um contexto sócio-político de implementação continuada, de mais de uma década, de uma política governamental orientada e prescrita por Organismos Multilaterais de fomento e financiamento, incidindo de forma contundente nos espaços de formação profissional. Apesar desse contexto, pode-se afirmar que o Serviço Social Brasileiro construiu uma proposta de revisão curricular que permite, hoje, discutir sua implementação sob uma base clara e consistente. Sustenta-se em uma proposta coletiva que não se encontra mais no campo das tendências, mas sim, na sustentação de um perfil profissional que busca ser coerente com o tempo presente, na direção apontada pelo Código de Ética em vigor.

BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Neste contexto, a ABEPSS, entidade nacional representativa das Instituições de Ensino Superior no âmbito do Serviço Social, atenta às necessidades da área, e contrapondo-se

a lógica neoliberal, nos anos 90, promoveu um amplo debate e a avaliação dos impasses e tensões que compunham os desafios para a formação qualificada e eficiente dos Assistentes Sociais, através da realização de mais de 200 oficinas locais, 25 regionais e 2 nacionais. Este diagnóstico culminou com a realização de uma assembléia durante a XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, no ano de 1995. Naquele momento foi aprovada a proposta básica para o projeto de formação profissional contendo novo desenho curricular, embasado em diretrizes, pressupostos, núcleos de fundamentação ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo claramente delineados.

A concepção que informou as diretrizes é inspirada em uma tradição cultural que, ao privilegiar a história, reconhece não serem as categorias teóricas e analíticas fruto de uma formulação autônoma e aleatória do processo de viver e pensar. Ao contrário, aquelas categorias teóricas são entendidas como expressões, na esfera da razão, “de modos de ser, determinações da existência” (MARX, 1974, p. 127), dadas na realidade efetiva.

A Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social apresentava-se como produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino, já a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, ocorrida em Londrina - PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer Conselho Federal de Educação nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82).

Entendendo que o processo de revisão curricular exigia uma profunda avaliação do processo de formação profissional em face das exigências da contemporaneidade, a então ABESS (que posteriormente veio a constituir-se em ABEPSS) promoveu e coordenou, com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social - CEDEPSS, órgão acadêmico que, na época, articulava a Pesquisa e a Pós-Graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no país. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da Entidade Nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, bem como, dos estudantes, através da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO.

Na etapa final do processo de revisão curricular, as proposições do conjunto das Unidades de Ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a Diretoria da ABESS, as representações da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a *“Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”*. Proposta essa apreciada e aprovada em Assembléia Geral da ABESS, durante a II Oficina Nacional de Formação Profissional, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1996.

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei 9394, tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei. Tais Diretrizes tornam-se fundamentais para o estabelecimento de um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade.

A proposta, portanto, de acordo com as Diretrizes, foi a de resgatar as construções teórico-metodológicas a partir de uma compreensão do processo de:

[...] constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura [...]. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais em seu movimento contraditório e elementos de superação (ASSOCIAÇÃO..., 1997, p. 64).

Conforme descreve o documento das diretrizes curriculares, “O pressuposto central das diretrizes é a permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que são apreendidos de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social” (ASSOCIAÇÃO..., 1997). Isto nos remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos nas diretrizes curriculares como *núcleos de fundamentação*: fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NOS ANOS 2000 – CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E ARTICULAÇÃO GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Os programas das Gestões da ABEPSS se materializaram através de dois planos e duas temporalidades. Uma proposta que se direcionou à implementação e ao fortalecimento das diretrizes curriculares, e que ocorreu nos últimos anos da década de 1990, com ênfase na produção e difusão de conhecimentos relacionados ao Projeto de Formação Profissional. Como evidência e resultado dessa preocupação, ocorreu a realização das Oficinas Regionais e Nacionais, tendo como tema recorrente aspectos relacionados à discussão e assessoria para a implantação e sedimentação das Diretrizes Curriculares. No mesmo sentido, houve a intensificação da publicação, através da Revista Temporalis, três novos números foram publicados (7 e 8 e 9 da Temporalis) e foram reeditados três números que há muito estavam esgotados (3, 4 e a de número 1, este com o apoio da Universidade Católica de Goiás - UCG) gerando grande demanda da comunidade acadêmica. Essas publicações foram construídas na perspectiva de reforçar o aporte teórico significativo na construção dos currículos.

Em época mais recente, a atual diretoria da ABEPSS amplia o foco da atenção para a articulação internacional, em face das condições favoráveis e oportunas para tanto, sem descuidar da qualificação na formação profissional.

No primeiro foco e atendendo ao compromisso assumido na assembléia, realizada em Juiz de Fora, em novembro de 2002, iniciaram-se as tratativas para ampliação do debate sobre o envolvimento da ABEPSS com o Cone Sul e a *Asociación Latinoamericana de Trabajo Social* – ALAETS. Buscando envolver e subsidiar o posicionamento das Unidades Acadêmicas sobre o tema, foi realizado, em julho de 2003, o Seminário Latino-Americano de Serviço Social: articulação latino-americana e formação profissional, com a presença de 594 pessoas no Seminário, superando as expectativas iniciais de um evento programado para 300 pessoas. Os participantes representavam 72 Unidades de Ensino de Serviço Social vindas de diferentes regiões do Brasil, da Argentina, Uruguai e Paraguai, bem como de Portugal. Teve como objetivos: favorecer o debate sobre a formação do assistente social na América Latina, a partir das demandas atuais e do projeto-ético-político das entidades que congregam as unidades de ensino de graduação e pós-graduação; refletir o estado da arte sobre a formação profissional na América Latina, identificando o conhecimento produzido e aprofundando o debate teórico-metodológico; fomentar a produção de conhecimento relativo à formação profissional, buscando articular os programas de Pós-Graduação, no sentido de fortalecer os pesquisadores e núcleos de pesquisas nessa perspectiva; ampliar a reflexão a respeito da Pós-Graduação Lato Sensu, especialmente no que se refere à análise da oferta de cursos de especialização para assistentes sociais, bem como, o de promover uma ampla discussão sobre a articulação e a inserção da ABEPSS na ALAETS.

Na ocasião, as Unidades de Ensino presentes decidiram por unanimidade que à ABEPSS caberia fortalecer os laços com o Cone Sul e assumir o papel de articuladora em relação à ALAETS, reafirmando a potencialidade do Projeto de Formação Profissional Brasileiro no âmbito da América Latina.

Como consequência desse propósito, ressalta-se a participação da ABEPSS no XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, realizado em San José, na Costa Rica, em julho de 2004. Durante o evento foi realizada uma Assembléia da ALAETS, que deliberou pela reestruturação da

entidade em novas bases políticas, ideológicas e jurídicas. O Brasil, através da ABEPSS, compõe a Junta Diretiva, com os representantes do Equador e da Costa Rica. Esse grupo trabalha na perspectiva de realizar uma Assembléia da ALAETS a partir de uma proposta de sua refundação, lançando a direção política para que possamos avançar nesse processo de articulação do Serviço Social na América Latina. A Junta Diretiva vem encaminhando este trabalho através da articulação junto às Associações, Profissionais e Unidades Acadêmicas.

Ainda no plano da articulação internacional, destaca-se a participação da ABEPSS, divulgando o trabalho e a forma de organização da Associação, contribuindo para o fortalecimento das entidades co-irmãs de outros países. As representações da ABEPSS estiveram em Portugal, a convite do Instituto Superior de Lisboa, em outubro de 2003, e, em setembro de 2003, na Argentina e na Costa Rica.

No segundo foco intensificou a discussão sobre uma das questões candentes na formação do Serviço Social, qual seja - o ensino do trabalho profissional. Nessa perspectiva, foram realizadas Oficinas descentralizadas nas Regionais³ da ABEPSS:

Região Norte - AM, AC, RR, RO, PI, AC, PA, MA, AP

Vice-Presidente: Simone Eneida Baçal de Oliveira - UFAM

3 Oficinas Regionais: 25/junho/2003; UNINORTE, 24 e 25/março/2004; Maranhão, 04 e 05/novembro/2004.

4 Visitas às Escolas de Serviço Social

Participações: Semanas dos Assistentes Sociais; Seminários; Amostras.

³ Os Eixos temáticos trabalhados nessas oficinas se constituíram na Região Norte: 1- articulação e formação acadêmica e exercício profissional; 2- Estágio supervisionado 3-a Pesquisa em Serviço Social. Na Região Nordeste o "Ensino do trabalho Profissional especialmente no que se refere à dimensão do Estágio supervisionado". Na Região Centro-Oeste, "O ensino superior no Brasil e as implicações para o curso de Serviço Social"; Na Região Leste, tematizou o "Trabalho Profissional, tendo como eixo de análise o "Estágio Supervisionado"; Na Região Sul II, através de oficinas microrregionais tiveram como temática: O Ensino do trabalho profissional: o Estágio no processo de formação profissional" e na Região Sul I "O ensino do trabalho profissional na dimensão do Estágio supervisionado".

Região Nordeste - PB, PE, RN, SE, BA, CE, AL

Vice Presidente: Maria de Fátima Leite Gomes – UFPB

2 Oficinas Regionais: UFPB, 05 e 06/junho/2003 e UFPB, 04 e 05/dezembro/2003

13 Oficinas locais: UFPB, UEPB, UFRN, UFS, UNIT, UCSAL, FAN, UECE, FACEX, UFAL, UFPE, UNICAP, agosto a novembro/2003.

II Encontro Regional de Pesquisadores em Serviço Social: UFPB, 2 e 3/dezembro/2003

11 Visitas às Unidades de Ensino – nov/2003 – nov/2004

6 reuniões entre as Unidades de Ensino e a Regional

Publicação em CD dos trabalhos do II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social

Representação: CFESS/CRESS, ERESS, CONESS, XI CBAS.

Região Centro-Oeste - MT, DF, GO, TO

Vice Presidente: Sandra de Faria – UCG

Oficina Regional Centro-Oeste: Desafios da Pesquisa e da produção do conhecimento para o Serviço Social e III Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil do Serviço Social – Universidade Católica de Goiás, 18 e 19/novembro/2004.

Região Leste - ES, RJ e MG

Vice Presidente – Vânia Maria Manfrói - UFES

Seminário de ética: UFRJ, outubro/2003 **3 Encontros Estaduais de Escolas de Serviço Social:** PUCMG, outubro/2003; PUCMG, 10/setembro/2004; CRESS/MG, 27/novembro/2004

Oficina Regional: O ensino do trabalho profissional – PUCRJ, 04 e 05/abril/2004.

Jornada Regional de Pesquisadores: UFRJ, UERJ, PUCRJ, agosto/2004.

10 reuniões com Escolas.

Região Sul I – PR, SC, RS

Vice Presidente – Alfredo Aparecido Batista – UNIOESTE

3 Oficinas Estaduais – Estágio Supervisionado em Serviço Social: PUCPR, 26/novembro/2003; UFSC, 28/novembro/2003; PUCRS, 19/março/2004.

3 Oficinas Estaduais – A pesquisa nos cursos de graduação e pós-graduação no Serviço Social: UNIFRA, 20/agosto/2004

11 Unidades de Ensino visitadas

5 reuniões da Diretoria Nacional

10 eventos de representação.

Região Sul II – SP, MS

Vice Presidente – Maria Beatriz Costa Abramides – PUCSP

6 Oficinas Regionais: PUCSP, 06/06/2003; PUCSP, 26/09/2003; PUCSP, 18/06/2004; PUCSP, 29/08/2004; PUCSP, 12/11/2004

Oficinas Micro-Regionais – O ensino do trabalho profissional: Bauru 12/08/2003; Americana 12/08/2003; Santos 23/08/2003; São José dos Campos 25/08/2003; Ribeirão Preto 15/09/2003; São Paulo 19/09/2003.

7 Encontros Micro-regionais de pesquisadores em Serviço Social - Bauru 24/09/2004; Americana 29/09/2004; Santos 25/09/2004; Taubaté 29/09/2004; Ribeirão Preto 04/10/2004; São Paulo 23/09/2004; São José do Rio Preto 06/10/2004.

Seminário da Região: contra a reforma do ensino superior. PUCSP, 06/06/2003.

Publicações: CDs da produção de saberes e da pesquisa das micro-regiões; Documentos: O Estágio na formação profissional; O balanço da pesquisa na região **Participações:** ERESS; Semanas de Serviço Social; Seminário nacional com técnicos do INSS; Caravana à Brasília: Paralisação nacional e atos públicos; Mostra Paulista de Trabalho Profissional em serviço Social, Encontro Estadual ao CBAS, 6 Reuniões da diretoria regional.

Uma inovação, na Oficina Nacional, em 2003, foi a realização de 4 minicursos, obtendo alta receptividade dos participantes (231 inscritos). Em abril de 2004, na cidade de Florianópolis, ocorreu a realização de assessorias para implementação das diretrizes curriculares, atendendo a uma

antiga demanda das unidades de ensino. Outro aspecto inovador consistiu na inclusão, na agenda da Oficina, de temas relativos especificamente aos Programas de Pós-graduação, buscando responder, de forma efetiva, a uma demanda tanto dos Programas como da plataforma da atual gestão da ABEPSS.

Uma das grandes preocupações da gestão atual foi buscar congregar as Unidades de Ensino associadas e procurar associar aquelas que não estavam vinculadas à ABEPSS. A expansão do ensino privado no Serviço Social, como de resto em todos os cursos universitários, é uma realidade que procuramos enfrentar, a partir da busca de capacitação dessas unidades de ensino quanto às diretrizes curriculares. A mobilização das Unidades para as Oficinas foi exitosa e com resultados bastante positivos. O encaminhamento da gestão foi no sentido de romper com a dicotomia público/privada. Trabalhar na perspectiva da instrumentalização dos docentes das unidades privadas, na compreensão das diretrizes, bem como dar visibilidade aos tensionamentos próprios da estrutura do ensino privado.

Outro desafio enfrentado pela atual diretoria foi a garantia da utilização das diretrizes curriculares na constituição do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, através da comissão que elaborou as normas, que foi nomeada a partir das indicações das regionais da ABEPSS e que contou, também, com a confirmação dos nomes por parte do CFESS. A decisão da diretoria de participar dessa comissão esteve respaldada na plataforma de eleição da gestão, onde se reafirmou o compromisso de assumir os espaços institucionais para concretização das diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS. A participação da comissão foi fundamental para que a avaliação fosse pautada nesses princípios. Avaliou-se, nesse campo, o tensionamento que essa participação geraria, tanto do ponto de vista da discussão da preservação da luta pela universidade pública, laica e gratuita, que foi sempre reafirmada nessa gestão, bem como do movimento legítimo das/dos discentes, contrapondo-se à avaliação da forma proposta pelo MEC/INEP. A gestão da ABEPSS procurou deixar claro a todos os parceiros de que assumia essa tarefa como desafio, no intuito de criar oportunidade para debates com os órgãos do Ministério da Educação, visando

abrir espaço para uma discussão pública sobre a necessidade de avaliação. É importante ressaltar o trabalho sério e competente dos professores que assumiram a tarefa de dialogar, em nome de todos, nesse momento.

Ainda nesta mesma direção, a partir de junho de 2004 a ABEPSS começou a participar do Fórum dos Profissionais de Saúde. As discussões centravam-se inicialmente, na articulação destas áreas e na definição de quais profissões fazem parte de seu núcleo básico ou aquelas na qual a saúde é campo de atuação profissional.

Em Setembro de 2004, foi solicitado à ABEPSS, pelo Ministério da Saúde, que indicasse 10 profissionais para participarem do APRENDER SUS. Os convites para participação foram encaminhados às diretorias regionais e conseguiu-se que participassem 6 profissionais das regiões. Por essa ocasião, a ABEPSS foi convidada a integrar o Fórum e indicou como representantes as professoras Alzira Lewgoy e Vera Maria Ribeiro Nogueira, com o objetivo de contribuir para o processo de mudança na graduação das profissões da área de saúde, tendo como eixo a integralidade na formação e na atenção à saúde.

A participação da ABEPSS no Fórum é fundamental pela possibilidade de influir e contribuir, intervindo criticamente nos debates, em decorrência dos próprios princípios defendidos pela profissão e que têm grande coincidência com os propostos pelo SUS e que vêm sendo gradativamente se esvaindo devido, em grande parte, à debilidade dos quadros profissionais comprometidos com o Sistema de Saúde.

E, quase ao término da gestão, novas e urgentes demandas no processo de mudanças implantadas pelo MEC, foram deflagradas. Desta vez, as mudanças atingiam a carga horária mínima dos cursos de Serviço Social. A proposta que seria votada pelo CNE previa uma redução significativa para os cursos de Serviço Social, que passariam de 3200 h/a para 2400 h/a. A rápida e eficiente articulação nacional, da qual participaram docentes, discentes, CFESS, ENESSO e toda a diretoria da ABEPSS, teve como resultado final a aprovação de 3000 h/a para a área. Ressalta-se que a PUC/SP teve uma participação

importante, através da direção do curso de Serviço Social, da vice-presidente da região e de seu Reitor.

Cabe lembrar que o boletim informativo⁴ da ABEPS, criado nesta gestão, foi uma das estratégias que possibilitou levar notícias, aproximar Unidades de Ensino, dar retorno mensal do trabalho que a equipe desenvolvia. No âmbito da gestão financeira, nossas ações orientaram-se primordialmente na autonomia financeira da ABEPS, com intuito de dar suporte às atividades político-técnico-administrativas. Para tal, buscou-se dar continuidade ao trabalho realizado pelas gestões anteriores, na negociação de prazos com as Unidades de Ensino para pagamento das anuidades, no valor de 5 salários mínimos, bem como a quitação de débitos de anos anteriores. Na perspectiva de estabelecer uma fonte permanente, regular e suficiente de receitas, uma vez que o pagamento das anuidades dos sócios institucionais e individuais é a fonte majoritária de recursos, buscou-se também potencializar a receita na venda de livros, revistas e camisetas e através dos Eventos realizados no biênio 2003-2004, como o Seminário Latino – Americano e o ENPESS. Uma inovação foi à descentralização dos recursos financeiros para os seis Vice-Presidentes Regionais, fornecendo-lhes uma quantia semestral e ou anual de R\$1.000,00, para gastos provenientes de atividades de caráter formativo. Uma outra fonte de recursos utilizada foi a distribuição de 100 exemplares da revista *Temporalis* a cada vice-presidente, em forma de consignação, estratégia mantida da gestão anterior, para custear as necessidades financeiras e materiais na realização das oficinas locais. As aplicações financeiras, a negociação permanente de taxas bancárias e o apoio sistemático do Departamento da Faculdade de Serviço Social da PUCRS na cedência de salas e equipamentos para o funcionamento diário da ABEPS, disponibilizando sua infra-estrutura, como telefone e fax, contribuiu sensivelmente para a redução de despesas.

Neste contexto, ainda é importante marcar que, dentro dos princípios que norteiam o processo de consolidação do Projeto

⁴ Foram elaboradas e divulgadas 8 edições em 2003 e 11 edições em 2004, num total de 19 boletins informativos.

Ético-Político do Serviço Social Brasileiro, muitas atividades foram realizadas em conjunto com o CFESS e com a ENESSO, fortalecendo a articulação entre as entidades representativas e dando materialidade às propostas contidas no Projeto. Dentre estas, destaca-se a segunda edição do Curso a Distância, no qual foi introduzido um módulo específico para docentes, buscando atender a uma demanda evidenciada desde a realização do primeiro curso. Essa medida tornou-se necessária devido ao grande número de Unidade de Ensino que vêm sendo instaladas no país e à insuficiência de professores preparados para assumir a docência. Esse trabalho envolveu as duas direções, da ABEPS e do CFESS, durante todo o ano de 2004, sendo consolidado com o lançamento do curso, em outubro do mesmo ano, durante o XI Congresso Brasileiro de Serviço Social e III Encontro Nacional de Serviço Social na Esfera da Seguridade Social. Em relação a esses dois eventos, a ABEPS trabalhou, desde a concepção dos mesmos, em conjunto com as demais entidades da categoria (CFESS e ENESSO). A coordenação da Comissão Científica, embora compartilhada, ficou sob responsabilidade da equipe diretiva da ABEPS, que participou da seleção dos trabalhos, apresentando e indicando pareceristas, bem como da constituição das mesas dos eventos e organização e síntese dos documentos apresentados na plenária final do evento.

Com essas inúmeras atividades desenvolvidas, através das muitas frentes e demandas, a diretoria executiva buscou garantir e contribuir no sentido de que a formação da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social cada vez mais pudesse substanciar e respaldar a plataforma emancipatória da profissão, na resistência às mais diversas formas de exclusão, opressões e violências que, no tempo presente, se adensam e se atualizam como impeditivos ao ensino de qualidade e à pesquisa no Serviço Social.

O desafio para os Assistentes Sociais é o de uma tomada de posição ética e política que se insurja contra os processos de alienação vinculados à lógica contemporânea, impulsionando-nos a dimensionar nosso processo de trabalho na busca de romper com a dependência, subordinação, despolitização, construção de

apatias que se institucionalizam e se expressam em nosso cotidiano de trabalho.

A questão maior com a qual nos defrontamos é a de avançarmos na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios em nosso cotidiano de trabalho. Embora reconheçamos as adversidades do contexto, de modo contraditório, este mesmo contexto, como bem destaca Iamamoto (2002), impulsiona e mantém vivas as forças sociais portadoras da esperança e da capacidade de lutas na arena social e profissional.

Essa contradição pode ser visualizada na realização do IX ENPESS, em novembro de 2004, na PUCRS. As pesquisas apresentadas, os debates realizados, caracterizados pela grande criatividade e seriedade acadêmica, mostraram que os tempos adversos também têm contribuído para que docentes, discentes e assistentes sociais estejam atentos às demandas contemporâneas para o Serviço Social, procurando explicá-las e buscando respostas que reafirmem o projeto ético-político da profissão.

Para a ABEPS fica a necessidade de buscar refletir sobre seu trabalho, sua organização uma vez que a equipe, ao assumir esta responsabilidade plena de desafios, deve dispor de condições concretas para sua realização. As responsabilidades docentes continuam em uma dupla jornada, trazendo a marca da mercantilização, que pauta critérios, padrões e orientações institucionais que capturam todas nossas possibilidades objetivas de trabalho diante de tantas demandas.

Assim, o caminho percorrido – com conquistas e sobressaltos – produto de um vigoroso projeto, que buscou reunir condições para garantir a direção, o norte, a bússola que não abdica dos debates acadêmicos, mas que os enfrenta com a certeza de que temos algo construído que nos une, na defesa de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia

Geral Extraordinária de oito de novembro de 1996). Formação profissional: trajetória e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1997. Edição Especial.

CARDOSO, M. L. Avaliação da universidade: legitimação e lógica mercantil. **Temporalis**, Porto Alegre, 2001. Suplemento.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 1-2.

_____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. Brasília: CFESS, 2002.

_____; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez ; Lima: Celats, 1995.

MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: Marx. **Coleção "Os Pensadores"**. São Paulo, Vítor Civita, 1974.

YASBECK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. **Temporalis**, Porto Alegre, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo. O Serviço Social no século XXI, ano XVII, abril de 1996. [ano 17, n. 50, abr. 1996]
- ALMEIDA, N. L. T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 7-23, dez. 1996.
- ALMEIDA, N. L. T. (Coord.). **Reflexões iniciais sobre a construção do novo currículo pleno do Curso de Serviço Social da FSS/UERJ**. Rio de Janeiro: PEEPSS/FSS/UERJ, agosto de 1999. (Mimeografado).
- BARBOSA, R. N. B.; CARDOSO, F. G.; ALMEIDA, N. L. A categoria 'processo de trabalho' e o trabalho do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 58, p. 109-130, nov. 1998.
- BEHRING, E. R. et al.; CARDOSO, I.; GRANEMAN, S., IAMAMOTO, MARILDA Villela e TEIXEIRA, N. L.. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, nov. 1997.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.
- CASSAB, M. A T.; BATISTONI, M. R. Proposta de criação de curso de graduação em Serviço Social – USP. **Temporalis**, [Brasília] ano 3, p. 129-149, nov. 2002. Suplemento.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução n. 273/93, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993.

- CONSELHO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Universidade de Brasília. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. **Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, 1999.
- GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social. In: Conselho Federal de Assistência Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Universidade de Brasília. Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. **Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 153-166.
- GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 62, 2000.
- LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: Conselho Federal de Assistência Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Universidade de Brasília. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. **Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD, 1999. p.19-33.
- _____. Serviço Social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 35-58, jul./dez. 2000.
- MOTA, A. E. (Org). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo; FALEIROS, Vicente de Paula. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. Teoria, método e história na formação profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 1, p. 43-61, out. 1986.
- SERRA, R. M. **Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A processualidade do Serviço Social crítico no Brasil em tempos de reestruturação produtiva. **Em pauta**, Nº15, UERJ, 15, jul/dez 1999.

SILVA A C. **A presença da universidade pública**. Comissão de Defesa da Universidade Pública. São Paulo: IEE, USP, 2000.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os interessados em publicar artigos deverão apresentar trabalhos científicos originais, contendo informações novas e relevantes, devendo apresentar contribuição considerável para o desenvolvimento científico na área do Serviço Social.

Todos os trabalhos devem ser apresentados em disquetes ou cd-rom, digitados com utilização de editores *Word* for Windows V6.0 ou 7.0, com uso da fonte arial, corpo 12, um e meio entre as linhas do texto, acompanhados de três cópias impressas.

Os artigos não devem ultrapassar 20 laudas, trazendo, assim organizados:

- a. como garantia de anonimato no processo de avaliação, os artigos devem ser apresentados da seguinte maneira: ter uma folha de rosto, separada das demais, onde deverá constar o título, nome do autor, profissão, vínculo institucional e título acadêmico, endereço, telefone e e-mail;
- b. na primeira página do texto, deve incluir somente o título do trabalho em versal (maiúscula) negrito e centralizado e resumo de até 250 palavras em português, acompanhado das palavras chaves que identifiquem o conteúdo, a 5 centímetros da margem esquerda, sem parágrafos e, logo abaixo, sua versão para o inglês (Summary), com as respectivas palavras chaves (Key words);
- c. o subtítulo, se houver, deve vir em redondo (minúscula), sem negrito;
- d. o corpo do artigo deve começar com a INTRODUÇÃO, seguida das demais seções primárias, enunciadas por títulos digitados em versal (maiúsculas), em negrito e sem numeração, ajustados à margem esquerda;
- e. os títulos das seções secundárias, também ajustados à margem esquerda, deverão ser digitados com letras minúsculas, em negrito, com o mesmo corpo do texto, exceto a inicial e os nomes próprios que devem ser maiúsculas;
- f. os títulos das demais seções (terciárias, quaternárias etc.) deverão ser digitados utilizando outros recursos, tais como: redondo (minúsculas) ou itálico, em corpo menor

que o do texto. Deve-se deixar um espaço duplo entre os parágrafos que se seguem aos títulos das seções.

No caso dos trabalhos conterem ilustrações, os títulos das tabelas e quadros devem ser numerados consecutivamente em algarismos arábicos. Esses algarismos devem vir acima dessas ilustrações, seguidas dos respectivos títulos, apenas com a inicial maiúscula. Quando da transcrição de Tabelas e Quadros, deve-se colocar abaixo uma legenda indicando a fonte. As demais ilustrações (desenhos, gráficos, fotografias, plantas, mapas etc.) são consideradas figuras e devem ser restritas ao mínimo indispensável, com títulos abaixo das mesmas, numeradas, em seqüência com números arábicos. As fotografias devem ser em preto e branco.

As citações indicadas nos trabalhos devem ser pelo sobrenome do autor, seguido da data da publicação e da página consultada, de modo que, quando o nome do autor fizer parte da sentença, somente a data e a página aparecem entre parênteses. Ex.: SILVA (1997, p. 32). Quando o nome do autor não estiver incluído na sentença, este é indicado no final da frase. Ex: (SILVA, 1997, p. 78). Quando o trabalho citado pertencer a dois autores, o sobrenome dos dois é indicado separadamente, separado pelo símbolo &. Ex.: SILVA & COSTA, 1997, p. 34). Quando se tratar de trabalho de mais de dois autores, o sobrenome do primeiro é indicado seguido da expressão et al. Ex.: FERNANDES et al., 1998, p. 3). Quando se tratar de trabalho sem autoria, a chamada é feita pela primeira palavra do título, em maiúsculas, seguida de reticências, data e página. Ex.: COMUNIDADE..., 1997, p. 89.

As referências bibliográficas devem ser elaboradas de conformidade com o disposto na NBR 6023, da ABNT, devendo todo autor citado no texto constar da REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, dispostos em ordem alfabética, pelo sobrenome do primeiro autor.

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO

22x 15,5 cm

TIPOLOGIA

Arial
Albertus MT

PAPEL

MIOLO: 75 - g/m²

CAPA: Triplex 250 - g/m²

Montado e impresso na oficina gráfica da

Editora
Universitária UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 Várzea
Fones: (0xx81) 2126.8397 2126.8930
Fax: (0xx81) 2126.8395 CEP: 50.740-530
Recife - PE
editora@ufpe.br - edufpe@nlink.com.br